



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Bruno Miguel Reis Santos Carvalho

**POLÍTICA E SOCIEDADE COLONIAL BRANCA NO SUL
DE ANGOLA. O CASO DAS TERRAS ALTAS DA
HUÍLA (1958-1975)**

Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Professor Fernando Tavares Pimenta, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

janeiro de 2020

FACULDADE DE LETRAS

POLÍTICA E SOCIEDADE COLONIAL BRANCA NO SUL DE ANGOLA. O CASO DAS TERRAS ALTAS DA HUÍLA (1958-1975)

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Política e sociedade colonial branca no sul de Angola. O caso das Terras Altas da Huíla (1958-1975)
Autor/a	Bruno Miguel Reis Santos Carvalho
Orientador	Fernando Tavares Pimenta
Júri	Presidente: Doutora Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota Mónica de Oliveira
	Vogais:
	Doutor António Manuel Antunes Rafael Amaro (Arguente)
	Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta (Orientador)
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da Defesa	18 de fevereiro de 2020
Classificação	19 valores

Aos meus pais, Fernanda e Paulo Carvalho, por serem um exemplo de esforço e dedicação.

Em memória do meu avô, falecido durante a elaboração desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação resulta do esforço de diversas pessoas, às quais deixo palavras de apreço e gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Fernando Tavares Pimenta pelo seu empenho na orientação deste trabalho. As suas investigações e ensaios inseridos no âmbito do colonialismo português em África foram imprescindíveis para a elaboração desta dissertação. Estou grato pelas suas aulas e explicações, nas quais aprendi novos temas e assuntos, aliciantes para qualquer estudante de História contemporânea.

Agradeço, em seguida, aos meus colegas de mestrado, Bernardo, Diogo, Inês, José Nuno, Luís e Mariana. As nossas discussões sobre as diversas problemáticas inseridas na matéria do colonialismo e pós-colonialismo estimularam a realização desta dissertação.

Um sincero agradecimento ao Marco Cosme, ao Pedro Moreira, ao Pedro Silva, ao Pedro Tiago e ao Rafael Almeida. Simultaneamente, agradeço aos meus amigos de curso, de Faculdade, da Associação Académica de Coimbra, aos Duros e aos que me veem crescer desde tenra idade.

Um especial agradecimento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, uma Escola dotada de História e de um estudo intensivo das ciências sociais, indispensáveis para a compreensão da vida humana. Desde o meu primeiro ano que me envolvi em diversos projetos, alguns pertinentes, outros efémeros, seguramente, devido a ter ingressado esta Escola, onde paira entre os estudantes um sentimento dinâmico e irreverente.

Um profundo agradecimento aos meus pais, impossibilitados de ingressar um percurso académico semelhante ao meu devido às responsabilidades que assumiram prematuramente. Á minha querida mãe, arquétipo de esforço e força de vontade. Certamente, uma história de vida que me inspira todos os dias e que me deu forças para a elaboração deste trabalho. Ao meu pai, amigo e confidente. Exigente na educação, nas palavras e na transmissão de conhecimento. Ensinou-me, desde cedo, que os livros são a base da nossa aculturação.

Agradeço á minha irmã, imprescindível. Agradeço à minha avó pela transmissão de valores e princípios. Ao meu avô, que jamais poderá visualizar este trabalho. O meu gosto por História prende-se pelas fábulas e estórias que me contava durante dias a fio. Atualmente, não consigo expressar o quanto estou grato por ser seu descendente. Aos

meus avós paternos, ex. colonos em Angola que amavam a sua humilde casa no bairro da Cuca. Obrigado por me terem contado como foi, espero que esta dissertação espelhe a vossa quimera.

Por fim, agradeço a todos os restantes familiares, tios e primos. Cada um com a sua história e com as suas paixões, o vosso afeto é insubstituível.

RESUMO

Esta dissertação insere-se no âmbito dos estudos sobre o colonialismo de povoamento europeu em África, tendo em especial consideração o caso representado pela colonização portuguesa nas Terras Altas da Huíla, no sul de Angola. Numa primeira instância, procura-se contextualizar historicamente o processo de colonização branca das Terras Altas da Huíla, para depois prosseguir com o estudo do protesto político dos colonos brancos, nomeadamente as suas reivindicações autonomistas e nacionalistas. A este respeito, o relacionamento entre os colonos brancos e o poder colonial português foi caracterizado por fortes tensões políticas provocadas pelo centralismo político-económico do regime do Estado Novo, pelas ineficiências da administração colonial e pelos entraves ao desenvolvimento económico do território.

Contudo, essas tensões foram, simultaneamente, propiciadas pela pretensão dos colonos em obter o controlo do aparelho do Estado colonial, um fenómeno comum a outras colónias de povoamento europeu. Desta forma, analisa-se o impacto político das eleições presidenciais portuguesas de 1958 no território angolano, bem como a evolução do protesto político dos colonos durante a guerra de independência de Angola, tendo em particular atenção a formação de um movimento nacionalista branco, a Frente de Unidade Angolana (FUA). Por sua vez, os limites e as contradições do plano de autonomização política colonial de Marcelo Caetano, incapaz de criar as condições para que a população branca assumisse verdadeiramente o controlo do Estado Colonial, são igualmente analisados.

Enfim, aborda-se o impacto do processo de descolonização no seio da minoria branca, politicamente excluída na fase de transição para a independência de Angola em 1974/1975. O modelo de descolonização então adotado inviabilizou a participação das organizações nacionalistas representativas da minoria branca, nomeadamente da FUA. Essa exclusão, associada à violência da guerra civil, conduziram ao êxodo da população branca e à concomitante implosão da sociedade colonial estabelecida pelos portugueses na Huíla.

Palavras-chave: Colonialismo de povoamento; Descolonização portuguesa; Nacionalismo branco; Sul de Angola; Terras Altas da Huíla;

ABSTRACT

This dissertation studies European settler colonialism in Africa, taking into consideration the case represented by the Portuguese colonization of the Highlands of Huila, in southern Angola. In this sense, it seeks, first, to historically contextualize the process of white colonization of the Highlands of Huila, to then study the political protest of white settlers; namely, their autonomist and nationalist claims. In this regard, the relationship between white settlers and the Portuguese colonial power was characterized by strong political tensions caused by the political-economic centralism of the Estado Novo regime, the inefficiencies of the colonial administration and the obstacles to the economic development of the territory.

However, these tensions were also prompted by the colonists' intent to gain control of the apparatus of the colonial state, a phenomenon common to other European settler colonies. In this way, the political impact, on Angola, of the Portuguese presidential elections of 1958 is analyzed, as well as the evolution of the colonists' political protest during the Angolan war of independence, paying particular attention to the formation of a white nationalist movement, the Frente de Unidade Angolana (Front of Angolan Unity, FUA). The limits and contradictions of Marcelo Caetano's political plan for colonial autonomation, which were unable to create the conditions for the white population to take control of the Colonial State, are also analyzed.

Finally, this study addresses the impact of decolonization on the white minority, which was politically excluded during the transition to Angolan independence in 1974/1975. The decolonization model then adopted, rendered the participation of nationalist organizations representing the white minority – namely the FUA – unfeasible. This exclusion, along with the violence resulting from the Angolan Civil War, led to an exodus of the white population and the concomitant implosion of the colonial society established by the Portuguese in Huila.

Keywords: Settler colonialism; Portuguese decolonization; White nationalism; Southern Angola; Huila Highlands.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. O COLONIALISMO DE POVOAMENTO PORTUGUÊS EM ANGOLA: ESTADO DA	
QUESTÃO	7
1.1. Definição de <i>settler colonialism</i>	7
1.2. Estado da arte: a produção científica internacional	9
1.3. Estado da arte: produção científica angolana e portuguesa	15
1.4. Perspetivas de investigação.....	24
CAPÍTULO 2. A COLONIZAÇÃO BRANCA NO SUL DE ANGOLA: ELEMENTOS PARA UMA	
CONTEXTUALIZAÇÃO	26
2.1. Primeiras tentativas de colonização branca do sul de Angola.....	27
2.2. O povoamento bóer das Terras Altas da Huíla	29
2.3. A colonização madeirense das Terras Altas da Huíla.....	32
2.4. A governação de João de Almeida e a consolidação da presença portuguesa no sul	
de Angola.....	36
2.5. Panorama da colonização branca da Huíla durante a Primeira República	38
2.6. Panorama da colonização branca da Huíla durante o Estado Novo	41
2.7. Dificuldades e limites da colonização branca da Huíla	45

CAPÍTULO 3. O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS NO SUL DE ANGOLA: ELEIÇÕES

PRESIDENCIAIS DE 195847

3.1. Antecedentes das eleições de 1958.....	47
3.2. As eleições de 1958. Candidatos, campanha e resultados eleitorais no Distrito da Huíla	54
3.3. O período pós-eleitoral. A reação do Estado Novo e o seu impacto no sul de Angola	62

CAPÍTULO 4. A FUA E O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS DURANTE A GUERRA

DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1961-1974).....71

4.1. O início do conflito armado e o seu impacto no sul de Angola	72
4.2. A Frente de Unidade Angolana (FUA)	78
4.3. Venâncio Guimarães Sobrinho e a “oposição interna” à administração colonial portuguesa	88
4.4. O Governo de Marcelo Caetano e o seu impacto no sul de Angola	95

CAPÍTULO 5. O 25 DE ABRIL DE 1974 E O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO SUL DE

ANGOLA..... 107

5.1. O 25 de abril de 1974 em Angola.....	107
5.2. A reativação da FUA e o seu papel na descolonização de Angola	116
5.3. A guerra civil e o domínio da UNITA nas Terras Altas da Huíla	119
5.4. O êxodo final da população branca de Angola	125

CONCLUSÃO 129

BIBLIOGRAFIA.....	134
FONTES ARQUIVÍSTICAS.....	136
FONTES IMPRESSAS	138
FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO.....	138
FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER MEMORALÍSTICO	139
IMPRESA.....	139
FONTES AUDIOVISUAIS.....	139
ANEXOS.....	140
Esboço da carta demográfica do distrito da Huíla, 1923	140
Mapa administrativo de Angola, 1960.....	141
SIGLAS.....	142

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se no âmbito dos estudos sobre o colonialismo de povoamento europeu – o chamado *settler colonialism* – em África, tendo em especial consideração o caso representado pela colonização portuguesa do sul de Angola, mais precisamente nas Terras Altas da Huíla. Trata-se de uma problemática de notável relevância histórica e ainda pouco trabalhada pelas historiografias portuguesa e angolana. A principal questão que pretendemos abordar ao longo do nosso trabalho prende-se com o comportamento político dos colonos brancos face ao regime colonial. A este respeito, a nossa tese é a de que o relacionamento entre os colonos brancos e o poder colonial foi caracterizado por fortes tensões políticas provocadas pelo centralismo político-económico do regime, pelas ineficiências da administração colonial, bem como por os entraves ao desenvolvimento económico do território e, no fundo, pelo enriquecimento da elite branca. Daí que as reivindicações dos colonos tivessem muitas das vezes uma base fundamentalmente do foro económico. Todavia, as tensões com o regime colonial também foram propiciadas pela pretensão dos colonos em obterem o controlo do aparelho do Estado colonial. Uma pretensão aliás comum a todas as colónias de povoamento europeu. De referir ainda que, essas tensões desembocaram em situações de oposição aberta ao regime colonial ou mesmo na assunção de posições nacionalistas, protagonizadas por certos setores da população branca e contrárias à manutenção da soberania portuguesa.

Em termos geográficos, optámos por focar apenas uma determinada região angolana, em virtude da imensidão do território dessa antiga colónia portuguesa. A nossa opção recaiu nas Terras Altas da Huíla, uma zona de planaltos elevados e de clima relativamente ameno no sul de Angola. Esta escolha foi motivada pelo facto de as Terras Altas da Huíla terem sido uma das regiões angolanas onde o fenómeno da colonização branca foi mais intenso, tendo o povoamento iniciado de forma sistemática ainda no século XIX. Durante o Estado Novo, a Huíla era apresentada como um exemplo de sucesso da colonização portuguesa em Angola, constituindo a “prova” visível da capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos.

Relativamente à cronologia, optámos por incidir com particular ênfase na fase final dessa mesma colonização, mais precisamente no período compreendido entre 1958 e 1975. A adoção desta cronologia justifica-se por várias razões. Por um lado, a impossibilidade de analisar, com a necessária profundidade, todo o arco cronológico

correspondente ao processo de colonização e de povoamento branco do sul de Angola (1849-1975)¹. Por outro lado, foi nessa fase final que o protesto político dos colonos brancos adquiriu maior visibilidade no sul de Angola, sendo isso particularmente evidente a partir das eleições para a Presidência da República Portuguesa de 1958. Por fim, esta cronologia permiti-nos acompanhar a evolução do protesto político dos colonos – e as suas principais reivindicações no plano económico-social – ao longo dos treze anos de guerra colonial (1961-1974), bem como no biénio relativo à descolonização (1974/1975).

Em termos de estrutura, a dissertação está organizada em cinco capítulos, para além da introdução, da conclusão e da parte relativa às fontes e à bibliografia. No primeiro capítulo apresentamos o estado da arte relativamente à questão do colonialismo de povoamento português em África, inserindo-a no amplo debate internacional sobre a colonização europeia. No segundo capítulo abordamos as origens da colonização portuguesa do sul de Angola com o objetivo de operar uma contextualização histórica do processo de povoamento branco das Terras Altas da Huíla. Consideramos essa contextualização histórica necessária para uma melhor compreensão das características do protesto político dos colonos brancos a partir da década de 1950.

No terceiro capítulo analisamos o impacto político das eleições presidenciais portuguesas de 1958 no sul de Angola, tendo em especial consideração o comportamento das elites brancas da Huíla. É nosso objetivo entender o grau de incorporação política dos colonos no processo colonial, bem como as características do protesto político dos brancos de Angola. No quarto capítulo, o mais volumoso, analisamos a evolução do protesto político dos colonos brancos durante a guerra de independência de Angola, tendo em especial atenção o caso representado pela Frente de Unidade Angolana (FUA).

Simultaneamente, colocamos em perspetiva a governação colonial de Marcelo Caetano, salientando as reações da população branca às suas reformas no sentido da autonomização política das colónias. Por fim, no quinto capítulo abordamos o processo de descolonização de Angola, que resultou na dissolução da sociedade colonial estabelecida pelos portugueses na Huíla, sendo disso um sinal evidente o êxodo da população branca em 1975.

¹ De referir, contudo, que no Capítulo 2 apresentamos o quadro geral e as principais linhas de força que caracterizaram a evolução da colonização portuguesa no sul de Angola desde meados do século XIX até ao período do Estado Novo. Apresentamos também os principais debates, de cariz historiográfico, antropológico e geográfico sobre esse mesmo processo de colonização.

Importa referir que, para a elaboração desta tese utilizámos um conjunto lato de fontes e de bibliografia. A este respeito, destacamos a importância da documentação dos Arquivos António Oliveira Salazar e PIDE/DGS, que nos permitem perceber e melhor caracterizar a evolução da contestação e das reivindicações dos colonos brancos face ao regime colonial. Relativamente a estes dois arquivos, ambos à guarda do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, consultámos os processos relativos a movimentos, figuras de opositores, nacionalistas angolanos, bem como os relatórios dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola (SCCIA) referentes à atividade dos movimentos nacionalistas no sul de Angola. Analisámos, de igual modo, a propaganda e o material político produzido pelos movimentos políticos angolanos apreendidos pela polícia política portuguesa (por exemplo, o Programa da Frente de Unidade Angolana, FUA). Examinar algo palpável como os “panfletos subversivos” ou outro material difundido por essas organizações enriqueceu o nosso estudo porque permitiu clarificar o que definíamos enquanto reivindicações políticas dos colonos brancos. Por sua vez, os processos e registos prisionais da PIDE complementaram a nossa investigação. Nesta documentação observámos detalhes sobre acontecimentos e personalidades que não eram referidos em correspondências ou relatórios, mas cuja importância para a compreensão das movimentações nacionalistas nas Terras Altas da Huíla é fundamental. Não obstante, a consulta da correspondência entre diferentes níveis da administração colonial, inclusivamente cartas e relatórios enviados ao Presidente de Conselho de Ministros, uma análise que permitiu consolidar esta problemática. Deste modo, conseguimos perceber a posição do Estado Novo face à emergência da causa nacionalista em Angola.

Dito isto, importa salientar o papel fundamental desempenhado pelas fontes periódicas para a realização deste estudo. Referimo-nos, particularmente, ao *Jornal da Huíla*, um dos principais órgãos da imprensa colonial do sul de Angola, cuja análise é indispensável para a compreensão da sociedade colonial no distrito da Huíla. Neste sentido, consideramos oportuno realizar algumas breves considerações sobre o uso da imprensa no processo de reconstrução histórica.

Primeiramente, devemos saber tratar o jornal como uma fonte que precisa ser lida à luz de um determinado contexto histórico, submetendo-a, portanto, a um processo de acurada crítica historiográfica. O historiador deve ter conhecimento das condições de produção e de financiamento do jornal, visto que quem financia a imprensa pode ter interesse político ou pessoal de omitir ou deturpar a informação. O historiador deve

também perceber o público-alvo do jornal, tendo em consideração que o teor de muitos dos artigos publicados diz respeito ao mediatismo próprio da comunicação social.

Naturalmente, a presença da censura deve ser tida em consideração por quem analisa os jornais. No caso de Portugal e das suas colónias, as publicações periódicas contavam, na sua maioria, com a análise e retificação da censura desde o período da Ditadura Militar e até ao 25 de abril de 1974. Relativamente à recolha de informação, esta deve obedecer a uma metodologia rigorosa, havendo várias técnicas. Podemos considerar duas opções principais de pesquisa. Por um lado, podemos realizar uma análise sistemática, número a número, ao longo de um certo período. Por outro lado, podemos fazer uma pesquisa por sondagem, analisando apenas certos momentos-chave, o que implica resultados relativamente aleatórios. Entendendo a importância da imprensa para a nossa dissertação, optámos por fazer uma análise sistemática de todos os números do *Jornal da Huíla*, desde 1954 até 1975. Tendo em conta que se tratava de um semanário, analisámos 1.093 números, ao longo de mais de duas décadas, sendo a última edição datada de 25 de setembro de 1975.

No entanto, antes de procedermos à descrição do *Jornal da Huíla*, importa expor um relatório alusivo à situação dos órgãos de informação angolanos em 1957, que consultámos num dos processos do Arquivo António Oliveira Salazar. Elaborado por Luís C. Lupi, este relatório descreve o panorama económico e político da imprensa em Angola. O autor considerava que a imprensa angolana movimentava largas quantias monetárias, talvez conseqüente do investimento dos patrões e empresários angolanos, e que empregava um número razoável de funcionários. Lupi, porém, fazia menção às queixas dos profissionais de imprensa angolanos. Estes sentiam-se revoltados com a chegada dos jornalistas metropolitanos que rapidamente tomavam posse dos cargos mais importantes, com remunerações elevadas e superiores às atribuídas aos jornalistas locais.

O relatório é acompanhado por uma esquematização pertinente para a análise da imprensa no sul de Angola no período pré-eleições de 1958. No quadro apresentado, o autor definiu os locais das sedes dos jornais e caracterizou cada um deles conforme as reivindicações das suas publicações e críticas que eram apresentadas e posteriormente censuradas pelas autoridades. Neste sentido, apuramos que, o jornal *A Voz do Planalto*, com sede em Nova Lisboa, era considerado o órgão de defesa da colonização nacional de Angola. *O Lobito*, sediado na cidade do Lobito, tinha um cariz meramente noticioso. O jornal *O Intransigente*, publicado em Benguela, defendia o nacionalismo angolano e

fazia críticas veementes ao regime colonial. *O Jornal de Benguela* e o *Sul* eram, de acordo com o documento, órgãos de grande informação e com grande capacidade de mobilização da opinião pública. *O Namibe*, publicado em Moçâmedes, era um jornal que se considerava ao serviço do respetivo concelho. Por sua vez, o *Jornal da Huíla* e *A Huíla*², ambos publicados em Sá da Bandeira, tinham um cariz independente, libertos de qualquer “controlo político” por parte do governo, pelo que assumiriam uma postura crítica ao regime sempre que julgavam pertinente e oportuno³.

No caso específico do *Jornal da Huíla*, constatamos que o seu proprietário e diretor – Venâncio Guimarães Sobrinho – foi uma das personalidades com mais destaque económico e político na região. Era o maior empresário do sul de Angola e um dos principais líderes da corrente autonomista entre os colonos brancos. Este facto é de grande relevância para a nossa pesquisa porque o nosso objetivo principal é o de compreender as características do protesto políticos dos brancos de Angola. Por outro lado, tendo financiamento privado por parte de um dos maiores empresários angolanos, o *Jornal da Huíla* pôde manter uma grande independência em relação ao Estado colonial, tal como indicado no relatório de Luís Lupi de 1957.

Todavia, na maioria das publicações encontramos a notificação das autoridades com o respetivo aviso de censura. Porém, a análise que fizemos dos conteúdos publicados nesse periódico demonstra que a ação da censura era bastante limitada, pois as críticas ao regime colonial foram sempre bastante incisivas. Deste modo, através da imprensa pudemos analisar a vida política colonial do sul de Angola e, simultaneamente, acompanhar os trabalhos do Conselho Legislativo de Angola, cujos debates foram amplamente reportados pelo *Jornal da Huíla*. Neste sentido, apuramos o comportamento dos representantes dos colonos brancos – e das associações económicas – no Conselho Legislativo, nomeadamente as suas posições críticas relativamente ao regime colonial. Por tudo isto, o *Jornal da Huíla* revelou-se uma fonte preciosa para a elaboração da nossa tese. Tanto quanto sabemos, fomos o primeiro a realizar uma análise sistemática desse jornal, cuja coleção foi consultada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Enfim, convém salientar que optámos por utilizar a toponímia colonial coeva do período analisado. Neste sentido, utilizámos a denominação colonial da capital do

² O jornal *A Huíla* era dirigido pelo Tenente-coronel Vitória Pereira.

³ AOS/CO/UL -33, PT.2 - A informação e a formação da opinião pública em Angola e Moçambique. Lisboa, 1957.

distrito da Huíla, Sá da Bandeira, e não a sua designação do período pós-colonial (Lubango). Surgem ainda ao longo do nosso trabalho outras denominações coloniais díspares das atuais, nomeadamente Nova Lisboa (Huambo), Moçâmedes (Namibe), Silva Porto (Kuito).

CAPÍTULO 1. O COLONIALISMO DE POVOAMENTO PORTUGUÊS EM ANGOLA: ESTADO DA QUESTÃO

Neste capítulo apresentamos o estado da arte relativo ao colonialismo de povoamento português em África, mais concretamente o caso representado pela colonização branca de Angola. Numa primeira instância, procuramos definir e entender o que é o colonialismo de povoamento, denominado *settler colonialism*, tendo em consideração a sua recente definição pelos *settler colonial studies*. Posteriormente, apresentamos de forma crítica o modo como o colonialismo de povoamento português tem sido pouco tratado pela historiografia e pelas outras ciências sociais, tanto no plano internacional, como no plano português e angolano. Enfim, explanamos algumas das nossas perspetivas de investigação relativamente ao objeto da nossa tese.

1.1. Definição de *settler colonialism*

O *settler colonialism* – colonialismo de povoamento, em português – consiste na transferência a título permanente de contingentes populacionais provenientes da metrópole para um território submetido à dominação colonial, com objetivo de reproduzir uma sociedade colonizadora. Regularmente, esta colonização é aplicada através da eliminação parcial ou total das populações indígenas. De referir que, numa fase embrionária o processo pode ser feito de forma “forçada”, isto é, com o recurso à migração ou mesmo deportação de pessoas consideradas indesejadas na metrópole. Assim aconteceu na Austrália, inicialmente uma colónia penal da Inglaterra.

Por outro lado, durante toda a fase da colonização ocorre uma tensão dialética entre a metrópole e a colónia de povoamento, uma vez que, a médio/longo prazo, a colónia tende a procurar libertar-se da tutela metropolitana por via da sua transformação em Estado independente pela mão dos próprios colonos⁴. Uma independência feita pelo estrato colonizador, na maioria dos casos sem a participação das populações colonizadas, as quais poderão sobreviver ou não ao processo de colonização. Este tipo de independência sucedeu-se na maioria dos países americanos, na Austrália, na Nova Zelândia, e foi igualmente ensaiada – mas com menos sucesso – na União Sul Africana. Noutros casos, as independências foram protagonizadas pelas populações colonizadas que conseguiram resistir ao ímpeto da colonização. Nestas situações, as independências

⁴ VERACINI, Lorenzo, “Settler Colonialism: Carrer of a Concept”, *The jornal of Imperial and Commonwealth History*, Mar 2013 pp. 1-22, p. 1.

resultaram na expulsão dos estratos colonizadores, sendo disso exemplar o caso da Argélia Francesa.

Neste sentido, o colonialismo de povoamento foi um fenómeno multifacetado, pelo que as suas características diferiram de território para território, segundo a economia, demografia, cultura e opções políticas quer dos colonizadores, quer dos colonizados.

Relativamente ao continente africano, Fernando Tavares Pimenta refere que o colonialismo de povoamento se caracterizou pelo povoamento e ocupação permanente do espaço colonial por uma população colonizadora e não apenas pela exploração dos recursos económicos do território. No seu entender, o fenómeno resulta na constituição de uma terceira força inserida no seio da situação colonial, representada pelos colonos brancos e distinta quer do poder metropolitano, quer das maiorias indígenas africanas.

Em termos demográficos, essa colonização foi quantitativamente mais limitada do que no Novo Mundo, não se tendo procedido, pelo menos de forma sistemática, à eliminação das populações colonizadas. Acresce que, pelo seu número limitado, os colonos de origem europeia nunca puderam prescindir da mão-de-obra africana, essencial ao desenvolvimento económico das colónias. Em todo o caso, apesar da sua “fragilidade demográfica”, os colonos brancos não deixaram de reivindicar o controlo do Estado colonial, opondo-se ferozmente ao controlo exercido pela metrópole, servindo de exemplo o caso do Zimbabué, ex. Rodésia do Sul.

O objetivo dos colonos seria a anulação da soberania metropolitana sobre o território colonial, substituindo-a por uma governação local liderada pelos próprios colonos. Esta meta era comum e transversal a todas as colónias de povoamento europeu em África, da Argélia à África do Sul, passando pelo Quénia, Rodésia, Angola e Moçambique⁵. Esta perspetiva é corroborada por Arghiri Emmanuel, cuja análise do comportamento político do terceiro elemento, representado pelos colonos, vai no sentido de se opor à dependência externa da colónia baseada num capitalismo imperialista centralizado na metrópole⁶.

⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – “Colonialismo demográfico português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória”, *Revista de Teoria da História*, volume 17, nº1, julho de 2017, pp. 219-246.

⁶ VERACINI, Lorenzo – *Ob. Cit.*, 2013, p. 7.

1.2. Estado da arte: a produção científica internacional

Feitas estas considerações, vejamos como a historiografia e as outras ciências sociais têm tratado a questão do colonialismo de povoamento português em Angola. No plano internacional destacamos os estudos realizados por Gerald Bender, René Pélissier, Christine Messiant e Norrie MacQueen.

Gerald Bender⁷ foi porventura, quem mais se pronunciou sobre as assimetrias resultantes da colonização branca no sul de Angola, particularmente nos primeiros anos do processo de povoamento das Terras Altas da Huíla. Na sua obra *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*⁸, Bender analisa o impacto da colonização branca sobre as sociedades africanas colonizadas, nomeadamente o afastamento ou abandono forçado das terras por parte dos africanos em prol da instalação de colonos provenientes de Portugal. Esta deslocação forçada da população indígena terá gerado grandes problemas do ponto de vista social e económico, com reflexos na queda da produção agrícola, uma vez que os autóctones seriam os únicos que sabiam cultivar as terras com as suas técnicas e engenhos agrícolas. Ao invés, os colonos, careciam de conhecimento sobre o clima e fertilização das terras, bem como, na maioria dos casos, de uma instrução agrícola imprescindível para o povoamento da região. Consequentemente, a produção agrícola foi deficitária nos primeiros anos da colonização. Todavia, acresciam outras condicionantes, como o desleixo e o diletantismo dos colonos brancos, visto que muitos recusavam o trabalho agrícola, procurando usufruir da mão-de-obra barata representada pelos africanos.

Porém, o autor denuncia, de igual modo, a atuação do Estado Português neste processo da colonização, nomeadamente a falta de preparação dos colonos para o processo de povoamento e para um aproveitamento rentável das terras. De facto, Gerald Bender critica o Estado Português por ter apostado na colonização do sul de Angola. Neste sentido, acusa o aparelho governativo de cometer vários erros, inclusivamente a inclusão de cabo-verdianos no processo de colonização das terras angolanas, com o intuito de estes serem intermediários raciais e aumentarem a produtividade económica. O que não aconteceu.

Dito isto, importa fazer uma leitura concisa da obra de Gerald Bender. Na minha perspetiva, o académico comete dois erros. O primeiro é o facto da sua obra se basear,

⁷Professor de Relações Internacionais na Universidade do sul da Califórnia, especialista sobre África e sobre a Política Externa norte-americana.

⁸ BENDER, Gerald – *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality*. London: Einemann Educational Books, 1978.

numa dura crítica à colonização portuguesa. Por mais que o seu trabalho de investigação tenha sido dedicado com o máximo de brio e qualidade de escrita, o facto é que o produto final veicula uma versão ideológica e facciosa do processo de colonização. Outro erro resulta do facto desse académico definir as suas metas de crítica somente pelo alegado fracasso da dinamização económica no sul de Angola, em virtude da falta de gestão económica, da má-conduta e da falta de empreendedorismo por parte dos colonos. No meu entender, uma perceção errónea, visto que o significativo desenvolvimento económico alcançado no final do período colonial no sul de Angola, contradiz essa leitura.

Noutro âmbito, os trabalhos de René Pélissier⁹ destacam-se no plano internacional dos ensaios sobre o colonialismo português. O historiador francês é autor de vários estudos que, obedecendo a uma extensa cronologia, referem a colonização portuguesa desde a instalação dos primeiros colonos até ao período de descolonização, especialmente no seu livro: *La Colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola*. Nesta obra, René Pélissier estuda as características socioeconómicas do povoamento branco, bem como a emergência do fenómeno anticolonialista em Angola, considerando alguns fatores que contribuíram para o distanciamento político dos colonos brancos em relação à metrópole. Numa primeira instância, analisa a “emigração” portuguesa para Angola corroborando a visão de Vicente Ferreira¹⁰, que caracteriza os colonos como aventureiros e ambiciosos quanto a uma possível riqueza, mas desinteressados pela difusão cultural e desenvolvimento da ciência nacional. Consequentemente, o típico colono português procurava o seu enriquecimento e bem-estar individual, caracterizando-se pela perseverança e capacidade de defrontar as crises que surgiram durante a sua instalação, bem como por uma adaptação às condições climáticas¹¹.

Em termos socioprofissionais, Pélissier divide os colonos em quatro categorias: 1 - Detentores de capitais para investir num novo território; 2 - Técnicos e artesãos qualificados; 3 - Trabalhadores agrícolas e proletários; 4 - Aventureiros sem classe –

⁹ PELISSIER, René – *Portugal Afrique Pacifique, une bibliographie internationale critique (2005-2015)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 2015.

¹⁰ FERREIRA, Vicente – *Estudos Ultramarinos. Colonização e diversos* (Vol.4). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953-1955.

¹¹ PELISSIER, René – *La colonie du minotaure, nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978.

vagabundos, brancos pobres, capatazes e pequenos comerciantes –, que constituiriam o maior núcleo de emigração tradicional portuguesa¹².

O baixo nível de escolaridade seria outra das características da colonização portuguesa. No ano de 1950, 32% (22.184) dos colonos não sabiam ler nem escrever e somente 39% (27.042) tinham concluído o ensino primário¹³. Pélissier considera este facto relevante não só em termos económicos, mas também no que concerne ao contacto com os autóctones, com consequências negativas ao nível da difusão da cultura portuguesa. Por outras palavras, o contacto cultural e a prática da miscigenação, ambicionada pelo Estado português, seriam condicionados por esse fator¹⁴. Acresce que, a falta de habilitações dos colonos fomentava a competição profissional entre brancos e africanos, negros e mestiços, por certos empregos e trabalhos humildes, particularmente nos meios urbanos, um fenómeno que prejudicava as relações raciais. Face a este cenário, muitos colonos pobres acabavam por se fixar nas cidades costeiras, onde competiram com os africanos pelos empregos que exigiam poucas habilitações literárias.

Existem, porém, fatores de aproximação política entre os colonos brancos e os africanos. Para Pélissier, a política autoritária e centralizadora do Estado Novo propiciou uma aproximação entre os brancos, sobretudo os nascidos na colónia, e os mestiços e negros. O afastamento deliberado dos brancos nascidos em Angola, bem como dos mestiços e dos negros, dos cargos administrativos da colónia fomentou uma colaboração política, pelo menos inicial, entre esses três estratos da população, principalmente nas zonas urbanas. Face a este cenário, surge a emergência de um protesto político contra a dominação portuguesa mesmo entre os brancos de Angola.

A este respeito, Pélissier descreve o elevado grau de centralização política durante o período salazarista. O Estado central detinha as rédeas da governação e não concedia aos colonos uma participação expressiva no processo de decisão política. O conselho legislativo, enquanto órgão de representação política da população da colónia, é um claro exemplo do condicionamento provocado pelo centralismo administrativo, visto que o modo de eleição dos vogais desse conselho espelhava a sobreposição dos interesses do Estado aos interesses dos colonos. De facto, apenas podia ser eleito por sufrágio direto um vogal por cada um dos quinze distritos, os outros vogais eram

¹² PÉLISSIER, René – *Ob. Cit.*, 1978, p. 47.

¹³ PÉLISSIER, René – *Ob. Cit.*, 1978, p. 39.

¹⁴ PÉLISSIER, René – *Ob. Cit.*, 1978, p. 46.

nomeados de forma corporativa em representação do patronato, das associações económicas, da classe trabalhadora, dos interesses culturais e dos órgãos administrativos¹⁵. Este panorama terá provocado o aparecimento de um protesto político de feição anticolonial quer entre a população africana, negra e mestiça, quer entre os brancos angolanos.

A temática político-económica e socioprofissional é de igual modo estudada por Christine Messiant¹⁶. Acompanhando o raciocínio de Pélissier, Messiant afirma que a fraqueza económica do colono branco – e a debilidade da burguesia angolana – é justificada pela interdependência económica e política de uma metrópole que evita constitucionalmente a criação de uma base económica autónoma em Angola¹⁷. Christine Messiant afirma que o desenvolvimento de Angola colocaria em causa o enriquecimento da metrópole. Daí que a metrópole tivesse entravado durante décadas a industrialização de Angola. A alteração desta política sucedeu-se somente após o início da guerra de independência, ocorrido em 1961. Com Marcelo Caetano, o processo de industrialização conheceu uma aceleração devido à imposição de uma política de restrição de importações por parte da colónia. Portanto, a diminuição de compras ao estrangeiro aumentou a necessidade de criação de indústrias que procedessem à manufatura e venda na própria colónia. Por sua vez, essas mesmas indústrias deveriam suportar as despesas correntes e as extraordinárias do desenvolvimento de Angola, nomeadamente as despesas com as forças militares¹⁸.

Relativamente à população colona, Messiant entende que os brancos angolanos não seriam tão urbanos como os restantes brancos em África¹⁹. Contudo, não há um consenso historiográfico sobre este ponto, existindo posições antagónicas quanto à alegada urbanidade dos brancos de Angola. No seu entender, outras características do povoamento branco seriam a falta de habilitações da população, a contenção do emprego branco no setor terciário, não administrativo – transportes e comunicações²⁰ –, a importância do emprego não qualificado, as desigualdades económicas, os privilégios concedidos pelo Estado a um pequeno núcleo de colonos e a pequena capitalização das

¹⁵ PÉLISSIER, René – *Ob. Cit.*, 1978, p. 113.

¹⁶ MESSIANT, Christine – *1961: L'Angola colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Paris: École des Hautes Études, 1983.

¹⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, os brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2016, p. 42.

¹⁸ MESSIANT, Christine – *Ob. Cit.*, 1983, p. 28.

¹⁹ MESSIANT, Christine – *Ob. Cit.*, 1983, p. 181.

²⁰ MESSIANT, Christine – *Ob. Cit.*, 1983, p. 190 – No ano de 1960 os bancos, seguros e outros serviços detinham 9.000 trabalhadores. Em 12.000 proprietários, mais de metade eram comerciantes.

empresas dos colonos brancos.²¹ Portanto, os brancos angolanos trabalhavam, na sua maioria, em setores que não requeriam especialização e a camada de trabalhadores qualificados cingia-se a uma minoria. Em certos casos, Messiant afirma que os brancos trabalhavam nas mesmas tarefas desempenhadas pelos negros. No entanto, essa precariedade económica dos colonos portugueses acabou por reforçar o distanciamento e o racismo contra os negros, sobretudo face à elite assimilada, seus diretos concorrentes no acesso ao emprego²².

Norrie MacQueen complementa o estudo do povoamento branco em Angola analisando o processo migratório e a constituição da administração de Angola, tendo em conta a política do Estado Novo²³. Num sentido lato, MacQueen considera que o investimento português em África resultou de uma solução económica e política face às condições internacionais da época. No seu entender, a colonização dos territórios africanos iria combater a política protecionista dos países do norte da Europa e a queda de preços dos produtos primários no mercado, assim como preenchia o espaço de um Brasil afastado politicamente e culturalmente de Portugal²⁴. O edifício político colonial foi cristalizado pela política do Estado Novo, consubstanciada na promulgação do Acto Colonial, em 8 de julho de 1930, a chamada “lei do imperialismo português do século XX”. A definição de um “Estado uno e indivisível” é uma consequência da política imperial posta em prática após o Acto Colonial.

A este respeito, Norrie MacQueen sublinha que o Acto Colonial acentuou a centralização e integração administrativa das colónias na metrópole, colocando as colónias em interdependência e salvaguardando os interesses económicos nacionais face ao capital estrangeiro, pela adoção do protecionismo. Esta afirmação de MacQueen coloca-o no debate historiográfico sobre a colonização de Angola visto que, na década de 1960, os movimentos nacionalistas angolanos denunciavam que as riquezas naturais de Angola eram exploradas por ingleses e alemães com o consentimento do Estado português²⁵, portanto, uma perspetiva que contraria a ideia avançada pelo autor baseada na adoção de um protecionismo em prol dos interesses da burguesia portuguesa.

Por outro lado, as últimas décadas do domínio português foram caracterizados por um surto migratório para as colónias ilustrativo das características da população

²¹ MESSIANT, Christine – *Ob. Cit.*, 1983, p. 186.

²² MESSIANT, Christine – *Ob. Cit.*, 1983, p. 204.

²³ MACQUEEN, Norrie – *A descolonização da África portuguesa – Revolução metropolitana e dissolução do império*. Lisboa: Inquérito, 1998.

²⁴ MACQUEEN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 23.

²⁵ MACQUEEN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 28.

portuguesa na metrópole, mas que pretendia consolidar o postulado do Portugal uno e indivisível difundido pelo Estado Novo. Norrie MacQueen refere que o triplicar do número de colonos brancos em Angola – de 100.000 para 300.000, em apenas duas décadas²⁶ – é uma consequência da política imperial do salazarismo, aliada à reformulação constitucional das colónias em províncias ultramarinas na década de 1950. No entanto, esta migração não garantia melhorias na qualidade de vida de todos os colonos brancos. Por exemplo, em 1960 cerca de 7.000 brancos estavam desempregados e era vulgar ver colonos a exercer profissões humildes, tais como condutores de autocarros e empregados domésticos. Consequentemente, a fraca qualidade de vida de certos colonos, a falta de habilitações, a ausência de uma efetiva participação política, a falta de conhecimento da política mundial, refletia uma realidade sociopolítica de algum modo semelhante à da metrópole²⁷, ou seja, uma realidade una e indivisível. A sociedade colonial branca não era assim tão diferente da metropolitana, ambas marcadas pela pobreza e pela repressão política.

Relativamente à descolonização, Norrie MacQueen analisa o processo de composição de “terceiras forças”, representativas dos colonos brancos, no seio da sociedade colonial angolana. No seu entender, na fase pré-descolonização António de Spínola pretendia incorporar essas forças políticas num referendo que solucionasse a questão da independência das colónias, fazendo-se acompanhar pelas reivindicações socioeconómicas dos colonos brancos²⁸. Na linha de Perry Anderson, MacQueen classifica o projeto spinolista de *hyper colonialismo*, mas que podemos contemplar nos termos de neocolonialismo. A este respeito, MacQueen analisa a ação política de alguns desses movimentos, nomeadamente o Partido Cristão Democrático, liderado por António Ferronha, considerado extremista e racista devido à sua composição, e a Frente Unida Angolana, encabeçada por Fernando Falcão, caracterizada por uma posição liberal, autonomista e europeizada. No entanto, o afastamento de Spínola determinou o fracasso dessas chamadas terceiras forças, pelo que a descolonização resultou na passagem de poderes diretamente para as mãos das guerrilhas africanas²⁹.

²⁶ MACQUENN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 29

²⁷ MACQUENN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 31.

²⁸ MACQUENN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 199.

²⁹ MACQUENN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 200.

1.3. Estado da arte: produção científica angolana e portuguesa

No plano da produção científica angolana e portuguesa sobre o colonialismo de povoamento em Angola, destacamos contributos provenientes do campo da demografia, da geografia, da antropologia e da história, nomeadamente, os trabalhos de Alberto Lemos, Ilídio do Amaral, Carlos Alberto Medeiros, Orlando Ribeiro, Cristiana Bastos, Cláudia Castelo e Fernando Tavares Pimenta. Vejamos de forma sucinta como cada um dos académicos abordou esta problemática.

Alberto de Lemos, um dos responsáveis pela realização do recenseamento demográfico da população angolana de 1940, foi porventura um dos primeiros intelectuais luso-angolanos a debruçar-se sobre a problemática da colonização branca de Angola, no entanto sem o aparato teórico e metodológico definido, anos mais tarde, no âmbito dos *settler colonial studies*. Alberto Lemos insere-se no debate sobre o processo de colonização português tomando posição por uma colonização livre não dirigida pelo Estado, mas tão só potenciada e auxiliada por este. O autor expõe a sua visão relativa ao sistema de colonização incidindo, particularmente, sobre o papel dos colonos na transformação e dinamização económica e social do território angolano. Numa visão em parte idealizada, Alberto Lemos considera que a vontade e o engenho dos colonizadores foram os instrumentos essenciais para a obtenção dos resultados satisfatórios no campo da colonização. Acrescenta que, muito da dinamização económica que se sentia no território resultava das movimentações comerciais dos colonos, aduzindo a uma alegada boa relação com os autóctones, praticada num molde de sobrevivência e não num molde de mero enriquecimento. No seu entender, surge uma composição do sistema colonial constituída por colonos recém-chegados, antigos residentes, euro-africanos e autóctones evoluídos³⁰.

Naturalmente, o autor apresenta uma visão ideal da sociedade colonial, edificada sobre o processo de colonização caracterizado por uma certa homogeneidade social, fruto da fusão de distintas raças e culturas. Ainda que de forma esquemática, esta visão remete-nos para a necessidade de compreender de forma mais estruturada certos fenómenos sociais como o da miscigenação e da aculturação dos autóctones à cultura europeia. Dois fenómenos que devem ser escrutinados para uma correta apreciação sociológica daquele território colonial.

³⁰ MACQUENN, Norrie – *Ob. Cit.*, p. 10.

Por outro lado, Alberto Lemos considera que, para uma aceleração do processo de colonização, seria necessário os “colonos serem civilizados e capazes de compreender métodos de alto rendimento económico”³¹. Havia, portanto, que romper com algumas das características iniciais da colonização portuguesa assente no envio de degredados da metrópole, bem como de analfabetos e de outro tipo de colonos sem qualquer conhecimento de estudos económicos, agrícolas ou compreensão da cultura indígena. A ausência de capitais seria outro dos problemas que teriam enfermado o processo de colonização. Neste sentido, apesar de recusar uma colonização dirigida pelo Estado considera que, este deveria auxiliar o processo de colonização através de injeção de capital e na formação dos novos colonos.

O geógrafo luso-angolano Ilídio do Amaral³² definiu as características do povoamento branco em Angola a partir de uma análise empírica do processo migratório e da instalação dos colonos, bem como da evolução do núcleo colonial branco até 1960. Para o efeito, utiliza fontes estatísticas de carácter demográfico e tem em consideração aspetos como a raça, a ocupação populacional e o nível escolar da população branca. Inicialmente, Amaral reconstrói o processo de instalação dos colonos portugueses no sul de Angola, tendo em especial consideração a fundação de Moçâmedes sucedida em maio de 1849, conseqüente da instalação de famílias portuguesas provenientes do Brasil. O estabelecimento destes colonos em Angola foi auxiliado pelo Governo português que, providenciou transporte e segurança aos 180 migrantes até à sua instalação definitiva no litoral angolano³³. Esta vaga migratória foi precedida de outras deslocações de colonos provindos de várias regiões de Portugal, com especial destaque para o povoamento da Huíla sucedido na década de 1880, protagonizado por madeirenses.

O fortalecimento do fluxo migratório para Angola contribuiu para o crescimento da população branca ao longo do período de colonização, em especial no século XX. Deste modo, entre os anos 1930-1960, houve um crescimento gradual do número de brancos residentes em Angola: 30.000 em 1930, 44.083 em 1940, 78.000 em 1950 e 110.000 em 1955³⁴. Este incremento foi sustentando não só pela imigração, mas também pelo crescimento natural da população branca fruto de uma expressiva taxa de

³¹ LEMOS, Alberto de – *Colonização étnica*. Porto: Porto editora, 1957, p. 28.

³² AMARAL, Ilídio do – *Aspectos do povoamento branco de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

³³ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 17.

³⁴ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 26.

natalidade. Não dispondo de dados completos sobre a natalidade, Ilídio do Amaral realizou uma análise do número de batismos de crianças brancas entre 1911 e 1952. Na década de 1911-1920, registou-se uma média anual de 267 batismos de crianças brancas. Uma média que subiu para 589 na década de 1920 e para 944 na década de 1930. Por sua vez, só no ano de 1941 foram batizadas 1114 crianças brancas, número que subiu para 1986 em 1950 e para 2543 em 1952³⁵. Para Ilídio do Amaral, estes números espelhavam bem o aumento da natalidade e o crescimento demográfico da minoria branca.

Relativamente ao sul de Angola, Ilídio do Amaral analisou a densidade populacional da população branca no ano de 1950, calculando o número de brancos por quilómetro quadrado nos seguintes municípios: Artur de Paiva 3,64%; Chibia 3,85%; Huíla 13,16%; Quilengues 7,38%; Lubango 3,64%; Moçâmedes 6,65%; Nova Lisboa 3,64%; Vila Teixeira da Silva 3,64%;³⁶.

Por outro lado, de acordo com os dados coligidos por Ilídio do Amaral, os brancos naturais da colónia – os chamados *euro-africanos* – representavam cerca de 42,9% do total da população branca em 1940. Este valor não sofreu alterações significativas na década seguinte, demonstrando que esse estrato nunca representou a maioria do aglomerado populacional branco. Somente no distrito da Huíla verificamos o contrário³⁷, um facto consequente da fixação precoce dos colonos brancos nas Terras Altas.

Em termos socioprofissionais, a população branca trabalhava preferencialmente nos setores secundário e terciário. Grande parte da população adulta desempenhava atividades no comércio – comércio ambulante –, na indústria, nos serviços públicos e na administração civil, militar e religiosa³⁸. Segundo Ilídio do Amaral, em 1950 existiam apenas 2646 agricultores brancos, ou seja, 10% da população ativa masculina³⁹. Destes, 805 residiam no distrito da Huíla, sinal de um significativo enraizamento à terra por parte da comunidade branca das Terras Altas da Huíla⁴⁰.

No que toca ao ensino, Amaral indica que taxa de iliteracia dos colonos era alta. A maioria dos colonos apenas tinha a instrução primária e as pessoas com curso superior eram uma fração mínima. Portanto, o grau de instrução e o nível cultural da

³⁵ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 46.

³⁶ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, pp. 29-34.

³⁷ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 43.

³⁸ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 53.

³⁹ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 53.

⁴⁰ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 54.

população branca era baixo, o que de alguma forma também pode explicar o atraso do ensino entre a população indígena. Aliás, Amaral considerava que a criação de escolas em todo o território angolano era urgente de modo a puder alcançar-se a expansão rápida da cultura portuguesa e o desenvolvimento económico e social de Angola⁴¹.

Neste sentido, a análise demográfica e geográfica levada a cabo por Ilídio do Amaral, ainda no período colonial, revela-se, portanto, um auxiliar importante para o conhecimento das estruturas sociais da sociedade colonial branca de Angola em meados do século XX.

Carlos Alberto Medeiros analisou o processo de colonização das Terras Altas da Huíla, tendo em consideração as estruturas demográficas, sociais e económicas da sociedade colonial branca do sul de Angola⁴². No seu entender, ocorreu no dia 19 de novembro de 1884, um momento decisivo na colonização das Terras Altas da Huíla, o estabelecimento de famílias de colonos madeirenses⁴³.

Medeiros descreveu de forma pormenorizada o processo de instalação dos colonos madeirenses na Huíla, desde a forma como foi feito o recrutamento à construção das primeiras casas no planalto, passando pela narração das condições definidas no contrato de colonização, a travessia do Atlântico, a chegada a Moçâmedes e a viagem por terra até às Terras Altas, onde ficaram primeiramente instalados em 4 barracões: 2 para casais casados e com filhos pequenos, outro para os filhos de maior idade e o último para os solteiros e rapazes crescidos. Estas infraestruturas também continham o gabinete de um médico⁴⁴.

Nos meses de março e de abril de 1885, começaram a ser construídas as primeiras casas com materiais recolhidos no local, por exemplo o capim, e os terrenos foram distribuídos pelos colonos. A este respeito, Medeiros salienta a escassez dos meios de comunicação, o que condicionou a chegada de apoios técnicos⁴⁵. Tratando-se de uma empresa de colonização dirigida pelo Estado, aos colonos foi entregue uma parcela de terra (2 hectares por colono), gado bovino e suíno e um abono de 30.000 réis, sendo este distribuído de forma desigual por homens, mulheres e menores de dezoito anos. Importa referir que, o académico narra, detalhadamente, as difíceis condições de

⁴¹ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 54.

⁴² MEDEIROS, Carlos Alberto – *A colonização das Terras Altas da Huíla: estudo de geografia humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.

⁴³ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 191.

⁴⁴ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 193.

⁴⁵ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 630.

vida, o tipo de construção, o precário desenvolvimento urbano inicial, a falta de estradas e de vias de comunicação.

Na sua análise de geografia humana, Carlos Alberto Medeiros destaca o desenvolvimento urbano da cidade de Sá da Bandeira, capital do distrito da Huíla. Para o efeito terá contribuído a construção do caminho-de-ferro de Moçâmedes, que liga o litoral ao planalto, na década de 1920, bem como a criação de várias carreiras de camionagem que permitiram uma ligação a outras vilas e cidades, nomeadamente Pereira D'Eça e Huambo⁴⁶. Contudo, a ligação completa das Terras Altas da Huíla ao sul e ao centro de Angola apenas ficou concluída no ano de 1960, fazendo-se acompanhar por um acentuado crescimento demográfico.

Paralelamente, Medeiros apresenta características da estrutura profissional da população branca e indígena, tendo em conta os vários setores de economia das Terras Altas. Em 1960, 49% da população ativa estava empregada no setor primário (11.403 trabalhadores), 21% trabalhava no setor secundário (4.759 trabalhadores) e 30% trabalhava no setor terciário, nomeadamente no comércio, seguros, bancos e administração pública (7.208 trabalhadores). A maioria da população indígena trabalhava na agricultura e na criação de gado, logo no setor primário. Ao invés, o funcionalismo e o comércio eram os principais ramos empregadores da população branca⁴⁷. Por outro lado, Medeiros assume que o leque profissional presente na Huila era influenciado por fatores como a raça, uma vez que os nativos ocupavam postos profissionais inferiores aos brancos, mas os mestiços teriam uma posição mais elevada, por vezes igualitária aos brancos. A sua obra é, portanto, um contributo assinalável para uma melhor compreensão do processo de colonização branca no sul de Angola.

O geógrafo Orlando Ribeiro realiza um estudo⁴⁸ sobre o fracasso e os condicionantes da colonização portuguesa de Angola. Adotando uma perspetiva lusotropicalista, Orlando Ribeiro considera que a transição cultural e a miscigenação não corresponderam às expectativas do Estado português. No seu entender, a colonização portuguesa revelou-se incapaz de criar uma elite mestiça *lusitanizada* e culturalmente apta para que no após independência viesse a manter laços espirituais com a metrópole⁴⁹. Independentemente destas considerações, bastante discutíveis do ponto de

⁴⁶ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 341.

⁴⁷ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 341.

⁴⁸ RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

⁴⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2008, p. 44.

vista historiográfico, Orlando Ribeiro fornece informações relevantes sobre o processo de povoamento, inclusivamente no sul de Angola. Deste modo, esse eminente geógrafo português fez uma análise da economia colonial e das dificuldades de afirmação de uma agricultura moderna.

A este respeito, Orlando Ribeiro analisou a evolução da agricultura colona na Huíla, salientando as suas debilidades e as dificuldades de escoamento consequente da falta de transportes, sobretudo no período inicial. Por estes motivos, o trigo produzido na região era mais caro do que o importado de Portugal. Além disso, o setor agrícola carecia de investimentos, que nunca foram executados, levando a que uma maioria dos colonos optasse pelo comércio ambulante, mais lucrativo que a agricultura. Simultaneamente, analisa a questão das relações raciais entre colonos brancos e trabalhadores negros indígenas, tendo em conta o tipo de agricultura praticada em diferentes regiões de Angola. O geógrafo demonstra que a distribuição geográfica de plantações de trigo, milho e café levaram a um “contacto cultural distinto” entre trabalhador, capataz e proprietário, visto que as produções desses géneros obedeciam a diferentes condições e técnicas e exigiam recursos humanos diferentes⁵⁰.

Recentemente, a antropóloga Cristiana Bastos estudou o fenómeno migratório madeirense para a Huíla no último quartel do século XIX⁵¹.

Numa primeira instância, Cristiana Bastos explica o programa de emigração elaborado pelo Governo português e divulgado em várias cidades de Portugal. De certo modo, o Estado executou uma operação de propaganda que pretendia recrutar *homens válidos*, com menos de 35 anos de idade, preferencialmente casados, agricultores, artesãos, carpinteiros ou metalúrgicos. Em retorno, os candidatos a colonos receberiam uma viagem gratuita para Angola, 3.000 réis, equipamentos (armas, machado, pá e material de casa básico), assim como proteção até ao local de destino⁵². De acordo com Cristiana Bastos, os madeirenses não foram os únicos a concorrerem a este programa visto que, através de um relatório da viagem escrito pelo médico Alexandre Almeida⁵³, consegue-se comprovar a presença de moradores de Braga a bordo do navio *India*, a embarcação que transportou a primeira leva de colonos em 1884.

⁵⁰ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 2014, p. 113.

⁵¹ BASTOS, Cristiana – “Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies”, *International Migration*, volume 46, nº 5, 2008, pp. 27-54.

⁵² BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 37.

⁵³ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 33.

Num segundo momento, focando apenas o caso dos madeirenses, Cristiana Bastos caracteriza antropologicamente a população madeirense. No seu entender os madeirenses eram dotados de firmeza, dedicados à arte dos ofícios e com grande capacidade de adaptação ao novo território. De facto, foi a adaptação dos madeirenses ao novo espaço representado pelas Terras Altas da Huíla que permitiu ao Governo português afirmar a sua soberania naquela zona⁵⁴. A este respeito, Cristiana Bastos considera que no final do período colonial os descendentes dos primeiros madeirenses estariam perfeitamente adaptados ao ambiente físico, clima, doença ou qualquer outro constrangimento natural presente no sul de Angola. Consequentemente, ocorreu uma autêntica transformação antropológica – a *africanização* dessa comunidade branca colonial⁵⁵. Assim, a colonização das Terras Altas da Huíla protagonizada pelos madeirenses é, porventura, o melhor exemplo do colonialismo de povoamento em África.

Cervino Padrão debruçou-se sobre a colonização do sul de Angola, desde os primórdios da instalação portuguesa até ao início da descolonização. Deste modo, procurou caracterizar a sociedade colonial de Moçâmedes e da Huíla, tendo em consideração aspetos de carácter económico e social⁵⁶. Como tal, descreve o processo de instalação dos colonos no sul de Angola, sublinhando os condicionamentos com que os mesmos se depararam. Por exemplo, na agricultura os resultados não corresponderam ao registo de produção ambicionado pelo Estado. As terras eram virgens, sendo a utilização do arado uma novidade, levando a que a produção dos dois primeiros anos fosse irrelevante. As infraestruturas e as estradas eram inexistentes e a criação do caminho-de-ferro foi tardia⁵⁷. Estes constrangimentos prejudicaram o arranque próspero da região da Huíla e condicionaram a fixação de mais colonos. Todavia, anos mais tarde sucedeu-se o inverso, nomeadamente um problema de superprodução e a urgência do seu escoamento, que só foi conseguida com o avanço dos transportes e das vias coloniais no final do período colonial.

Por outro lado, Cervino Padrão considerou que a administração colonial não foi capaz de fomentar a cooperação entre os colonos e os autóctones. No seu entender, ocorreram extorsões por parte de alguns colonos, o que afastou os indígenas do processo económico e social em formação. Com um viés claramente narrativo, o

⁵⁴ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 45.

⁵⁵ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 30.

⁵⁶ PADRÃO, F. Cervino – *A colonização do Sul de Angola*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

⁵⁷ PADRÃO, Cervino – *Ob. Cit.*, 1998, p. 126.

trabalho de Cervino Padrão revela-se útil para uma melhor caracterização do processo de colonização do sul de Angola⁵⁸.

Cláudia Castelo realizou um estudo sobre as políticas de povoamento branco em Angola e Moçambique entre 1920 e 1974⁵⁹. Muito embora a análise incida fundamentalmente sobre matérias relativas ao povoamento em si, Cláudia Castelo também discorreu – ainda que lateralmente – sobre as tensões surgidas entre o núcleo colonial branco e a metrópole, expondo algumas das reivindicações dos colonos brancos face ao poder colonial.

Mais concretamente, Cláudia Castelo salientou o pouco investimento estatal injetado nas colónias. A carência desse financiamento abriu caminho para o núcleo colonial branco criticar a governação da metrópole. Essa crítica foi primeiramente realizada pela burguesia colonial, cujos interesses estavam centrados em Angola e cujas reivindicações perduraram até à fase descolonização. Venâncio Guimarães Sobrinho, grande empresário do sul Angola, foi um dos máximos representantes dessa burguesia colonial. As reivindicações dessa burguesia relacionavam-se, por exemplo, com a lei do condicionamento industrial, que dificultava a industrialização da colónia, ou com a questão da produção e comercialização do algodão. Isto porque o algodão colonial era vendido a baixos preços na metrópole, beneficiando os interesses da burguesia têxtil metropolitana, mas prejudicando os interesses dos produtores angolanos e moçambicanos⁶⁰. Outros motivos de tensão diziam respeito às condições de trabalho dos funcionários de administração colonial⁶¹. O problema da educação dos jovens nas colónias e a ausência de ensino superior até à década de 1960, representavam outros motivos de tensão entre os colonos e o Governo português⁶².

Neste sentido, para Cláudia Castelo, as várias assimetrias internas no campo económico e profissional, inclusivamente na agricultura, e a desorganização da administração colonial⁶³ fomentaram a separação entre o núcleo colonial branco e a metrópole. Não obstante, o facto dessas assimetrias terem gerado uma disparidade e distanciamento entre os *novos* e *velhos colonos*. Posto isto, a autora não aprofunda

⁵⁸ PADRÃO, Cervino – *Ob. Cit.*, 1998, p. 138.

⁵⁹ CASTELO, Cláudia – *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento, 2007.

⁶⁰ CASTELO, Cláudia – *Ob. Cit.*, 2007, p. 339.

⁶¹ CASTELO, Cláudia – *Ob. Cit.*, 2007, p. 342.

⁶² CASTELO, Cláudia – *Ob. Cit.*, 2007, p. 341.

⁶³ CASTELO, Cláudia – *Ob. Cit.*, 2007, p. 338.

suficientemente a questão do protesto político dos brancos de Angola, nomeadamente no campo do nacionalismo.

Fernando Tavares Pimenta debruçou-se sobre o fenómeno do colonialismo de povoamento português em Angola em vários livros, capítulos de livros⁶⁴ e artigos⁶⁵. Este académico, remontou as origens do povoamento branco do território angolano à fundação de Luanda no século XVI, mas considerou que o processo de transformação do sul de Angola numa colónia de povoamento teve início na segunda metade do século XIX. Pimenta, apontou um conjunto de fatores que terão condicionado de forma negativa o desenvolvimento do colonialismo de povoamento português em Angola, nomeadamente a fragilidade demográfica da minoria branca; o centralismo político do Estado Novo; as tensões existentes entre as autoridades coloniais e o pequeno núcleo de brancos; a concorrência pelo emprego e pelas terras de cultivo entre metropolitanos recém-chegados à colónia e *velhos colonos*; os conflitos entre a burguesia branca angolana e a burguesia metropolitana; a discriminação de que eram vítimas os brancos naturais de Angola, considerados “brancos de segunda”.

Estes fatores permitem compreender a emergência, o desenvolvimento e o “fracasso” do nacionalismo dos brancos angolanos, o chamado *nacionalismo euro-africano*. Este nacionalismo tratava-se de um protesto político que exigia a independência de Angola, definida no âmbito das suas fronteiras coloniais, e que considerava a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, em termos económicos, sociais, culturais e políticos, pelo que atribuía aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado Nação em Angola. De certa forma, o nacionalismo euro-africano terá sido o correspondente angolano do nacionalismo dos brancos americanos dos séculos XVIII e XIX⁶⁶. Neste sentido, Pimenta pretende problematizar as diferenças entre os protestos políticos nacionalistas protagonizados quer pelos brancos angolanos, quer pelas populações autóctones, negras e mestiças, colocando em perspetiva a complexa relação entre nação e raça em Angola.

⁶⁴ PIMENTA, Fernando Tavares – *Settler colonialism in South Africa: land, labour, and transformation, 1880-2015* in CAVANAGH, Edward & VERACINI, Lorenzo – *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. New York: Routledge, 2017.

⁶⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – “Políticas de classificação do património histórico-cultural e museologia em Angola: o legado colonial”, *Projeto História*, volume 62, maio/agosto 2018, pp. 146-199.

⁶⁶ Pimenta, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2008, p. 13.

1.4. Perspetivas de investigação

Feito o estado da arte relativamente à questão do colonialismo de povoamento português em Angola, podemos concluir que já foi realizada uma análise geral de cariz geográfico, demográfico e, em parte, historiográfica da colonização do sul de Angola.

No entanto, continua a faltar uma análise de história política e social dessa mesma colonização, nomeadamente ao nível do protesto político dos colonos brancos. Este assunto foi aflorado por Fernando Tavares Pimenta que, porém, optou por centrar mais a sua investigação noutras zonas do território angolano, nomeadamente nos distritos de Benguela e do Huambo, bem como em Luanda. E, muito embora faça referências importantes à situação no sul de Angola, não analisou a questão com a necessária profundidade, sobretudo no que diz respeito às Terras Altas da Huíla.

Neste sentido, esta dissertação, pretende contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre o protesto político dos colonos brancos no distrito da Huíla. Partindo de uma reflexão mais geral sobre a evolução do processo de colonização do sul de Angola, explanada no segundo capítulo, avançamos para a análise do comportamento político das elites brancas da Huíla entre 1958 e 1975. Pretendemos, portanto, entender a emergência e o desenvolvimento de um protesto político de cariz autonomista e até nacionalista entre os brancos do sul de Angola. A este respeito, o processo eleitoral de 1958 preparou politicamente o terreno para a criação da Frente de Unidade Angolana (FUA), o mais importante movimento nacionalista dos brancos de Angola, cuja trajetória, influência e ação será analisada nos capítulos 4 e 5.

Paralelamente, é nosso objetivo problematizar o relacionamento político da elite branca – representada pelas associações económicas – com o Estado colonial. A participação crítica de determinados empresários, como Venâncio Guimarães Sobrinho, nas estruturas políticas da administração colonial será objeto do nosso escrutínio. A este nível importa perceber o grau de participação política da população branca na governação do território angolano, especialmente durante o mandato de Marcelo Caetano, cuja política reformista visava formalmente a “autonomia progressiva e participada das províncias ultramarinas”.

Enfim, outro ponto fundamental que visamos aprofundar nesta dissertação, mais precisamente no capítulo 5, diz respeito ao impacto do processo de descolonização no sul de Angola em 1974/1975. A exclusão política da população branca, a guerra civil entre os três movimentos guerrilheiros e o êxodo da maioria dos brancos para o exterior são assuntos que deverão ser analisados de forma objetiva e com o necessário

distanciamento histórico. Sabemos, contudo, que uma análise aprofundada da descolonização só será possível com o recurso a um conjunto de fontes nacionais e estrangeiras que, neste momento, não está ao nosso alcance. Porém, ainda que conscientes das limitações impostas por essa dificuldade, procuramos deixar algumas pistas de investigação para uma análise futura.

CAPÍTULO 2. A COLONIZAÇÃO BRANCA NO SUL DE ANGOLA: ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo abordamos as origens da colonização branca no sul de Angola, tendo em conta alguns aspetos centrais do povoamento branco ocorridos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O nosso objetivo pauta-se por proceder a uma contextualização histórica do processo de colonização das Terras Altas da Huíla, considerando o que já foi escrito sobre o assunto e apresentando novos elementos inseridos numa literatura coeva, nomeadamente, as obras de Carlos Roma Machado ou de Henrique Galvão. Consideramos essa contextualização histórica imprescindível para a compreensão das características do protesto político dos colonos brancos a partir da década de 1950, o objeto de análise nos próximos capítulos desta dissertação.

Contudo, antes de procedermos à análise da colonização branca no sul de Angola importa caracterizar geograficamente o território das Terras Altas da Huíla, ainda que de forma, necessariamente, sucinta. Claramente, as condições naturais favoráveis, em especial a altitude e a conseqüente amenidade do clima, propiciaram a instalação e o desenvolvimento do núcleo colonial branco da Huíla. Neste sentido, as Terras Altas da Huíla foram o principal foco irradiador do povoamento branco na região interior do sul de Angola, não obstante a sua conexão com a área portuária e piscatória da cidade de Moçâmedes. Vejamos.

Localizada no sul de Angola, a Huíla integra os 18 distritos desse país, confinado a norte por Benguela e pelo Huambo, a este pelo Bié e Cuando-Cubango, a sul pelo Cunene e a oeste pelo Namibe. Atualmente, abrange uma área de 79.022 km² e alberga 14 municípios, cuja capital é a cidade do Lubango, ex. Sá da Bandeira. Em termos geográficos, as Terras Altas da Huíla constituem a culminação do planalto meridional angolano. Esta composição natural de serras e vales transmite-se em ondulações montanhosas, entre os 1000 metros e os 2000 metros de altitude⁶⁷. A Serra da Chela – principal relevo da região – está inserida nesta culminação e nela encontra-se uma vasta riqueza de minerais, um clima variado com temperaturas elevadas, mas mitigadas pela altitude, e uma precipitação substancialmente mais alta do que as regiões confinantes a ocidente. De facto, uma certa “abundância” de chuva contrasta com a aridez de quase todo o litoral angolano. A precipitação em Luanda regista os 370mm de chuva, em Lobito regista 230 mm e em Moçâmedes 50mm, portanto, a precipitação

⁶⁷ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 2014, p. 81.

desce à medida que nos direcionamos para o sul, onde prevalece a aridez do deserto do Namibe. No entanto, essa mesma aridez desaparece com a altitude, daí que na Huíla as condições ambientais sejam completamente distintas de Moçâmedes⁶⁸.

No planalto, predomina uma *floresta clara*, munida de espécies aborígenes resistentes aos incêndios, tornando-se um local apelativo para a instalação de população e à prática da agricultura e da pastorícia. Ao invés, o litoral de Moçâmedes possui as características de um deserto atravessado por pequenos cursos de água que formam uma espécie de oásis onde é possível praticar a agricultura. Contudo, as riquezas desta região provêm do mar devido ao percurso da corrente fria de Benguela⁶⁹.

2.1. Primeiras tentativas de colonização branca do sul de Angola

Os primeiros contactos dos portugueses com a região planáltica sucederam-se no ano de 1627, sob alçada do capitão-mor de Benguela, Lopo Soares Lasso, porém, sem continuidade⁷⁰. No ano de 1769, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador de Angola, idealizou as bases para o povoamento da região planáltica. O Governador pretendia dar início a um processo de colonização direcionado para a zona de *Alba Nova*, um povoado que, posteriormente, deu origem à povoação da Huíla⁷¹. Esta ideia inseria-se no âmbito de um plano maior de colonização dos planaltos angolanos, a partir de Benguela. De certo modo, o Governo tentou executar uma expansão no planalto central, na direção de Caconda, mas que fracassou devido aos entraves colocados pela distância e pela falta de adaptação dos colonos portugueses ao território. Em todo o caso, no terceiro quartel do século XVIII, por inspiração de Sousa Coutinho, foi estudada a possibilidade de uma colonização das Terras Altas da Huíla, mediante a transferência de colonos provenientes dos Açores. No entanto, essa ideia só foi concretizada no século XIX.

Na primeira metade do século XIX ocorreram mais iniciativas de colonização do centro-sul de Angola. Nessa época, a Angra do Negro foi apresentada enquanto solução para o povoamento europeu na região e após várias diligências e ocupações ocorridas no

⁶⁸ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 2014, p. 85.

⁶⁹ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 2014, p. 85.

⁷⁰ DIAS, Gastão de Sousa – *A cidade de Sá da Bandeira*. Sá da Bandeira: Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1957, p. 11.

⁷¹ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 11.

ano de 1840, edificou-se a fortaleza de São Fernando⁷², com o intuito de afirmar a soberania portuguesa naquela região.

A ocupação militar da Angra do Negro conduziu ao primeiro fluxo migratório de colonos em direção ao sul de Angola. Neste sentido, em 1840 cerca de 200 açorianos juntamente com 100 degredados, oriundos do Rio de Janeiro e do Algarve, embarcaram com os seus aparelhos de pesca em direção à costa de Moçâmedes com o fim de se instalarem num local seguro onde aproveitassem os recursos da atividade piscícola⁷³. Teve assim início a criação de uma rede de povoamento branco no litoral, com base em pequenos povoados piscatórios, tais como Moçâmedes, Porto Pinda, Porto Alexandre e Baía dos Tigres. Na globalidade, Moçâmedes foi o povoado que conheceu um maior desenvolvimento urbano⁷⁴. Esse desenvolvimento esteve diretamente relacionado com a instalação de um significativo número de famílias portuguesas provenientes do Brasil no final da década de 1840.

No ano de 1845, os portugueses instalados em Pernambuco e Recife foram alvo de hostilidades protagonizadas por movimentos opostos à sua presença no território. Face a este cenário, um grupo de portugueses chefiado por Bernardo Filipe de Figueiredo Abreu e Castro solicitou ao Governo de Lisboa apoio para a sua instalação:

“em uma das nossas possessões da África ou Ásia como colonos, a fim de aí viverem e trabalharem na paz que teriam já não poder gozar em terra brasileira”⁷⁵.

O processo de transferência desses emigrantes portugueses para território sob domínio português não foi imediato, mas acabou por se concretizar em 1848. O Governador de Angola, Silveira Pinto colocou à disposição o território meridional da colónia para a instalação dos colonos⁷⁶. E a 26 de outubro de 1848 foi oficialmente publicada a transferência dos portugueses do Brasil para Angola pelo Ministro José Joaquim Gomes de Castro⁷⁷. Como tal, cerca de 180 portugueses, de ambos os sexos, nalguns casos famílias inteiras, saíram de Pernambuco rumo a Angola, instalando-se em Moçâmedes, que rapidamente foi elevada a vila e, mais tarde, a cidade.

⁷² Nome escolhido em homenagem do capitão-general Barão de Moçâmedes.

⁷³ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 16.

⁷⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 811, Quinta-feira, 22 de janeiro de 1970, p. 2 – Palestra proferida pelo Dr. Herculano de Carvalho no Salão da Associação Comercial da Huíla.

⁷⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 811, Quinta-feira, 22 de janeiro de 1970, p. 4.

⁷⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 811, Quinta-feira, 22 de janeiro de 1970, p. 4.

⁷⁷ PADRÃO, F. Cervino – *Ob. Cit.*, 1998, p. 65.

A fixação de povoações na costa abriu as portas para a colonização do interior. Neste sentido, o Estado tentava executar uma estratégia de povoamento no sul de Angola, assegurando o abastecimento de Moçâmedes com produtos vindos do interior e consequentemente dinamizando a economia da região. Foi neste contexto que ressurgiu a ideia de colonizar as Terras Altas da Huíla, um ponto estratégico que apresentava condições ambientais favoráveis ao povoamento⁷⁸.

Contudo, numa primeira instância, o processo de colonização foi difícil e moroso. No início da década de 1850 residiam estavelmente na Huíla apenas 7 colonos e 1 sargento, em representação da “autoridade” portuguesa. Posto isto, procedeu-se ao povoamento com alguns transmontanos, afetos ao cultivo da batata. No ano de 1857, em resultado do desenvolvimento agrícola, foi instituído o concelho da Huíla. No dia 3 de julho desse ano, o Governo preparou outra instalação de colonos no planalto, desta vez com 29 alemães e 12 alunos da Casa Pia. Passados dois anos, foi constituída uma colónia militar aclamada de “Companhia militar agrícola”, que perfazia um total de 166 pessoas, entre os quais se encontravam praças do exército, 30 mulheres solteiras, vários agricultores e oficiais de ofício⁷⁹. Neste sentido, estavam lançadas as bases para o povoamento branco do planalto.

No entanto, o impulso decisivo de colonização das Terras Altas da Huíla sucedeu-se, somente na década de 1880, após a chegada dos boers e dos madeirenses⁸⁰.

2.2. O povoamento bóer das Terras Altas da Huíla

O povo bóer era constituído por camponeses, agricultores e pastores descendentes de colonos protestantes holandeses e franceses, outrora instalados no Cabo durante o século XVII⁸¹. Historicamente, os boers dedicavam-se a uma pastorícia intensiva e a uma agricultura rudimentar, auxiliada pelo esforço físico e trabalho muscular do homem negro, frequentemente escravo. No início do século XIX, com a extensão da soberania inglesa à Colónia do Cabo, teve início um processo de migração dos boers para outras regiões da África Austral. Essa migração deu origem às Repúblicas do Natal, Orange e Transval. Mais tarde, com o crescimento da pressão inglesa na África do Sul, um pequeno grupo de famílias boers migrou para norte, atingindo os limites do território angolano nos finais da década de 1870.

⁷⁸ *Jornal da Huíla*, nº 811, Quinta-Feira, 22 de janeiro de 1970, p. 2.

⁷⁹ *Jornal da Huíla*, nº 811, Quinta-Feira, 22 de janeiro de 1970, p. 4.

⁸⁰ AMARAL, Ilídio do – *Ob. Cit.*, 1960, p. 17.

⁸¹ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 164.

Em Angola, os boers foram avistados pela primeira vez no ano de 1879, na zona do Humbe. Após fazerem um reconhecimento dessa região e das suas populações, decidiram partir para as Terras Altas da Huíla. No dia 15 de agosto de 1880, o Governador de Moçâmedes declarou que a fixação dos boers em território sob domínio português poderia ocorrer em Porto Alexandre⁸². Pouco depois, no dia 17 de setembro, o mesmo Governador recebeu vários boers que pretendiam instalar-se no sul de Angola. No dia seguinte chegou-se a um acordo entre ambos, no qual se definiu a instalação dos boers na Humpata. O acordo implicava as seguintes condições de povoamento: cada família tinha acesso a uma extensão de terreno baldio de 200 hectares; era permitida a prática da religião protestante; era concedido o direito aos boers de se defenderem caso fossem alvo de ataque dos indígenas; eram isentos do pagamento das décimas durante os primeiros 10 anos da sua instalação; encontravam-se “subjugados” às leis portuguesas⁸³.

Neste contexto, no dia 4 de janeiro de 1881 um significativo contingente bóer instalou-se na recém-fundada colónia de São Januário da Humpata. Contudo, esta instalação não obedeceu aos termos contratualizados entre portugueses e boers, tendo para isso contribuído o espírito de independência e de autogestão desse povo. Além disso, a sua instalação alterou substancialmente o processo de colonização praticado no sul de Angola. Progressivamente, os boers ocuparam terrenos outrora trabalhados por indígenas, o que criou fortes atritos com a população autóctone. Por sua vez, a nacionalidade, a cultura e filiação religiosa deste povo era distinta da portuguesa, pelo que a integração com a comunidade de colonos de origem portuguesa não aconteceu. Muitos boers recusavam-se a obedecer às orientações e indicações das autoridades portuguesas. Consequentemente, o resultado deste povoamento revela uma desorganização e um incremento de tensões entre os indígenas africanos, os colonos de origem portuguesa e os boers.

Com o objetivo de controlar o processo de instalação dos boers no sul de Angola, a administração portuguesa colocou em prática novos incentivos à colonização. Ferreira do Amaral, Governador de Angola, foi um dos administradores que mais se destacou neste processo. Amaral incumbiu a Câmara Municipal de Moçâmedes de realizar várias medidas, entre elas: prestar auxílio ao povo bóer através da criação de uma feira em que fossem expostos os seus produtos para venda e exposição; reconstruir

⁸² MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 167.

⁸³ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 168.

o depósito de água na zona da Humpata; proceder à naturalização dos colonos boers de São Januário, após devida análise feita pelas autoridades portuguesas⁸⁴.

Importa referir que, as autoridades portuguesas procuraram usufruir do potencial bélico dos boers, na qualidade de auxiliares das tropas coloniais. De facto, em 1883, no decorrer do conflito com os sobas da Huíla e do Jau, as autoridades portuguesas recorreram à ajuda militar bóer⁸⁵. Nessa década, a colónia bóer era habitada por 325 pessoas, dos quais 161 eram do sexo masculino e 164 do sexo feminino. Existiam na povoação 64 casas e cada família ocupava em média 69 hectares⁸⁶.

No entanto, a relação entre as autoridades portuguesas e os boers não estavam isentas de tensões. A principal dificuldade prendia-se com o trato exercido pelos boers sob a população indígena do planalto. A convivência entre os dois grupos era marcada por hostilidades contínuas em volta de questões como o uso e a posse da terra, o gado e o controlo da mão-de-obra. A imprensa de Moçâmedes dava conta desses problemas. No mês de outubro de 1881, o *Jornal de Moçâmedes* noticiou a ocorrência de uma ação indígena contra os boers que teria resultado no roubo e morte de gado bóer e no dano de bens e ferramentas desses colonos⁸⁷. Por sua vez, os boers culpavam a governação portuguesa por estes atos de vandalismo e de violência, pois, no seu entender eram consequência do trato benevolente e da importância que o Governo português concedia ao homem negro, certamente, distinta dos costumes boers⁸⁸.

A população bóer permaneceu nas Terras Altas da Huíla até à década de 1920. Por volta de 1928, os boers iniciaram uma migração para sul, tendo-se estabelecido no território do sudoeste Africano, a convite do Governo da União Sul Africana. Poucas famílias permaneceram em Angola. A perspetiva portuguesa sobre a colonização bóer não é unívoca. Carlos Alberto Medeiros desmistificou a colonização bóer, considerando que este elemento não foi profícuo para uma instalação duradoura da colónia de povoamento. Para Medeiros, os boers eram insubmissos, irrequietos, independentes, desconfiados, perigosos, caçadores e meramente proveitosos nas operações militares⁸⁹.

Porém, não se pode minimizar o papel dos boers no início do processo de povoamento das Terras Altas da Huíla. Na realidade, o povo bóer contribuiu para o desenvolvimento da criação de gado, aprimorou as vias de comunicação, isto é, abriu

⁸⁴ Portaria nº 344, datada a 23 de novembro de 1882.

⁸⁵ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 175.

⁸⁶ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 182.

⁸⁷ *Jornal de Moçâmedes*, nº4, 25 de setembro de 1881/*Jornal de Moçâmedes*, nº5, 10 de outubro de 1881.

⁸⁸ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 174.

⁸⁹ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 176.

caminhos por entre as terras acidentadas do planalto através do uso dos seus carros e caravanas⁹⁰ e suscitou a instalação dos madeirenses, ocorrida na década de 1880.

2.3. A colonização madeirense das Terras Altas da Huíla

Tal como exposto no Capítulo I, a colonização madeirense do planalto já foi objeto de vários estudos de carácter geográfico e antropológico, salientando-se os trabalhos de Carlos Alberto Medeiros e de Cristiana Bastos. Face a este panorama, não iremos proceder a uma descrição exaustiva do processo de instalação dos colonos madeirenses na Huíla, mas apenas salientar alguns aspetos desse mesmo processo.

Após a chegada dos boers ao planalto, o Governo português recebeu uma desnacionalização do território e por esse motivo procedeu ao envio de um significativo contingente de colonos portugueses para a Huíla. Neste sentido, a monarquia promoveu uma colonização assente no recrutamento de colonos oriundos dos meios rurais de Portugal e da Madeira⁹¹.

José Pereira do Nascimento⁹² defendeu que os futuros colonos deviam ser selecionados nos Açores e na Madeira, ou em zonas rurais da metrópole, pois considerava-os robustos e morigerados⁹³. De facto, a Madeira constituía uma fonte de mão-de-obra barata disposta a emigrar com o intuito de melhorar as suas condições de vida. Para além do Brasil, destino tradicional da emigração portuguesa, a Guiana, Trinidad e o Havai tinham-se tornado destinos da emigração madeirense desde a década de 1830. Muitos foram trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, outros eram pequenos comerciantes⁹⁴. De certo modo, considerava-se que os madeirenses estariam mais bem preparados para povoarem zonas tropicais do continente africano, uma vez que estariam já habituados a viver num clima subtropical⁹⁵. Todavia, convém salientar que os madeirenses não foram os únicos a integrar o processo de colonização das Terras Altas. Graças aos programas de recrutamento elaborados a partir de 1884, inseridos nos jornais e noutras instituições do país, foram cooptados alguns colonos oriundos de

⁹⁰ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 180.

⁹¹ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 180.

⁹² Médico naval, analista da colonização de Angola.

⁹³ NASCIMENTO, J. Pereira – *O distrito de Mossamedes, colonização europeia (I Parte)*. Lisboa: Typographia do Jornal, 1892, p. 168.

⁹⁴ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 39.

⁹⁵ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 15 – Gastão de Sousa Dias caracterizou os madeirenses de gente humilde, fugaz, tenaz e capaz de contribuir para a base de uma colonização como a que se fixou na Huíla.

Portugal continental, nomeadamente do distrito de Braga. Mas o grosso dos migrantes partiu, efetivamente, da Madeira.

José Pereira do Nascimento calculou a despesa do Governo na instalação de um agregado familiar composto por quatro pessoas. Na sua totalidade, o investimento chegava aos 275000 réis e incluía os adiantamentos no embarque para roupas, utensílios e instrumentos; uma importância reservada à construção de uma casa que rondava os 100000 réis; uma verba destinada à compra de uma junta de bois e sementes para as primeiras culturas; alimentação para os primeiros seis meses; e uma renda diária de 500 réis ⁹⁶.

Em outubro/novembro de 1884, embarcaram no navio *Índia* cerca de 250 pessoas com destino ao porto de Moçâmedes, sendo 20 deles operários e 70 comerciantes e agricultores, acompanhados pelas respetivas famílias. A bordo do navio encontrava-se o doutor Alexandre Almeida, um médico que se encarregou de relatar a viagem e que procedeu a uma análise clínica dos colonos. Realizado o estudo, apurou que a idade dos colonos não era a estabelecida pelo ministério, pois eram mais velhos ou demasiado novos, não tendo sido submetidos a um processo de escolha seletiva. A sua condição física não era a mais indicada para colonizar as novas terras ou para dinamizar a produção agrícola. Num panorama geral, os migrantes eram fracos, iletrados e com um historial agrícola pobre.⁹⁷ Os relatórios médicos identificavam, de igual modo, maus hábitos alimentares. Os colonos preferiam reger a sua alimentação a vegetais, batata-doce, ao invés da carne⁹⁸. Face a este cenário, estavam reunidas as condições para se suceder o fracasso desta empresa de colonização.

Porém, aconteceu o contrário e durante a viagem ocorreu apenas uma morte. Após terem desembarcado em Moçâmedes, os colonos atravessaram o deserto e subiram ao planalto, instalando-se nas Terras Altas da Huíla no início de 1885. À chegada foram colocados em *barracões*, espaço destinado às suas primeiras instalações, onde recolhiam mantimentos e se preparavam para o povoamento do planalto⁹⁹. No mês de junho de 1885, cerca de 222 colonos, entre eles homens, mulheres e crianças, dirigidos por D. José Augusto da Câmara Leme, constituíram uma nova povoação, o Lubango¹⁰⁰. Posteriormente, sucederam-se novas levas de colonos que incrementaram o povoamento

⁹⁶ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 171.

⁹⁷ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 4.

⁹⁸ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 43.

⁹⁹ BASTOS, Cristiana – *Ob. Cit.*, 2008, p. 39.

¹⁰⁰ PADRÃO, F. Cervino – *Ob. Cit.*, 1988, p. 126.

original da região. No ano de 1889, o Lubango foi elevado ao estatuto de vila, tornando-se concelho e a Câmara Municipal foi constituída 2 anos depois. A povoação evoluiu gradualmente, acompanhando a criação de várias instituições, tais como o juízo de instrução erguido no ano de 1896. No ano de 1907, este edifício transformou-se no julgamento principal do Lubango e, um ano mais tarde, da Huíla¹⁰¹. Tendo adquirido os foros de cidade, o Lubango tornou-se a capital do recém-criado distrito da Huíla em 1901, assumindo a designação de Sá da Bandeira.

O distrito da Huíla englobava inicialmente cinco concelhos: Lubango, Humpata, Gambos, Humbe e Huíla. Nessa época, a área da colonização europeia compreendia um raio de 60 quilómetros e era delimitada pelo rio Lupolo¹⁰². Uma das povoações mais importantes era a colónia de São Pedro de Chibia localizada a 25 quilómetros de distância da Huíla. Esta povoação constituía um importante centro de produção agrícola do planalto onde se realizavam as primeiras transações comerciais entre os produtores dos Gambos e Humbe. O desenvolvimento agrícola era notório, nomeadamente nas terras no vale do Lupolo, em Ioba e no vale do Chimpumpunhime¹⁰³. Cada colono possuía meio hectare de terreno, onde procedia à plantação do trigo, da batata inglesa e doce, do centeio e do milho. Por sua vez, as grandes fazendas estavam localizadas a 15 quilómetros da colónia e estendiam-se pelas margens do rio. A fazenda mais produtiva era a de Santa Amélia, orientada por Pedro Augusto Chaves. Esta possuía 200 serviçais, máquinas, engenhos, uma destilaria de aguardente e o seu rendimento anual era de 6000000 réis no início da década de 1890¹⁰⁴.

A Igreja Católica acompanhou o progresso da colonização e fundou um conjunto de missões em vários pontos do distrito, nomeadamente na Huíla, em Muhina, Quihita, Tchipepe, Ediva e Humbe¹⁰⁵. As missões católicas intervieram no setor agrícola promovendo a criação de fazendas no vale da Mucha¹⁰⁶. Não obstante, o papel relevante das missões na instrução dos autóctones, cujas escolas ensinavam os ofícios de carpinteiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro e tipógrafo.

A presença da Igreja Católica contribuiu, simultaneamente, para a construção de casas de residência, bibliotecas, gabinetes de estudo, depósitos de ferramentas e

¹⁰¹ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 32.

¹⁰² DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 44.

¹⁰³ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 101.

¹⁰⁴ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 109.

¹⁰⁵ PADRÃO, F. Cervino – *Ob. Cit.*, 1988, p. 139.

¹⁰⁶ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 83.

capelas¹⁰⁷. A missão da Huíla, porventura a maior de todas as missões realizadas, fixou-se num terreno com cerca de 2.000 hectares concedido pelo Governo colonial. Este local compreendia algumas edificações destinadas ao ensino dos autóctones, bem como uma granja para autoconsumo da missão. Perto do terreno foi instituída a Casa Mãe das Raparigas da Huíla, cuja direção cabia às Irmãs de S. José de Cluny¹⁰⁸. Outras missões de relevo, instituídas nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foram as missões de Jau (1889), Chiapepe (1900), Chipelongo (1900), Mupa (1913) e Omupadu (1928)¹⁰⁹. A ação missionária destacou-se pela evangelização dos povos autóctones e por uma íntima colaboração com a política e administração colonial, ao facilitar a fixação e expansão do povoamento para o interior. Sem embargo, do seu significativo contributo para o ensino¹¹⁰.

Simultaneamente, destacamos a edificação de uma escola primária para os colonos, em regime misto, que se encontrava em funções no ano de 1892. Uma década depois foi criada a escola primária superior, mais tarde transformada em Liceu Nacional da Huíla¹¹¹. No ano de 1938 o Liceu continha o 7º ano de escolaridade composto por onze turmas, cujos 190 eram alunos internos e 482 eram externos. Um ano mais tarde, ergueu-se a escola agropecuária do Tchivinguiro, dotada de cursos práticos agrícolas e de capatazes. Ainda no ano de 1939 foi edificada a escola de artes e ofícios Artur de Paiva, posteriormente elevada à condição de Escola Comercial e Industrial em 1952¹¹².

Em termos demográficos, em 1900 viviam nas Terras Altas da Huíla cerca de 2.100 colonos brancos de origem portuguesa, maioritariamente madeirenses, bem como 499 colonos bóers¹¹³. Consequentemente, estavam lançadas as bases para uma colonização bem-sucedida do ponto de vista do povoamento e que se prolongou no tempo até à fase de descolonização. De referir que, já na altura do Estado Novo, o antropólogo Germano Correia analisou os descendentes dos colonos madeirenses na Huíla, cujos filhos netos estavam adaptados ao clima e vivências nos trópicos. No seu entender, esses luso-angolanos não eram vítimas das doenças tropicais visto que, as suas condições físicas melhoravam após uma célere adaptação ao clima e ao território, neste

¹⁰⁷ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 89.

¹⁰⁸ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 29.

¹⁰⁹ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 30.

¹¹⁰ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 32.

¹¹¹ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 73.

¹¹² DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 74.

¹¹³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Branços de Angola: Autonomismo e Nacionalismo: 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005, p. 47.

sentido, uma prova da adaptação da raça branca a Angola¹¹⁴. Essa adaptação resultou na crescente africanização da população de origem madeirense, cuja identidade e horizontes se situavam em África. No ano de 1929, Henrique Galvão chegou a classificar os descendentes dos colonos madeirenses de “tribo branca da Huíla”. De resto, esses colonos eram conhecidos por um termo próprio dentro da sociedade colonial, “chicoronhos”. Tratava-se de uma designação, inicialmente usada pelos autóctones para designar os colonos madeirenses, mas que foi incorporada pelos próprios em termos identitários¹¹⁵. A colonização madeirense das Terras Altas da Huíla assumiu assim características específicas e bastante distintas de outras iniciativas de povoamento branco noutras regiões de Angola.

2.4. A governação de João de Almeida e a consolidação da presença portuguesa no sul de Angola

Na fase final da monarquia, o território da Huíla foi governado por João de Almeida. A sua ação foi fundamental para a estruturação da sociedade colonial da Huíla, pelo que deve ser analisada com algum detalhe.

Entre 1904 e 1910, João de Almeida realizou várias incursões ao sul de Angola com o fim de consolidar a presença portuguesa naquele território e fazer um reconhecimento total dos distritos da Huíla, Benguela e Moçâmedes¹¹⁶. À época, a influência portuguesa era composta por zonas militares e económicas isoladas, fixadas maioritariamente no litoral e dominadas em seu redor pelos autóctones¹¹⁷. A título de exemplo, no distrito de Moçâmedes existiam apenas três núcleos populacionais portugueses, o Giraul, Muhina e Moçâmedes¹¹⁸. Na zona do Planalto, para além de Lubango, Humpata, Chibia e Huíla a presença portuguesa demonstrava-se insuficiente¹¹⁹.

No ano de 1908 João de Almeida tomou posse do cargo de Governador do distrito da Huíla, uma região que carecia de recursos militares, financeiros e administrativos, o que impossibilitava a população colona de resolver os problemas que

¹¹⁴ CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva – “Os Luso-descendentes de Angola”, *3º Congresso Colonial Nacional*. Lisboa, 1930.

¹¹⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 47.

¹¹⁶ GALVÃO, Henrique – *História do nosso tempo. João de Almeida (sobre sua acção e obra)*. Lisboa: AGC, 1931, p. 109.

¹¹⁷ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 22.

¹¹⁸ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 25.

¹¹⁹ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 25.

ocorriam. No que toca à presença militar, deslocou os fortes para melhores posições estratégicas, conseguindo impor a autoridade portuguesa aos autóctones¹²⁰. Em termos económicos, desenvolveu a agricultura e a pecuária, criando hortas experimentais e campos de cultura¹²¹. Na agricultura estabeleceu granjas e postos agrícolas distribuídos por toda a região, inclusivamente nos postos militares. Incentivou o desenvolvimento de uma agricultura própria para a exportação promovendo o ensaio de novas culturas como o arroz, o algodão e o tabaco. Os regentes das plantações recebiam instruções diretas do Governador utilizando um manual elaborado por si que lhes permitia praticar uma assistência técnica indispensável e que habilitava os chefes de postos militares de técnicas agrícolas¹²². Deste modo, João de Almeida pretendia criar uma companhia agrícola associada a todo o Planalto, constituída por uma exploração pecuária e agrícola moderna e que aproveitasse a energia hidráulica para a irrigação. Simultaneamente, promoveu a realização de feiras e de exposições para captar novos investimentos e mão-de-obra colona¹²³. De referir que 40% das receitas líquidas das granjas militares, hortas e viveiros eram destinados aos *fundos do distrito*, que eram usados para pagar aos educadores das escolas e aos instrutores dos ofícios¹²⁴.

Relativamente ao ensino existiam, nos primeiros anos de governação de João de Almeida, escolas na Humpata, Lubango e Chibia, bem como as escolas das missões religiosas. Contudo, a instrução primária dos autóctones não era considerada pela administração colonial¹²⁵. Neste sentido, João de Almeida procurou combater a falta de instrução dos indígenas. Primeiramente, realizou um levantamento da taxa de analfabetismo na zona de Capelongo, que curiosamente revelou uma percentagem de iletrados entre os indígenas inferior à dos europeus. De seguida, instalou uma escola de artes e ofícios, perto das oficinas de material de guerra, o que permitiu um desenvolvimento das profissões de carpinteiro, sapateiro e alfaiate¹²⁶. Ao efetuar esta ligação entre o ensino, os indígenas e o setor militar, João de Almeida fomentou o desenvolvimento da economia e promoveu a instrução dos autóctones, posteriormente

¹²⁰ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 249.

¹²¹ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 407.

¹²² GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 366.

¹²³ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 367.

¹²⁴ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 373.

¹²⁵ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 359.

¹²⁶ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 361.

fidelizados ao sistema colonial português, o que contribuiu para o incremento da autoridade na região¹²⁷.

Por outro lado, João de Almeida criou carreiras semelhantes às de mala posta para o transporte de correio e passageiros. Edificou novos meios de comunicação, nomeadamente os 600 quilómetros de linha telefónica estendidos por todo o distrito da Huíla, pelo que todos os postos administrativos passaram a estar conectados pelo telégrafo. Foram também criadas duas vias de comunicação que penetravam no interior do distrito da Huíla: a estrada de Lubango até Cuamato (450 quilómetros) e a estrada de Lubango a Mucusso (1.100 quilómetros)¹²⁸.

No campo político e administrativo, João de Almeida procurou conciliar as pretensões dos boers com as dos colonos portugueses, permitindo a sua continuidade em território português desde que dessem uma contribuição para o avanço da colonização, nomeadamente ao nível dos cortes de madeira, da caça e da exploração de outros recursos¹²⁹.

Neste sentido, podemos dizer que a governação de João de Almeida foi essencial para a consolidação da colonização portuguesa da Huíla. No final da sua administração, o território da Huíla estava definitivamente conquistado e ocupado pelas forças portuguesas e a colónia estava em franco desenvolvimento do ponto de vista da construção das suas infraestruturas fundamentais.

2.5. Panorama da colonização branca da Huíla durante a Primeira República

No ano de 1919, Carlos Roma Machado, um administrador colonial português, realizou uma descrição do estado da colonização branca no planalto da Huíla e em Moçâmedes. Relativamente a Moçâmedes, Roma Machado destaca não só o crescimento da cidade, mas também a existência de uma florescente comunidade agrícola no vale do Giraúl, constituída pelos descendentes dos primeiros colonos provenientes de Pernambuco, juntamente com algarvios e nortenhos. Porto Alexandre e Baía dos Tigres tinham, de igual modo, conhecido um progresso notável devido à atividade piscatória¹³⁰. Segundo Roma Machado, havia uma sociabilidade

¹²⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 47.

¹²⁸ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 368.

¹²⁹ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1931, p. 370.

¹³⁰ MACHADO, Carlos Roma – *Colonização do Planalto da Huíla e Mossamedes: seu desenvolvimento agrícola e industrial*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1919, p. 30.

marcadamente portuguesa na região, marcada por festas e convívios tipicamente portugueses. Os colonos algarvios, nortenhos e “brasileiros” teriam, portanto, encontrado prosperidade em Moçâmedes, acompanhada de um bom clima e com condições de vida semelhantes às que tinham na sua terra natal¹³¹. Por sua vez, no planalto da Huíla prosperava uma economia agrícola assente nas *farms* dos boers, nas terras de trigo, nos pomares, nos prados de pasto, nas fazendas dos colonos portugueses, assim como nas terras cultivadas das missões católicas, destacando-se então as do Espírito Santo, guiadas pelos padres franceses na zona do Tchivinguiro e Jau. Por sua vez, na vila Humpata existiam oficinas de carros e 1 fábrica a vapor de moagem e serração. Na sua totalidade, o distrito da Huíla seria habitado por cerca de 7.000 colonos¹³². Trata-se de um quadro porventura idealizado do processo de colonização e praticamente omissos no que diz respeito às relações entre os colonos e a população indígena. A este respeito, Roma Machado considera apenas a questão laboral associada ao indigenato, defendendo a elaboração de um regulamento de trabalho prático para os indígenas que pudesse salvaguardar os casos de acidente e de fome¹³³.

No plano económico, Roma Machado entende que o desenvolvimento da região planáltica teria forçosamente de passar pela construção do caminho-de-ferro de Moçâmedes até à Chibia, de modo que os cereais, os legumes e o algodão escoassem rapidamente para os mercados externos através do porto de Moçâmedes. E, de facto, o caminho-de-ferro atingiu o Lubango em 1923. Naturalmente, Roma Machado entende que era necessário aprimorar a colonização branca no distrito da Huíla, tendo por base um estudo empírico da região. Neste sentido, tentou promover missões de estudo focadas na colonização, no desenvolvimento agrícola e industrial através de incursões pelo interior na presença de engenheiros, médicos, agrónomos, veterinários e mineralogistas¹³⁴.

Relativamente aos boers, Roma Machado entendia que se tratava de uma comunidade pouco “europeia” e que carecia de uma intervenção mais incisiva por parte da governação portuguesa. Instaladas sobretudo na Humpata, as 300 famílias boers dedicavam-se à agricultura, à pecuária e à troca de produtos com os autóctones, como por exemplo o trigo, os legumes, as frutas e o gado¹³⁵. Essas transações comerciais com

¹³¹ MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 31.

¹³² MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 33.

¹³³ MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 43.

¹³⁴ MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 44.

¹³⁵ MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 28.

a população indígena, nomeadamente com as populações *ova-nyaneka*, *ova-ngambre* e *ova-nkumbi*, já tinham sido relatadas por José Pereira do Nascimento em 1892, sendo então extensivas aos colonos de origem portuguesa¹³⁶. Porém, Roma Machado, salientava que a comunidade bóer não se submetia à autoridade portuguesa e que os terrenos que ocupava não tinham as plantas registadas. De facto, a sua ocupação tinha um título provisório concedido pelo Governador da região, mas os boers reclamavam as terras como sendo as suas *farms*¹³⁷

O quadro apresentado por Carlos Roma Machado pode ser complementado por algumas considerações de Henrique Galvão. Com efeito, Henrique Galvão, oficial do exército português e quadro superior da administração colonial durante a Ditadura Militar, retratou a região da Huíla, fornecendo algumas informações sobre a sociedade colonial. Segundo Galvão, em 1929 existiam na Huíla 3 fábricas a vapor de moagem, 1 serração, 1 carpintaria, 1 serralharia, assim como 1 oficina de construção e reparação de modelos de carros boers, 3 moinhos, 1 fábrica de cerâmica, 1 olaria, explorações de cal e de fabrico de tijolo e telha, 4 padarias, 6 sapatarias e pequenas oficinas de carpintaria, serralharia e reparação de automóveis. Todas estas estruturas refletiam o “dinamismo” do povoamento português¹³⁸. Contudo, Henrique Galvão referia que, apesar dos avanços sentidos no distrito da Huíla, persistiam assimetrias administrativas que condicionavam o progresso da colónia. Desde logo, todos os serviços do distrito estavam centralizados e dependentes de Luanda, quer na assistência técnica, como na administrativa. Serviam de exemplo os caminhos de ferros, os correios, a instrução, os negócios indígenas e as minas¹³⁹. Por sua vez, os meios de comunicação eram insuficientes e difíceis. Por exemplo, a viagem por terra da Huíla até Luanda durava pelo menos 45 dias¹⁴⁰. Para além disso, Henrique Galvão considerava necessário criar estruturas de apoio para o incremento do povoamento branco, pelo que defendia uma aposta na colonização dirigida por parte do Estado Português¹⁴¹.

¹³⁶ NASCIMENTO, J. Pereira do – *Ob. Cit.*, 1892, p. 84.

¹³⁷ MACHADO, Carlos Roma – *Ob. Cit.*, 1919, p. 29.

¹³⁸ GALVÃO, Henrique – *Huíla (Relatório do Governo)*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1929, p. 20.

¹³⁹ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1929, p. 24.

¹⁴⁰ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1929, p. 24.

¹⁴¹ GALVÃO, Henrique – *Ob. Cit.*, 1929, p. 212.

2.6. Panorama da colonização branca da Huíla durante o Estado Novo

Tal como demonstrado, os fundamentos da colonização branca das Terras Altas da Huíla foram lançados durante a Monarquia constitucional, pelo que a Primeira República e o próprio Estado Novo limitaram-se a dar seguimento a um processo de povoamento já de alguma forma consolidado. Dependendo do momento, o Estado Novo promoveu a construção de novas infraestruturas e o desenvolvimento económico e social do território, em especial após a Segunda Guerra Mundial. Certamente, um desenvolvimento limitado, mas com algum impacto.

No entanto, a criação de novos colonatos estatais não privilegiou à área do planalto da Huíla, mas sim outras regiões de Angola, em especial nos distritos no Huambo e no Cuanza-Sul, onde se edificou o colonato da Cela. No sul de Angola, optou-se pela constituição de um colonato misto, de europeus e africanos na zona irrigada do Cunene, uma área que se autonomizou administrativamente da Huíla, constituindo um distrito à parte na fase final do período colonial. Não sendo, portanto, parte do nosso objeto de estudo, podemos, contudo, afirmar que o represamento da água do rio Cunene possibilitou o desenvolvimento de uma ampla área agrícola já muito perto da fronteira com a Namíbia. A implantação do colonato foi acompanhada pela construção de uma barragem no Cunene, de modo a aproveitar as águas do rio para a produção de energia elétrica¹⁴². Ao invés, a falta de água permaneceu um problema nalgumas zonas do planalto. Por exemplo, na década de 1950, a imprensa local denunciou as dificuldades no abastecimento de água na zona da Chíbia, o terceiro maior aglomerado da população branca das Terras Altas da Huíla¹⁴³. Em todo o caso, o progresso das vias de comunicação permitiu a constituição de um triângulo comercial entre três cidades do sul de Angola, Moçâmedes – Sá da Bandeira – Baía dos Tigres¹⁴⁴. Assim, apesar de algumas dificuldades e limitações, o processo de colonização continuou a progredir durante o salazarismo.

Feitas estas considerações, vejamos, ainda que sucintamente, a evolução demográfica do povoamento branco na Huíla durante o Estado Novo. Atente-se no seguinte quadro.

¹⁴² *Jornal da Huíla*, nº10, Quinta-Feira, 30 de julho de 1955, p. 1.

¹⁴³ *Jornal da Huíla*, nº3, Quinta-Feira, 12 de maio de 1955, p. 5.

¹⁴⁴ MARQUES, Walter Valdemar Rego – *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda: Junta do Desenvolvimento Industrial/Fundo de Fomento de Produção e Exportação, 1965, p. 691.

Quadro 1- Evolução da população das Terras Altas da Huíla entre 1940 e 1970¹⁴⁵

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Total
1940	7.148	10,3%	1.351	1,9%	61.205	87,8%	69.704
1950	8.673	10,6%	1.189	1,5%	71.718	87,9%	81.580
1960	11.928	13,6%	2.664	3,0%	73.400	83,4%	88.000
1970	25.193	21,7%	3.738	3,2%	87.170	75,1%	116.101

Os valores apresentados demonstram um pequeno crescimento da minoria branca na década de 1940, mas que se acelerou na década de 1950 e que explodiu na década de 1960. Segundo Fernando Tavares Pimenta, esse crescimento populacional deveu-se à instalação da Faculdade de Letras dos Estudos Gerais de Angola, em Sá da Bandeira¹⁴⁶. Claramente, o incremento demográfico foi em larga medida propiciado pelo desenvolvimento da cidade do Lubango, então Sá da Bandeira. A este respeito, a evolução da percentagem de brancos residentes nessa cidade foi a seguinte: 1930, 39,3 %; 1940, 39,4%; 1950, 53,2%; 1960, 49,5%. Os dois próximos quadros fornecem informações mais detalhadas sobre a evolução da população da cidade entre 1930 e 1960.

Quadro 2- Evolução da população da cidade de Sá da Bandeira (1930 e 1940)¹⁴⁷

1930-Estimativa				1940-Censo			
Branços	Mestiços	Negros	Total	Branços	Mestiços	Negros	Total
3.025	447	4.220	7.692	3.361	471	4.689	8.521

Quadro 3- Evolução da população da cidade de Sá da Bandeira (1950 e 1960)¹⁴⁸

1950-Censo				1960-Censo			
Branços	Mestiços	Negros	Total	Branços	Mestiços	Negros	Total
6.201	542	4.911	11.654	7.494	1.142	6.492	15.129

¹⁴⁵ Retirado de PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 194.

¹⁴⁶ PIMENTA, Fernando Tavares, *Ob. Cit.*, 2005, pp. 47-48.

¹⁴⁷ Retirado de PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 194.

¹⁴⁸ Retirado de PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 194.

Em 1970, segundo Cláudia Castelo, a população branca da cidade era estimada em 13.429 pessoas – CASTELO, Cláudia, *Ob. Cit.*, 2007, p. 223.

Para além da apresentação destes dados de carácter demográfico, podemos ainda refletir sobre alguns aspetos sociais relacionados com a colonização de Sá da Bandeira.

Erguida a diocese pela Bula Papal *Ad Christi Evangelium* em 1955¹⁴⁹, Sá da Bandeira dispunha dos serviços fundamentais de uma cidade moderna, entre os quais um caminho-de-ferro que a ligava ao porto de Moçâmedes. Esses serviços eram particularmente relevantes no campo da instrução. Aliás, inicialmente, a existência de um liceu, e, posteriormente, a edificação da Faculdade de Letras valeu-lhe o epíteto de “Coimbra de Angola”. Designada, igualmente, de “cidade branca”, Sá da Bandeira suscitava diferentes reações nas pessoas que a visitavam, umas mais críticas do que outras. A este respeito, vale a pena transcrever algumas das considerações de Orlando Ribeiro sobre esta cidade no período colonial:

“O centro desta área [a Huíla] é a cidade de Lubango ou Sá da Bandeira, a única onde os brancos sobrelevaram em pouco a população de cor (35.000 habitantes). Visitei-a há quarenta anos e tinha a atraente aparência de uma cidadezinha provinciana do Norte [de Portugal], a que não faltava o coreto no meio do jardim. Depois foi-se enchendo pouco a pouco de edifícios pretensiosos e, neste mundo de brancos isolados, criou-se um ambiente de intriga e maledicência. Por tudo e por nada se armavam *macas* (querelas), a cidade pretende ser um centro intelectual e por isso aí se instalou a Faculdade de Letras, que devia estar, junto das outras, em Luanda, onde recrutaria mais seguramente estudantes de todas as cores. Nos cafés e cervejarias, passeando nos jardins ao fim da tarde, não se viam senão brancos de todas as idades. O geógrafo belga J. Denis notou com perspicácia: *Sá da Bandeira é uma cidade portuguesa em África e não uma cidade centro-africana... Constitui uma anomalia na África Central* (1958). De então para cá, esse aspecto foi-se acentuando. Os brancos habitavam a cidade, as *chitacas* ou quintas dos arredores, onde praticavam uma minuciosa cultura de regadio de horta e pomar, como nas vilas já referidas. Havia-os em todas as profissões e em todos os níveis sociais. Aos mais pobres restava-lhes a prosápia da cor e às vezes o bodo e a esmola que os igualava aos indígenas”¹⁵⁰.

Uma visão muito diferente é manifestada pelo nacionalista e escritor luso-angolano Leonel Cosme, que descreveu a cidade onde viveu durante décadas nestes termos:

“Nos últimos anos da década de 50, quando a cidade se movimenta em torno da reivindicação do ensino universitário, Sá da Bandeira assiste a um surto notável de actividades culturais: a Sociedade Cultural de Angola cria ali a única delegação que teve no território; funda-se o Cine Clube da Huíla, na esteira dos seus congéneres de Luanda, Benguela e Huambo; o Círculo de Cultura Musical abre também

¹⁴⁹ DIAS, Gastão de Sousa – *Ob. Cit.*, 1957, p. 32.

¹⁵⁰ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 1981, pp. 126-127.

uma delegação; e a Câmara Municipal, presidida por um homem do Regime que não tinha, contudo, complexos nacionalistas e possuía, da cultura, um sentido ecuménico, - José Ramos Camisão – patrocina, através de um Departamento Cultural, um boletim cultural de ampla tiragem, um grupo de Teatro Experimental, um Coral e um Atelier Livre de Artes Plásticas”¹⁵¹.

Fruto desse dinamismo cultural foi criada a mais importante editora do sul de Angola, a *Imbondeiro*, que trabalhou durante cinco anos, até ser encerrada pela PIDE em 1965¹⁵². De facto, a editora *Imbondeiro* não estava alinhada com a literatura da época difundida pelo Estado Novo, fundamentada na teoria de Gilberto Freyre, o lusotropicalismo, pelo que sofreu a repressão do regime¹⁵³. Neste sentido, Leonel Cosme conclui:

“Com dois semanários e uma emissora de rádio, Sá da Bandeira veicula para o exterior a fama e o proveito de se haver tornado num centro cultural que, em 1960, rivalizava com Luanda, suplantando-a mesmo nalguns aspectos”¹⁵⁴.

Em jeito de balanço, podemos considerar que, no final do período colonial, as Terras Altas da Huíla albergavam uma comunidade branca única, composta por luso-brasileiros, alemães, boers, madeirenses e, mais tarde, gentes oriundas do norte de Portugal. Segundo Fernando Tavares Pimenta, esta simbiose originou um ambiente social distinto de todas as outras regiões colonizadas pelos portugueses em Angola. Os chicoronhos, grupo de brancos africanizados, constituíam um estrato diferenciado no seio da sociedade colonial de Angola, possuindo uma identidade própria, caracterizada por uma forte ligação à terra e pela perda dos laços que originalmente os uniam à metrópole¹⁵⁵.

¹⁵¹ COSME, Leonel – *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana. Literatura e sociedade*. Gondomar: (inédito), 1997, p. 117.

¹⁵² COSME, Leonel – *Ob. Cit.*, 1997, p. 117 – A *Imbondeiro* teve por principais responsáveis o próprio Leonel Cosme e Garibaldi de Andrade.

¹⁵³ COSME, Leonel – *Cultura e revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1978, p. 40.

¹⁵⁴ COSME, Leonel – *Ob. Cit.*, 1997, p. 117.

¹⁵⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 51.

2.7. Dificuldades e limites da colonização branca da Huíla

Dito isto, importa considerar que a colonização das Terras Altas da Huíla não foi desprovida de dificuldades e de limitações. Orlando Ribeiro enumerou muitas dessas dificuldades no seu estudo *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Este académico salientou a ausência de infraestruturas capazes de sedimentar o desenvolvimento económico da região e de combater os fenómenos de sobreprodução agrícola¹⁵⁶. Entenda-se que, a pequena dimensão da maioria das explorações agrárias dos colonos madeirenses, associada às dificuldades de transporte, impedia um correto aproveitamento do potencial agrícola da zona¹⁵⁷.

Do ponto de vista administrativo, Orlando Ribeiro sublinhou a falta de organização do respetivo aparelho colonial. No seu entender, a regência era incapaz de manter uma relação profícua entre os colonos e os autóctones, marcada por frequentes extorsões e conflitos entre ambos. Consequentemente, os nativos afastavam-se do contacto comercial e social com os colonizadores¹⁵⁸. Por sua vez, a divisão entre os colonos brancos e os autóctones aumentou com a emergência do fenómeno nacionalista que surgiu a partir da década de 1960. Esta situação foi, de igual modo, referida por Carlos Alberto Medeiros ao afirmar que as populações indígenas não foram tidas em conta no processo de colonização. No seu entender, a colonização era direcionada meramente à raça branca, impossibilitando o indígena de beneficiar com a colonização, o que se repercutiu em termos económicos, sociais e políticos¹⁵⁹.

Por outro lado, mesmo numa fase mais adiantada da colonização, a administração portuguesa mostrava claros sinais de desorganização no que toca ao apoio à instalação de novos colonos. Um cidadão que pretendesse instalar-se no sul de Angola necessitava de cumprir todo um conjunto de formalidades, nomeadamente obter uma carta de chamada e ter alguém que lhe garantisse emprego assim como hospitalização caso fosse alvo de uma patologia¹⁶⁰. Não obstante, a crítica de Medeiros relativa à falta de investimento na exploração de novos recursos, tais como os minerais ou os mármore, bem como os entraves postos pelo Governo português à rápida industrialização do sul de Angola¹⁶¹.

¹⁵⁶ PADRÃO, F. Cerviño – *Ob. Cit.*, 1998, p. 135.

¹⁵⁷ RIBEIRO, Orlando – *Ob. Cit.*, 2014, p. 254.

¹⁵⁸ PADRÃO, F. Cerviño – *Ob. Cit.*, 1998, p. 138.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Carlos Alberto – *Ob. Cit.*, 1976, p. 649.

¹⁶⁰ *Jornal da Huíla*, nº3, Quinta-Feira, 12 de maio de 1995, p. 1.

¹⁶¹ MARQUES, Walter Valdemar Rego – *Ob. Cit.*, 1962, p. 695.

Paralelamente, a fuga de capitais e a complexidade burocrática constituíram outra adversidade que, ao longo dos anos, contribuiu para a lentidão do progresso económico na região¹⁶². De resto, as carências nos setores do transporte, da energia e a falta de mão-de-obra qualificada afastavam os investidores¹⁶³. Na globalidade, estas componentes condicionaram negativamente o desenvolvimento económico e o progresso da colonização branca das Terras Altas da Huíla.

Contudo, apesar de todas estas dificuldades e limitações, no final do período colonial, a comunidade branca da Huíla estava em pleno processo de expansão demográfica, encontrando-se enraizada em solo africano.

¹⁶² MARQUES, Walter Valdemar Rego – “Estrutura e conjuntura de arranque da economia de Angola”, *Ultramar*, volume IV, nº15, 1964, pp.115-148, p. 12.

¹⁶³ MARQUES, Walter Valdemar Rego – *Ob. Cit.*, 1964, p. 20.

CAPÍTULO 3. O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS NO SUL DE ANGOLA: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958

Neste capítulo vamos analisar o impacto político das eleições presidenciais portuguesas de 1958 no sul de Angola, tendo em especial consideração o comportamento das elites brancas da Huíla. O nosso foco é compreender o grau de incorporação dos colonos no processo político colonial, bem como as características do protesto político dos brancos de Angola. De certo modo, consideramos que as eleições presidenciais desencadearam uma dinâmica política que desembocou na formação de um movimento político nacionalista entre os brancos naturais de Angola, a Frente de Unidade Angolana, cuja história abordaremos no próximo capítulo.

Todavia, antes de analisarmos o processo eleitoral propriamente dito, importa refletir sobre um conjunto de antecedentes de caráter económico e político, nomeadamente as primeiras manifestações de contestação à governação colonial por parte dos colonos brancos.

3.1. Antecedentes das eleições de 1958

As origens do protesto político dos colonos brancos remontam aos finais do século XIX e têm motivações, fundamentalmente, de caráter económico. Tal como demonstrado por Fernando Tavares Pimenta, a governação portuguesa tendia a favorecer os interesses económicos da burguesia metropolitana em detrimento dos interesses e das aspirações dos colonos, nomeadamente das suas elites económicas. De facto, a colónia era obrigada a vender os seus produtos, o algodão, o açúcar, o café e o sisal a baixo preço à metrópole e, simultaneamente, a comprar a preços inflacionados os produtos metropolitanos como os têxteis e os vinhos. Esta situação criava um profundo desequilíbrio na balança comercial da colónia com a metrópole e prejudicava gravemente os interesses dos produtores angolanos. Por sua vez, a metrópole não investia o suficiente no desenvolvimento económico e social da colónia, particularmente na construção de infraestruturas básicas como vias de comunicação, escolas e hospitais, afetando a economia e o progresso da sociedade colonial. Claramente, este panorama promoveu um forte descontentamento entre os colonos brancos, que assinala a origem de um protesto político estruturado em volta da reivindicação de uma lata autonomia política, administrativa e financeira para Angola.

Esse protesto autonomista foi sustentado por uma rede de agremiações maçónicas, a chamada *kuribeka*. Inspirada na maçonaria brasileira, a *kuribeka*¹⁶⁴ idealizava para Angola a constituição de uma República independente, sob o Governo da população branca e com participação política da elite mestiça e negra europeizada. Porém, essa independência deveria acontecer num futuro ainda remoto, quando a colónia estivesse preparada em termos económicos, sociais e políticos, pelo que, inicialmente, defendia a instalação de um regime autónomico¹⁶⁵.

Nas primeiras décadas do século XX, o protesto político dos colonos dividia-se em duas linhas orientadoras. A conservadora, maioritariamente económica, defendia simplesmente a não interferência da metrópole nos assuntos internos de Angola e idealizava um sistema económico obsoleto, suportado pela utilização de mão-de-obra negra forçada. Esta vertente era assumida por um conjunto significativo de patrões e fazendeiros brancos. Uma segunda linha, dita liberal, defendia a aquisição de uma autonomia política e económica enquanto primeiro passo para a instauração de uma forma de autogoverno. Esta perspectiva ambicionava a modernização económica da colónia, assente no fomento das atividades produtivas e na criação de um mercado interno, bem como um regime de mão-de-obra assalariada e livre. Consequentemente, esta linha apoiou, pelo menos em parte, o plano de modernização económica de Norton de Matos para Angola (1921-1924), confiando porventura nas promessas de descentralização política da Primeira República¹⁶⁶.

No entanto, o fracasso da governação de Norton de Matos consequente das dificuldades económicas sentidas pela colónia em meados da década de 1920, levaram a uma radicalização do protesto político dos colonos brancos. A formação de alguns partidos políticos autonomistas, nomeadamente o Partido Pró-Angola e a União dos Defensores de Angola evidencia esse facto visto que, estas organizações defendiam a autonomia imediata da colónia e não uma mera descentralização política¹⁶⁷. Porém, a Ditadura Militar instalada em 28 de maio de 1926 e, posteriormente, o Estado de Novo procuraram travar a contestação política dos colonos reprimindo as suas atividades políticas, proibindo os partidos e encerrando as agremiações maçónicas existentes. Os contrastes entre os colonos brancos e a governação colonial consumaram-se na rebelião

¹⁶⁴ COSME, Leonel – *Crioulos e Brasileiros de Angola*. Lisboa: Nova Imbondeiro, 2001.

¹⁶⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – “Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975)”, *A questão social no novo milénio*. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, setembro de 2004. (www.ces.uc.pt/lab2004), p. 14.

¹⁶⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2004, p. 13.

¹⁶⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2004, p. 14.

de Luanda de março de 1930. Momentaneamente, os colonos conseguiram assumir o poder em Luanda afastando o Alto-Comissário Filomeno da Câmara, que acabou demitido pelo Governo de Lisboa. Contudo, ao fim de poucas semanas, o Governo metropolitano conseguiu restabelecer a sua autoridade sobre a colónia, uma vez que os colonos não dispunham de forças suficientes para resistir militarmente a uma ofensiva da metrópole. A repressão policial, as prisões, as deportações e a censura tiveram um papel fulcral na desestruturação do protesto autonomista ao longo da década de 1930¹⁶⁸.

Prontamente, o regime colonial operou a discriminação racial dos brancos nascidos na colónia. De facto, o regime criou uma hierarquia racial baseada no cruzamento de dois conceitos distintos, a raça e a naturalidade. Consequentemente, os brancos naturais de Angola eram diferenciados dos brancos naturais da metrópole, sendo rotulados de euro-africanos¹⁶⁹. Esta situação agudizou o descontentamento dos colonos brancos em relação à metrópole, particularmente entre as novas gerações nascidas em Angola.

Todavia, isto não significa que as reivindicações e críticas dos colonos à administração colonial tivessem cessado por completo, sobretudo no que diz respeito à situação económica de Angola. Por exemplo, no ano de 1935, o Ministro das Colónias recebeu uma carta endereçada da Companhia do sul de Angola, sediada em Moçâmedes e com filiais em Porto Alexandre, Coroca, Baba, S. Nicolau, Praia Amélia, Giraúl, Munhino e Bibala, que expunha o seu descontentamento face à situação económica então vivida, referindo-se particularmente ao bloqueio, quase absoluto, da entrada dos produtos da fábrica da Companhia do sul de Angola nos principais mercados consumidores da Europa, nomeadamente no mercado francês. Uma situação que poderia arrastar a Companhia para uma situação difícil ou mesmo para falência, o que teria consequências amplamente negativas para todo o distrito de Moçâmedes¹⁷⁰.

No ano de 1940, o jornal *Notícias da Huíla*, na edição que comemorava o oitavo centenário da formação de Portugal e o terceiro da restauração de independência, publicou um artigo crítico da política colonial do Estado Novo. Mas o dado mais saliente do artigo prende-se com as considerações feitas relativamente aos “ideais de colonização”. Numa primeira instância, o autor do artigo, Luís Walter de Vasconcelos, professor no Liceu Nacional de Diogo Cão, localizado em Sá da Bandeira, definiu de

¹⁶⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 159.

¹⁶⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2004, p. 10.

¹⁷⁰ AN/TT, PT/TT/SGPCM- 22, processo 324/11, nº7- Exposição da companhia do sul de Angola dirigida ao Ministro das Colónias relativa à sua situação deficitária (1935).

acordo com Montesquieu, o conceito de colónia e a sua utilidade enquanto extensão da “mãe-pátria”, cujo fim seria expandir o comércio e enriquecer a metrópole. Contudo, esta era uma visão arcaica do processo de colonização e contrária às disposições da Sociedade das Nações. Apoiando-se nas diretrizes dessa organização, Luís Walter de Vasconcelos afirmou que a metrópole tinha a obrigação de promover o bem-estar dos povos colonizados, concedendo-lhes melhores condições de vida e condenou o desrespeito pelos seus direitos¹⁷¹. Esta referência aos “povos colonizados” poderá querer significar a assunção de uma postura de “colonizado” por parte do autor, quando na verdade se tratava de um elemento pertencente ao estrato colonizador. Torna-se assim perceptível a identificação política dos colonos com a terra angolana. Uma identificação que produzia um forte sentimento de localismo e que está na génese do nacionalismo dos brancos angolanos.

De facto, nas décadas de 1940 e de 1950 verificou-se o ressurgimento do protesto político dos colonos brancos, mas desta vez com feições nacionalistas e defendendo já a independência de Angola. Nascida no Huambo, a Organização Socialista de Angola foi a primeira organização nacionalista de uma nova geração de brancos e de mestiços, filhos de colonos angolanos. Criada em 1940, a Organização Socialista de Angola (OSA) reivindicava o fim da discriminação contra os naturais de Angola, bem como o fim do trabalho forçado ao qual estava sujeito a população indígena. Reprimida pelas autoridades portuguesas, a OSA foi desmantelada em 1941, mas muitos dos seus membros iriam integrar, mais tarde, outros movimentos nacionalistas, nomeadamente da Frente de Unidade Angolana (FUA).

No ano de 1945, surgiu uma outra organização política entre os colonos, a Aliança Democrática de Angola¹⁷², que acabou por desaparecer a partir do momento em que foi constituído o Movimento de Unidade Democrática (MUD) em Angola. O MUD teve um grande impacto na colónia, tal como se pode verificar pela cobertura das suas atividades políticas na imprensa da colónia. Paralelamente, durante alguns meses, a imprensa conseguiu denunciar a política de subordinação económica da colónia à metrópole e o bloqueio dos interesses da burguesia angolana face aos interesses da

¹⁷¹ AN/TT, PT/TT/HPC- mc 16, nº80 – Jornal “Notícias da Huíla” dedicado ao tema “Portugal no 8º centenário da sua fundação e 3º da restauração da sua independência: comemoração dos centenários” (1940).

¹⁷² PIMENTA, Fernando Tavares – “Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961)”, *A cultura do poder: a propaganda nos estados autoritários* (coordenação PENA-Rodríguez, Alberto & PAULO, Heloisa). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 367-386, p. 369.

burguesia metropolitana¹⁷³ Foram denunciadas as assimetrias económicas e sociais que predominavam em Angola, bem como os entraves colocados ao desenvolvimento agrícola e industrial da colónia¹⁷⁴.

Por outro lado, na década de 1950 surgiram novas organizações políticas de carácter clandestino focadas em despertar a consciência nacional angolana, nomeadamente o Partido Comunista Angolano (P.C.A.)¹⁷⁵. O P.C.A. surgiu, inicialmente, no centro de Angola, mais concretamente no Huambo, entre 1953-1954. Os seus fundadores foram Sócrates Dáskalos¹⁷⁶, Emílio Landerset Cadima e Manuel Myre Dores, todos licenciados em universidades da metrópole. Sócrates Dáskalos tinha sido anteriormente membro da OSA. No entanto, este primeiro Partido Comunista Angolano teve uma curta duração devido à oposição do Partido Comunista Português¹⁷⁷. No ano de 1955 sucedeu-se uma tentativa de reorganizar o P.C.A., desta vez em Luanda, por um conjunto de intelectuais mestiços e brancos, entre os quais Viriato da Cruz, um dos fundadores do MPLA. Este P.C.A. também não sobreviveu muito tempo, tendo os seus membros confluído noutras organizações políticas que então apareceram em Luanda. Uma terceira tentativa de formação do P.C.A. ocorreu no ano de 1958, desta vez com o apoio do PCP, mas acabou por ser desmantelado pela PIDE em 1959¹⁷⁸. De referir, porém, que a maioria dos colonos brancos nunca foi sensível à atividade política dos comunistas angolanos, pelo que o PCA apenas conseguiu mobilizar alguns intelectuais das principais cidades, em especial poetas, escritores, jornalistas e alguns profissionais liberais de Luanda¹⁷⁹.

Na realidade, o grosso das reivindicações dos colonos era veiculado pela imprensa e pelas associações económicas da colónia, com especial destaque para as associações comerciais e agrícolas sediadas em Luanda, em Benguela, no Huambo e na Huíla. Estas associações eram constituídas por um conjunto de colonos mais abastados, alguns empresários de bastante relevo. Em suma, o núcleo duro da burguesia colonial,

¹⁷³ CAPOCO, Zeferino – *O nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História política de Angola (1961-1991)*. Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa, abril de 2013, p. 69.

¹⁷⁴ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 369.

¹⁷⁵ CAPOCO, Zeferino – *Ob. Cit.*, 2013, p. 71.

¹⁷⁶ Sócrates Dáskalos revelou-se um dos protagonistas da luta pelo autonomismo angolano. A sua presença nas associações culturais e na formação dos movimentos como o PCA e a FUA, tornaram-no num alvo da PIDE/DGS durante as épocas de repressão. Posteriormente nesta dissertação iremos referenciar o seu percurso e intervenção no nacionalismo angolano.

¹⁷⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 147.

¹⁷⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2005, pp. 45-46.

¹⁷⁹ CAPOCO, Zeferino – *Ob. Cit.*, 2013, p. 71.

cujos interesses estavam centrados na colónia e eram, frequentemente, divergentes dos da burguesia metropolitana. As suas críticas ao regime colonial tinham por isso uma base económica, mas revelavam também uma aspiração ao controlo do Estado Colonial. A imprensa, vulgarmente controlada por essa mesma burguesia colonial, fazia eco das reivindicações das associações económicas, assumindo uma postura crítica relativamente à governação. Entenda-se que, muitas das vezes, a censura não conseguiu conter essas críticas, permitindo a publicação de artigos bastante duros relativamente à administração colonial.

No sul de Angola, as críticas ao regime colonial eram patrocinadas pelo principal empresário do distrito da Huíla, o Comandante Venâncio Guimarães Sobrinho. Proprietário do *Jornal da Huíla*, Venâncio Guimarães Sobrinho usava esse órgão de imprensa para defender os seus interesses económicos e políticos, desferindo sérios “ataques” à governação colonial sempre que se considerava lesado por determinadas decisões ou pelo mau funcionamento da administração. Por exemplo, durante o ano de 1956, o *Jornal da Huíla* publicou diversos artigos que instigavam à “revolta” dos colonos face aos problemas que afetavam a colónia¹⁸⁰. O tom crítico desse jornal manteve-se ao longo de todo o período estudado, acentuando-se em diversos períodos, nomeadamente no ano de 1957. As críticas diziam respeito a assuntos de carácter económico e fiscal. Por exemplo, o Estado era acusado de ser devedor e de não pagar a horas, pelo que os credores, os comerciantes, os industriais e os empreiteiros, ficariam lesados com a situação de dívida. De resto, a administração colonial pecava por ser morosa, complicada e inadequada à realidade da colónia¹⁸¹. Denunciava-se também que a organização da província exigia, por vezes, formalidades complexas que levavam a perdas de tempo e posteriormente a transtornos e a prejuízos¹⁸².

O *Jornal da Huíla* acompanhou o funcionamento do Conselho Legislativo de Angola, restabelecido em 1 de outubro de 1955, após um longo interregno determinado pela sua extinção durante o período da Ditadura Militar. A este respeito, o *Jornal da*

¹⁸⁰ A este respeito leia-se as seguintes publicações:

Situação inexplicável! – *Jornal da Huíla*, n.º 37 Quinta-feira, 5 de janeiro de 1956, p. 6.;

Uma cidade abandonada.... Na verdade, Sá da Bandeira parece uma cidade abandonada! – *Jornal da Huíla*, n.º 38 Quinta-feira, 12 de janeiro de 1956, p. 6.;

Um cancro na economia de Angola – *Jornal da Huíla*, n.º 44. Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1956, p. 1.;

Coisas que não estão certas – *Jornal da Huíla*, n.º 45 Sexta-feira, 2 de março de 1956, p. 6.;

Moçâmedes atravessa uma grave crise devido à falta de navegação – *Jornal da Huíla*, n.º 81, Sexta-feira, 9 de novembro de 1956, p. 6.;

A propósito duma tributação – *Jornal da Huíla*, n.º 81, Sexta-feira, 9 de novembro de 1956, pp. 1-6.;

¹⁸¹ *Jornal da Huíla*, n.º 88 Terça-feira, 1 de janeiro de 1957, p. 6.

¹⁸² *Jornal da Huíla*, n.º 90 Terça-feira, 15 de janeiro de 1957, p. 1.

Huíla concedeu um significativo destaque às intervenções mais críticas dos vogais eleitos quer pela população do distrito, quer em representação das associações económicas. Neste sentido, são referidas as posições tomadas pelo Brigadeiro Soares Zilhão¹⁸³, e por Américo Aleixo, um conhecido empresário e autonomista. Aleixo, criticou veemente a política colonial salazarista, salientando os malefícios causados pelos impostos elevados, a falta de estímulos à produção, as restrições às importações, o orçamento estreito e os gastos com “causas inúteis”. A sua participação na discussão do orçamento geral da colónia para o ano de 1956 foi bastante noticiada na imprensa colonial¹⁸⁴. Tal como sublinhado por Fernando Tavares Pimenta, por norma os orçamentos da colónia eram irrealistas, uma vez que não conseguiam atender às necessidades de financiamento da administração pública. Assim, elevavam-se as receitas ao extremo e reduziam-se as despesas com a prévia indicação que as verbas inseridas no orçamento eram por si só insuficientes para um funcionamento normal da administração pública¹⁸⁵.

No dia 24 de outubro de 1957, a atividade do Conselho Legislativo teve, novamente, uma ampla cobertura por parte da imprensa. Nessa sessão a ordem de trabalhos incidiu sobre as adversidades económicas no sul de Angola. Os vogais presentes expuseram as problemáticas dos vencimentos, a quebra nas cotações do sisal, a necessidade de fomentar a atividade pecuária, assim como a necessidade de criar herdades agrícolas médias e a falta de auxílio ao povoamento e ao fomento da indústria piscatória¹⁸⁶.

Claramente, alguns dos quadros superiores da administração colonial tinham consciência dos problemas e das necessidades da colónia, bem como da existência de políticas contrárias ao desenvolvimento das colónias, nomeadamente no que dizia respeito à industrialização. Isto mesmo foi expresso ao mais alto nível pelo Ministro do Ultramar, Raul Rodrigues Ventura, numa missiva dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, António Oliveira Salazar, datada a 7 de março de 1957. Nesse documento, Raul Rodrigues Ventura considerava que uma das características da governação colonial consistia em tratar as colónias como simples fontes de abastecimento de produtos agrícolas e de matérias-primas mineiras, ou, como “coutada” industrial das indústrias metropolitana. O reflexo desta tendência era o desprezo pelo progresso económico. A

¹⁸³ *Jornal da Huíla*, n.º 24, Quinta-Feira, 17 de outubro de 1955, p. 1.

¹⁸⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 29, Quinta-feira, 10 de novembro de 1955, p. 1.

¹⁸⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 369.

¹⁸⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 124, Sexta-feira, 24 de outubro de 1957, p. 1.

existência económica das colónias era dominada pela metrópole, na tentativa de alcançar compatibilidade com um fornecimento a baixos preços dos produtos agrícolas e mineiros, condicionando a expansão desses produtos ou de outros importados no estrangeiro. Conclui afirmando que era intransitável e ilegítimo limitar o desenvolvimento económico de um território e o nível de vida da população para salvaguardar interesses da metrópole. Assim, comentou as políticas do Terreiro do Paço relativamente aos territórios africanos, considerando que essa política era deliberadamente oposta à industrialização ultramarina, constituindo um sério obstáculo ao seu desenvolvimento. Referiu a insuficiência de transportes, tanto no âmbito portuário, como no campo dos transportes internos, sendo necessária uma renovação e melhoria das comunicações. Relativamente ao povoamento branco, defendia uma alteração aos moldes de colonização promovidos pelo Estado Novo. Julgava aliás que “só a indústria poderia garantir ao branco o emprego que a sua posição em África exige”, pois não se podia correr o risco de os portugueses parecerem inferiores ou semelhantes economicamente aos negros¹⁸⁷.

Neste sentido, nas vésperas das eleições presidenciais portuguesas de 1958 havia perfeita consciência dos problemas que enfermavam a colonização portuguesa em Angola, sendo patente na imprensa colonial um forte descontentamento em relação à governação por parte de muitos colonos, especialmente entre os membros das associações económicas. Um descontentamento que era expresso de forma oficial nas sessões do Conselho Legislativo e cujas motivações eram reconhecidas pelo Ministério do Ultramar. No sul de Angola, esse descontentamento era encabeçado pelo maior empresário da região, o Comandante Venâncio Guimarães Sobrinho, proprietário do *Jornal da Huíla*.

3.2. As eleições de 1958. Candidatos, campanha e resultados eleitorais no Distrito da Huíla

As eleições para a presidência da República de junho de 1958 refletiram o descontentamento de grande parte dos colonos brancos face à centralização política e económica do Estado Novo e a sua intenção de romper com a eleição de um candidato proveniente da União Nacional¹⁸⁸. Acresce que, o ato eleitoral permitiu a formação de

¹⁸⁷ AN/TT, AOS/CO/UL-33, Pasta 1 - Industrialização e condicionamento industrial no Ultramar (1957).

¹⁸⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 155, Sexta-feira, 30 de maio de 1958, p. 6.

bases para a composição de um movimento nacionalista branco nas regiões centro e sul de Angola, a Frente de Unidade Angolana, fundada em Benguela, em 1961¹⁸⁹.

Três candidatos concorreram à sucessão do General Craveiro Lopes, Presidente da República cessante, cuja recandidatura não foi apoiada por Salazar. A União Nacional apresentou como candidato o Almirante Américo Rodrigues Tomás. Os seus opositores foram, respetivamente, o General Humberto Delgado, candidato independente oriundo das fileiras do regime, aeronáutico e representante de Portugal na I.C.A.O.¹⁹⁰ e no Comité militar da NATO, e Arlindo Vicente, candidato dos setores mais à esquerda da oposição democrática, um escritor evidenciado em jornais e revistas. De referir que, Arlindo Vicente representava uma significativa rutura com a ditadura e, até certo ponto, com o regime colonial¹⁹¹.

A campanha eleitoral teve início a 11 de maio de 1958 e suscitou grande interesse na metrópole e nas colónias¹⁹². Durante a campanha, os candidatos puderam expressar as suas reivindicações e anunciar medidas que tencionavam implementar caso fossem eleitos. Naturalmente, os candidatos da oposição proferiram severas críticas ao regime. O abrandamento da censura permitiu uma cobertura jornalística bastante acurada do processo eleitoral, pelo menos no caso de Angola. Deve-se frisar, contudo, que a campanha eleitoral decorreu dentro da ordem estabelecida pelas autoridades, sem a participação do meio indígena e sem referências claras a assuntos de ordem racial. Aliás, apenas era permitida à oposição realizar sessões de propaganda em recintos ou edifícios fechados interditos aos indígenas¹⁹³.

Américo Tomás realizou várias sessões de campanha na metrópole, particularmente em Lisboa, no Porto¹⁹⁴ e em Viana do Castelo. Numa das suas conferências, Américo Tomás, declarou que um Chefe de Estado, independentemente da sua filiação política, deveria por definição encarnar a figura da unidade nacional¹⁹⁵. De facto, o discurso e as posições, deste candidato iam ao encontro da máxima da “união e do patriotismo”, em linha com o discurso oficial do regime salazarista. Em Angola, o candidato da União Nacional contou com o apoio de uma comissão de candidatura presidida por Bagorro Sequeira. Simultaneamente, obteve um apoio

¹⁸⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 155, Sexta-feira, 30 de maio de 1958, p. 6.

¹⁹⁰ Internacional Civil Aviation Organization – Organização Internacional da Aviação Civil – criada em abril de 1947

¹⁹¹ *Jornal da Huíla*, n.º 152, Sexta-feira, 9 de maio de 1958, p. 1.

¹⁹² PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 376.

¹⁹³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 378.

¹⁹⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 153, Sexta-feira, 16 de maio de 1958, p. 6.

¹⁹⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 1.

declarado pelo Governador-Geral, Horácio de Sá Viana Rebelo, e pelo Secretário Provincial da União Nacional, Francisco Avelar Maia Loureiro¹⁹⁶. Esta comissão de candidatura realizou diversas sessões de propaganda, inclusivamente no sul de Angola, destacando-se a sessão ocorrida em Porto Alexandre, no distrito de Moçâmedes¹⁹⁷. Todavia, tratou-se de uma campanha bastante apagada e com pouco impacto junto da população. Posteriormente, o Governador-Geral de Angola admitiu no seu relatório sobre o ato eleitoral que, no findar da primeira semana de campanha, os elementos da União Nacional careciam de desembaraço e de iniciativa no contacto com a população, permitindo que a oposição se demarcasse nos principais distritos da colónia. A candidatura de Américo Tomás foi, portanto, bastante condicionada pela deficiente atuação de campanha da União Nacional em Angola¹⁹⁸.

A campanha de Arlindo Vicente, caracterizou-se pelas duras críticas ao regime vigente, propondo uma mudança de rumo tanto na política metropolitana, como na política ultramarina. Numa das suas intervenções, o candidato expôs a intenção de assumir, caso fosse eleito, relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assim como com todos os países, sem exceção¹⁹⁹. Naturalmente, devido à escassa implantação política dos setores mais à esquerda da oposição portuguesa, tanto na metrópole como nas colónias, as suas posições não foram as mais aliciantes para os eleitores, pelo que não conseguiu a mesma mobilização política obtida por Humberto Delgado.

Em Angola, Arlindo Vicente conseguiu constituir uma comissão de candidatura na cidade de Luanda por intermédio de Manuel João Palma Carlos²⁰⁰. Essa comissão integrou sobretudo intelectuais vanguardistas integrantes da Sociedade Cultural de Angola²⁰¹. Constitui-se, de igual modo, uma comissão distrital em Benguela²⁰², com

¹⁹⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 377.

¹⁹⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 6.

¹⁹⁸ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

¹⁹⁹ *Jornal da Huíla* n.º 153, Sexta-feira, 16 de maio de 1958, p. 6.

²⁰⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 375.

²⁰¹ Fundada a 1942, tratava-se de uma associação de cariz cultural, cujos integrantes se destacaram na luta pela independência, tais como Adolfo Maria, António Jacinto, Viriato da Cruz, etc. Muitos dos seus membros foram prosadores, ensaístas e poetas ligados às revistas *Mensagem* e *Cultura*. A partir de 1959, a PIDE começou a reprimir e a prender membros da Sociedade Cultural de Angola. No ano de 1962 a associação deixou de ter consistência, levando ao seu encerramento. Saliente-se que esta associação teve um elevado desempenho em Sá da Bandeira, através da sua delegação do distrito da Huíla.

A este respeito leia-se as seguintes publicações:

Para uma política de aproximação Angola e Moçambique não podem (nem devem) viver isoladas em matéria cultural e Sociedade cultural de Angola - Jornal da Huíla, n.º 197, Terça-Feira, 17 de março de 1959, p. 1.

sede na cidade do Lobito, liderada por Fernando Falcão, um empresário e engenheiro local. Curiosamente, o único angolano que assumiu a presidência de uma comissão²⁰³. Falcão destacou-se posteriormente no combate político nacionalista, tendo sido o fundador de um dos movimentos que marcou o fenómeno nacionalista no sul de Angola, a Frente de Unidade Angolana (FUA). No entanto, Arlindo Vicente não conseguiu constituir uma comissão de candidatura no sul de Angola. Houve uma tentativa para formar uma comissão no distrito da Huíla, mas que falhou devido à falta de apoiantes²⁰⁴. A este respeito, subsiste uma carta elaborada por José Maria Marques Miranda a informar que não poderia organizar a comissão da Huíla, pois já estava comprometido com a campanha do General Humberto Delgado²⁰⁵. Portanto, as comissões de candidatura de Arlindo Vicente apenas tiveram relevância em Luanda e no Lobito²⁰⁶.

Tal como é conhecido, Arlindo Vicente acabou por desistir da sua candidatura a favor do General Humberto Delgado. Assim, depois de alguma especulação na imprensa²⁰⁷, foi formalmente noticiada a comunicação da desistência desse candidato. Arlindo não só anunciava a sua desistência, como também dirigia o seu apoio e apelava aos portugueses no sentido de votarem no General Humberto Delgado²⁰⁸.

A campanha de Humberto Delgado ficou marcada pela sua atitude e discursos reformadores. A sua postura de desafiador do regime e a sua posição enquanto alto membro das Forças Armadas trouxe-lhe muitos apoios, principalmente após ter afirmado que, caso fosse eleito, iria demitir o chefe de Governo, Salazar²⁰⁹. Em Angola, Humberto Delgado teve o apoio de um conjunto de comissões de candidatura constituídas por empresários, patrões, professores e funcionários públicos “revoltados” com a forma de atuação do Estado Novo. Delgado detinha comissões nas cidades mais importantes, nomeadamente em Luanda, Benguela, Lobito, Nova Lisboa e Sá da

²⁰² AN/TT, PT/TT/TM- 5, Pasta 10, documento 88 – Carta de Marques de Miranda informando que não poderá organizar a comissão da Huíla, uma vez que já é colaborador na campanha de Humberto Delgado (1958).

²⁰³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 376.

²⁰⁴ AN/TT, PT/TT/TM- 5, Pasta 10, documento 66 – Carta relativamente à constituição em Huíla de uma comissão de candidatura de Arlindo Vicente.

²⁰⁵ AN/TT, PT/TT/TM- 5, Pasta 10, documento 88 – Carta de Marques de Miranda informando que não poderá organizar a comissão da Huíla, uma vez que já é colaborador na campanha de Humberto Delgado (1958).

²⁰⁶ AN/TT, AOS/CO/PC-51^a, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

²⁰⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 6.

²⁰⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 1.

²⁰⁹ *Jornal da Huíla* n.º 153, Sexta-feira, 16 de maio de 1958, p. 6.

Bandeira. Em Moçâmedes e em Novo Redondo também se constituíram comissões de apoio, mas que demonstraram uma menor eficácia junto da população²¹⁰.

No Lobito a comissão de candidatura integrava o pároco do município, António de Oliveira Martins, assim como Aníbal Augusto Duarte, advogado; António Alfredo de Pinho Campino, empregado do comércio; Hipólito Lemos, empregado de escritório; João Manuel Martins da Fonseca Viegas, advogado; Manuel Bismark de Melo, advogado; Vitorino Lameiro, industrial gráfico²¹¹. Em Benguela, a sua candidatura era liderada pelo empresário Manuel Brazão Farinha e em Luanda por António Garcia Castilho, um empresário que, pouco depois, seria eleito Presidente da Associação Industrial de Angola²¹². No Distrito da Huíla, a sua candidatura foi apoiada por Venâncio Guimarães Sobrinho, empresário de renome e proprietário do *Jornal da Huíla*, o qual foi eleito presidente da Associação Comercial da Huíla em dezembro de 1959²¹³. Na cidade de Sá da Bandeira, capital desse distrito, a sua comissão era composta por José Maria Marques Miranda, advogado; José Salino Carvalho Fonte, engenheiro civil; José do Nascimento, industrial; Armindo Costa Ferreira, gerente comercial.

As comissões de candidatura de Humberto Delgado realizaram várias atividades de campanha eleitoral, nomeadamente sessões de propaganda. Por exemplo, em 29 de maio de 1958, numa sessão realizada em Luanda, os apoiantes de Delgado denunciaram os múltiplos problemas da colónia que ficavam por resolver nos salões do Ministério do Ultramar e salientaram os erros e as lacunas da administração colonial, dando o exemplo do fracasso na construção dos colonatos da Cela e do caminho-de-ferro do Congo²¹⁴. Em Sá da Bandeira, foram avistados cartazes de propaganda eleitoral²¹⁵, e ocorreu uma sessão de propaganda na qual se expuseram os problemas que afetavam a

²¹⁰ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

²¹¹ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 6.

²¹² PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 375.

²¹³ *Jornal da Huíla* n.º 275, Quarta-feira 16 de dezembro de 1959, p. 1 e p. 6.

²¹⁴ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 377.

²¹⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 154, Sexta-feira, 23 de maio de 1958, p. 6.

região. Nesse comício participaram, entre outros, Leonel Cosme²¹⁶, Sabino Carvalho Fontes, José Maria Marques de Miranda e Emídio Figueiredo Fernandes²¹⁷.

Dito isto, importa referir que as campanhas de Humberto Delgado e de Arlindo Vicente tiveram vários aspetos em comum, nomeadamente as críticas tecidas ao regime e a composição das suas comissões de candidatura, pelo menos em Angola. Simultaneamente, ambos os núcleos de apoio dos candidatos eram compostos por engenheiros de firmas empreiteiras em trabalhos do Estado, advogados, médicos, operários, comerciantes, empregados de comércio, assim como elementos com cadastro na PIDE, anteriormente ligados ao Movimento de Unidade Democrática. Por sua vez, a propaganda utilizada era transcrita, maioritariamente, a partir de jornais da metrópole, especialmente o *República*²¹⁸. Mas os problemas específicos de Angola também foram denunciados por ambas as candidaturas.

Neste sentido, foram denunciadas as assimetrias no câmbio da moeda, nomeadamente as suas consequências nas importações e transferências, as limitações do estatuto do funcionalismo ultramarino, os baixos vencimentos dos funcionários e a discrepância desses valores entre Angola e Moçambique, a pesada tributação de impostos sobre o comércio e a indústria. Foram expostas as dificuldades no processo de povoamento branco, dando-se o exemplo do colonato de Cela, e a situação do caminho-de-ferro do Congo, que se encontrava incompleto, protestando-se contra a excessiva intervenção do Ministério do Ultramar na administração de Angola, o que causava demoras na resolução de problemas. Reclamou-se a falta de tribunais de trabalho e a inutilidade do estatuto do trabalho; exigiu-se um maior auxílio por parte do Banco de Angola aos particulares; reprovou-se a existência da censura e da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE)²¹⁹; e, por fim, apelou-se ao exercício do direito de voto por parte do cidadão²²⁰. De certo modo, as posições e discursos das comissões oposicionistas basearam-se nas reivindicações dos colonos publicadas na imprensa colonial.

²¹⁶ Leonel Cosme: nacionalista angolano que se destacou durante a luta pela independência de Angola e principal protagonista no I Encontro de Escritores Angolano. Vencedor de vários prémios literários, nomeadamente o concurso literário de Lobito, Sá da Bandeira e Moçâmedes.

Sobre esta peculiaridade leia-se a publicação: *Mais um prémio literário para Leonel Cosme – Jornal da Huíla*, n.º 204, Sexta-feira, 10 de abril de 1959, p. 6.

²¹⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 155, Sexta-feira, 30 de maio de 1958, p. 6.

²¹⁸ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

²¹⁹ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

²²⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 155, Sexta-feira, 30 de maio de 1958, p. 6

O ato eleitoral teve lugar no dia 8 de junho de 1958. Oficialmente o escrutínio foi ganho por Américo Tomás, mas Humberto Delgado acusou o regime de ter cometido fraude eleitoral. Em todo o caso, Humberto Delgado obteve em Angola e em Moçambique um resultado superior ao da metrópole, tendo ganho respetivamente nos distritos de Benguela e da Beira, bem como nalgumas cidades e circunscrições eleitorais dessas duas colónias. No distrito de Benguela obteve 2.599 votos, ou seja, dois terços dos sufrágios. No global, perdeu oficialmente em ambos os territórios. Todavia, importa referir que, o número de eleitores nas colónias era bastante reduzido. Por exemplo, em Angola, estavam recenseados 56.020 eleitores, ou seja pouco mais de 1% dos 4.500.000 angolanos²²¹.

Relativamente aos resultados dos distritos do sul de Angola, Moçâmedes e Huíla respetivamente, Humberto Delgado foi derrotado tanto em Moçâmedes, como na Huíla. No distrito da Huíla, 1738 pessoas votaram em Américo Tomás e 1049 votaram em Humberto Delgado²²². No entanto, Humberto Delgado venceu na cidade capital de distrito, ou seja, em Sá da Bandeira e perdeu por pequena margem na cidade de Moçâmedes. De facto, em Sá da Bandeira, Humberto Delgado obteve 587 votos, contra 560 para Américo Tomás. Portanto, o resultado na área urbana traduziu o fraco consenso político do regime entre os colonos²²³. Num relatório endereçado a Salazar, em julho de 1958, o Governador-Geral procurou justificar este mau resultado para o regime na capital da Huíla com a ideia de que o candidato da oposição teria recolhido o apoio de um grande número de funcionários públicos descontentes com a respetiva situação laboral. O Governador-Geral afirmava que em Sá da Bandeira, onde havia 785 funcionários e 842 eleitores, a oposição tinha conseguido 546 votos, os quais provinham maioritariamente de funcionários. Em Benguela e no Lobito teria acontecido um fenómeno semelhante²²⁴. No entanto, independentemente do peso do voto dos funcionários públicos, sabemos que estes números não estão corretos, tal como se pode verificar nos dados que apresentamos em seguida.

De salientar ainda que a imprensa frisou a forte afluência às urnas por parte dos eleitores em Sá da Bandeira, pelo menos em comparação com outros atos eleitorais. Assim, as urnas teriam aberto às 9.00 horas, mas às 21.00 ainda se encontravam dezenas

²²¹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 379.

²²² *Jornal da Huíla*, n.º 157, Sábado, 14 de junho de 1958, p. 1.

²²³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, p. 375.

²²⁴ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

de pessoas a aguardar para votar²²⁵. O *Jornal da Huíla* sublinhou que o processo de votação foi moroso porque muitos comerciantes, empregados do comércio e da indústria, bem como muitos naturais e residentes de longa data na região não constavam nos cadernos eleitorais²²⁶. Não sabemos ao certo quantas pessoas foram impedidas de votar, pois só dispomos dos dados oficiais publicados na imprensa.

Quadro 4- Resultado eleitoral nos concelhos do distrito de Sá da Bandeira²²⁷

<i>Concelhos</i>	<i>Américo Tomás</i>	<i>Humberto Delgado</i>
<i>Lubango</i>	560	587
<i>Chibia</i>	91	71
<i>Caconda</i>	547	77
<i>Quilengues</i>	122	83
<i>Baixo-Cunene</i>	179	20
<i>Alto-Cunene</i>	139	115
<i>Ganguelas</i>	122	57
<i>Circunscrição do Caroco</i>	29	10
<i>Circunscrição dos Gambos</i>	49	29

Em jeito de conclusão, podemos salientar dois aspetos principais.

Por um lado, fica patente a exiguidade do corpo eleitoral angolano, composto apenas por 56.020 eleitores. Atente-se que, o número de recenseados era significativamente baixo comparativamente ao núcleo de população civilizada – ou seja, os brancos, mestiços e negros assimilados –, que em 1960 rondava os 275.000 indivíduos. Assim, somente 20,37% da população civilizada pôde participar no ato eleitoral e pelo menos dois terços da população branca foi excluída do direito de voto. Isto significa que, muito provavelmente, não interessaria à administração colonial uma extensa participação dos chamados civilizados, mesmo dos brancos, no sufrágio. A este

²²⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 157, Sábado, 14 de junho de 1958, p. 6.

²²⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 157, Sábado, 14 de junho de 1958, p. 6.

²²⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 157, Sábado, 14 de junho de 1958, p. 6.

respeito, o Governador-Geral, Horácio Rebelo, reconheceu que os cadernos eleitorais se demonstraram inadequados ao ato eleitoral²²⁸.

Por outro lado, a vitória de Humberto Delgado no distrito de Benguela e os resultados favoráveis na cidade de Sá da Bandeira, em Moçâmedes e na própria capital, Luanda, evidenciaram a profunda insatisfação dos colonos face à administração colonial de Salazar, traduzindo o fraco consenso político do regime entre os colonos brancos. Como tal, o resultado eleitoral reforçou as reivindicações políticas dos colonos brancos, manifestando uma clara insatisfação relativamente à governação salazarista, mas também o desejo de uma maior autonomia política para Angola.

Não obstante, o trabalho político executado pelas comissões de candidatura oposicionistas²²⁹ e uma mobilização da população angolana, protagonizada por diversas personalidades com significativo destaque no seio da sociedade colonial. Portanto, um conjunto de acontecimentos que fomentaram as bases para a futura organização política dos colonos brancos num único movimento nacionalista.

Neste sentido, as comissões de candidatura, particularmente as do distrito de Benguela e da Huíla estiveram na origem da Frente de Unidade Angolana (FUA), um movimento nacionalista branco, fundado em Benguela, no início de 1961. Consequentemente, as eleições presidenciais de 1958 representaram um marco fundamental na evolução do protesto político dos colonos brancos em Angola.

3.3. O período pós-eleitoral. A reação do Estado Novo e o seu impacto no sul de Angola

As eleições de 1958 alteraram a postura do regime perante alguns dos problemas que enfermavam a colonização de Angola. De facto, os maus resultados eleitorais levaram a administração colonial a delinear uma estratégia de temporização de algumas das reivindicações dos colonos brancos, nomeadamente no campo do fomento da economia e da construção de novas infraestruturas. Tratava-se, claramente, de uma manobra que visava o aliciamento dos setores descontentes da população branca e que assentava numa política de investimento em áreas até então menosprezados ou lesadas pela falta de apoio da metrópole e respetiva centralização de poderes. Esta viragem

²²⁸ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

²²⁹ AN/TT, AOS/CO/PC-51ª, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958) – No seu relatório, o Governador-Geral Horácio de Sá Viana Rebelo salientou a força da propaganda política da oposição nas principais cidades, com especial destaque para Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e Luanda.

procurava salvaguardar o apoio dos colonos à política colonial do Estado Novo, “reconstruindo” uma eventual relação de “colaboração” entre a governação colonial e a população branca. Independentemente do sucesso ou não desta estratégia, devemos salientar que foram operadas algumas mudanças significativas por parte do regime, pelo menos no campo da economia e das infraestruturas.

Neste sentido, no início de 1959, o Governador-Geral de Angola, Horácio Sá Viana Rebelo, expressou à imprensa a sua vontade em dinamizar a economia da colónia após conversas oficiais tidas com o Conselho Económico e com o Ministro do Ultramar. Numa primeira instância, afirmou que os planos de fomento idealizados para esse ano seriam acrescidos de um aumento das verbas destinadas ao setor de agropecuária e do povoamento, mais especificamente um incremento de 2.200 mil contos. A respeito do setor de produção alimentar, sobretudo o das carnes, Horácio Sá Viana Rebelo afirmou que seria criada uma companhia participada em 30.000 contos pelo Estado e anunciou a participação de uma empresa alemã especializada nesta indústria, sendo que essa participação externa iria dinamizar a qualidade do produto e o aumento de produção. Por sua vez, a produção do milho seria, no entender do Governador-Geral, duplicada nos anos seguintes. A importação dos vinhos à metrópole foi outro tema referido pelo orador que, esperava uma razoável diminuição no pagamento de vasilhames e do transporte do produto. De grande relevância seria a ampliação da única refinaria então existente em Angola.

Relativamente à assimetria cambial e às respetivas transferências, o problema seria solucionado através do cálculo da evolução das exportações até 1955 influenciado pelo aumento de verba nos planos de fomento. A renovação de vencimentos dos funcionários foi considerada por Horácio Rebelo como indispensável para o aumento da qualidade de vida da colónia. Sobre as vias de comunicação, o Governador-Geral afirmou que seriam criados os devidos transportes fluviais na zona do Cubango, permitindo a travessia de Caiundo-Dirica, evitando as árduas travessias existentes na região²³⁰. No plano da educação, o Governador-Geral considerou urgente e indispensável uma aposta na instrução e desenvolvimento literário das crianças mestiças, negras e dos brancos naturais da Angola²³¹.

Na sequência dos anúncios feitos pelo Governador-Geral de Angola, o Governador do Distrito da Huíla publicou na imprensa uma mensagem alusiva à

²³⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 185, Sábado, 3 de janeiro de 1959, pp. 1-6.

²³¹ *Jornal da Huíla*, n.º 190, Sexta-feira, 6 de fevereiro de 1959, p. 5.

necessidade de desenvolver a região. Naturalmente, a sua mensagem teve um propósito semelhante à do seu superior, visto que referiu as alterações que se iriam proceder na economia da região e que se encaixavam no programa reivindicativo para o desenvolvimento económico e tecnológico apresentado pelos oposicionistas brancos durante a campanha eleitoral de Humberto Delgado. Deste modo, o Governador do Distrito comunicou a construção de quatro edifícios, no valor de 2.000 contos, destinados às residências dos funcionários públicos, bem como a construção de um novo edifício para a sede de Governo do distrito e de uma residência e pavilhão de aulas para a escola do Tchivinguiro. Simultaneamente, anunciou a futura eletrificação da região de Caconda e a criação de uma ligação telefónica entre Sá da Bandeira e Moçâmedes²³².

Concomitantemente, a imprensa acompanhou esta difusão de progressos e tentativas de dinamização económica e social do sul de Angola. No *Jornal da Huíla* sucederam-se os artigos que anunciavam o desenvolvimento urbano e do quotidiano na região, contendo observações relativas ao número de edifícios, o seu respetivo custo e a sua área de ocupação. Serve, a título de exemplo, a análise feita em Sá da Bandeira, onde se encontravam 23 novos prédios, delimitados em 40.234 metros quadrados e suportados por um investimento que rondava os 8.170 contos.²³³ A imprensa acompanhou as reuniões e conversações feitas com o Governo central tendo sido noticiadas as aprovações de medidas importantes para o desenvolvimento do setor da indústria piscatória promovidas, anteriormente, na Assembleia Geral do Grémio de Pesca de Moçâmedes²³⁴. Entre elas, destacam-se os benefícios concedidos pelo Governo metropolitano às atividades piscatórias, tais como a redução de sobretaxas e cobranças aduaneiras nos portos²³⁵.

A concretização de algumas das medidas anunciadas foi confirmada pela imprensa, nomeadamente o reforço dos vencimentos dos funcionários e a assistência prestada às suas famílias²³⁶. Simultaneamente, alargaram-se as regalias inseridas nos estatutos do funcionalismo ultramarino que albergavam os funcionários de organismos de coordenação económica e outros de carácter social. Por sua vez, o Banco de Angola concedeu um empréstimo de 2.500 contos para a conclusão da sede da Secção da Huíla

²³² *Jornal da Huíla*, n.º 190, Sexta-feira, 6 de fevereiro de 1959, p. 1 e p. 6.

²³³ *Jornal da Huíla*, n.º 192, Sexta-feira, 20 de fevereiro de 1959, p. 6.

²³⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 206, Sexta-feira, 17 de abril de 1959, p. 1.

²³⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 253, Quarta-feira, 30 de setembro de 1959, p. 1.

²³⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 211, Quarta-Feira, 6 de maio de 1959, p. 1.

do Sindicato dos Empregados. De referir que, no mês de maio de 1959, o valor de assistência prestada pela secção da Huíla do Sindicato de Empregados do Comércio e da Indústria ascendia os valores de 806,543,93 escudos²³⁷.

Os vencimentos das forças militares terrestres ultramarinas também foram aumentados a partir do início do ano²³⁸. Ainda no ano de 1959, o Governo investiu mais de 50 mil contos no orçamento militar²³⁹ e, em 1960, procedeu à compra de um navio de escolta, no valor de 150.000 contos, destinado a integrar a armada da Marinha Portuguesa²⁴⁰. Foram igualmente feitos investimentos na aeronáutica. No mês de maio, o Aeroclube da Huíla passou a ser subsidiado, com regularidade, pelo Governador-Geral no valor de 100 contos²⁴¹.

No campo educativo, foram realizadas sessões culturais e educacionais na Escola Industrial Artur de Paiva²⁴², em Sá da Bandeira, e foi inaugurado o Jardim-Escola Dr. Cruz Alvura²⁴³, corroborando a necessidade que o Governador exprimia em promover a literacia e o enaltecimento da cultura dos naturais. Paralelamente procedeu-se à inauguração de infraestruturas e de serviços destinados a aprimorar a qualidade de vida no distrito da Huíla²⁴⁴, na sua maioria residências, postos de saúde, depósitos de água, novas estruturas de ensino, como os pavilhões, e a remodelação das vias de comunicação²⁴⁵.

No entanto, a criação da barragem de Matala pode considerar-se como o maior progresso das infraestruturas assistido naquela época. A barragem, idealizada pelo Governo metropolitano, mais concretamente pelo engenheiro Trigo de Morais, tinha como fim impulsionar o desenvolvimento e povoamento no sul de Angola. A sua edificação viabilizava uma melhor gestão dos recursos hídricos da região, combatendo os maus períodos agrícolas, consequentes dos períodos de seca, assim como proporcionava a produção de energia elétrica para as populações de Sá da Bandeira e de Moçâmedes²⁴⁶.

²³⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 240, Sábado, 15 de agosto de 1959, p. 1.

²³⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 219, Quarta-feira, 3 de junho de 1959, p. 1.

²³⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 277, Quarta-feira, 23 de dezembro de 1959, p. 1.

²⁴⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 305, Quarta-feira, 6 de abril de 1960, p. 1.

²⁴¹ *Jornal da Huíla*, n.º 214, Sábado, 16 de maio de 1959, p. 1.

²⁴² *Jornal da Huíla*, n.º 216, Sábado, 22 de maio de 1959, p. 1.

²⁴³ *Jornal da Huíla*, n.º 253, Quarta-feira, 30 de setembro de 1959, p. 1.

²⁴⁴ Com especial destaque para os concelhos do Lubango, Cuamato, Baixo Cunene, Alto Cunene, Ganguelas, Quilengues e Caconda.

²⁴⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 216, Sábado, 22 de maio de 1959, pp. 1-6.

²⁴⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 248, Sábado, 10 de setembro de 1959, p. 1.

No campo do povoamento branco, foram idealizadas mais 30 fazendas para o colonato da Cela. Cada fazenda iria ocupar 120 hectares e eram destinadas aos colonos que, anteriormente se tinham fixado naquele local e que careciam de um maior apoio por parte do Estado²⁴⁷. A solidariedade para com os mais desfavorecidos foi também evocada pela administração colonial. Neste âmbito, um grupo não especificado de capitalistas metropolitanos propôs-se construir no território angolano cerca de doze mil casas destinadas aos pobres e remediados²⁴⁸. Enfim, o *Jornal da Huíla* salientou ainda o reforço do orçamento do município de Sá da Bandeira em cerca de 3.000.000 escudos para o ano de 1960²⁴⁹.

Neste sentido, o Estado Novo colocou em prática uma política de investimento em infraestruturas e de fomento da economia logo após as eleições de 1958, como forma de “(re)conquistar” o apoio das populações, nomeadamente dos colonos brancos. Mas, para além disso, o discurso político de alguns altos quadros administrativos da colónia, a começar pelo Governador-Geral, passou a refletir uma maior consciência dos problemas da colónia, em especial no âmbito económico. Tratava-se, porém, de um discurso ambivalente, que nunca colocou em causa a centralidade política de Lisboa, mas que assumiu uma postura de defesa dos interesses da colónia no campo económico. Daí também haver um maior empenho por parte dos governadores na resolução dos problemas e na superação dos entraves ao desenvolvimento das colónias.

Desta forma, numa sessão do Conselho Legislativo ocorrida no ano de 1959, Horácio Sá Viana Rebelo reagiu às acusações feitas na metrópole contra Angola no que dizia respeito ao atraso dos pagamentos de taxas comerciais. O Governador lembrou que o mercado consumidor angolano era de grande interesse para o capital metropolitano e que as vendas à colónia tinham aumentado cerca de 50% do seu valor nos últimos quatro anos²⁵⁰. Seguiram-se outras intervenções de elementos da administração colonial a exprimir a necessidade de investir em Angola e a reafirmar as anteriores objeções e exigências feitas pelos autonomistas durante as eleições, por exemplo no campo do ensino. Assim, o anterior Diretor dos Serviços de Administração Pública de Angola e vogal do Conselho Legislativo, Ávila de Azevedo, afirmou que as cidades de Lourenço Marques e de Sá da Bandeira eram as que tinham melhores

²⁴⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 240, Sábado, 15 de agosto de 1959, p. 1.

²⁴⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 229, Quarta-feira, 8 de julho de 1959, p. 1.

²⁴⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 265, Quarta-feira, 11 de novembro de 1959, p. 1-6.

²⁵⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 202, Sexta-feira, 3 de abril de 1959, p. 1-2.

condições na África Portuguesa para a instalação de escolas politécnicas e universidades²⁵¹.

No entanto, foram as intervenções do novo Governador-Geral de Angola, Álvaro da Silva Tavares, que nos permitem compreender esta nova postura adotada pelos administradores coloniais. Durante uma sessão do Conselho Legislativo, Silva Tavares reconheceu que os vogais desse órgão tinham o direito de criticar as falhas e insuficiências da administração pública e que, caso os interesses da província estivessem a ser subalternizados, estaria disposto a retificar as suas posições²⁵². Além disso, considerava imperativa a existência de debate no seio do Conselho Legislativo antes de serem tomadas deliberações. Assim, ao anunciar o seu programa de Governo enquanto Governador-Geral de Angola, Silva Tavares referiu que o Estado deveria conceder todo o auxílio à indústria privada, cuja responsabilidade de produção seria incumbida à mesma, bem como urgia proceder à instalação de escolas primárias e secundárias e de institutos técnicos e a uma revisão dos subsídios de rendas de casas e de abonos de família²⁵³.

A política de fomento económico da colónia era sustentada por alguns meios reformistas do regime em Lisboa, nomeadamente por Sarmento Rodrigues. Por exemplo, durante uma sessão da Assembleia Nacional, Sarmento Rodrigues afirmou que era indispensável promover o desenvolvimento de Angola e de Moçambique com o fim de promover a união nacional²⁵⁴. Por sua vez, o engenheiro Trigo de Morais frisou, durante uma sessão da Câmara Corporativa, que era impreterível acelerar as dinâmicas das sociedades coloniais, evitando uma paragem temporal. No seu entender, era necessário edificar novas obras que aprimorassem o povoamento e a estabilização dos colonos em Angola²⁵⁵.

No entanto, esta nova política de fomento económico da colónia não foi suficiente para satisfazer todas as reivindicações dos colonos brancos, inclusivamente as associações económicas. Mesmo os setores mais moderados consideravam que subsistiam numerosos entraves ao desenvolvimento de Angola. A burocracia continuava a apresentar-se como um dos maiores entraves ao progresso do território. O excesso de formalidades era considerado pelo Conselho Legislativo e por grande parte dos

²⁵¹ *Jornal da Huíla*, n.º 214, Sábado, 16 de maio de 1959, p. 1.

²⁵² *Jornal da Huíla*, n.º 306, Sábado, 9 de abril de 1960, pp. 1-6.

²⁵³ *Jornal da Huíla*, n.º 306, Sábado, 9 de abril de 1960, p. 5-6.

²⁵⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 228, Sábado, 14 de julho de 1959, p. 1.

²⁵⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 270, Sábado, 28 de novembro de 1959, p. 1.

empresários e patrões do comércio como o principal motivo para a lentidão da economia e para o baixo rendimento do trabalho. As demoras e os atrasos de expediente, consequentes da burocracia e da insuficiência de funcionários, provocavam desânimos e transtornos²⁵⁶.

Por exemplo, a Associação Comercial da Huíla, presidida por Venâncio Guimarães Sobrinho, emitiu um telegrama dirigido ao Governo-geral a denunciar os atrasos na liquidação dos vencimentos dos funcionários e operários da Brigada de construção do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes e dos fornecimentos feitos pelo comércio. Tratava-se de uma obra fundamental para a economia do sul de Angola, pois iria ligar as minas de ferro de Cassinga, no interior, ao porto de Moçâmedes, via Sá da Bandeira. Estes constrangimentos levaram ao despedimento de 160 elementos dessa mesma brigada o que, por sua vez, teve repercussões nas atividades económicas e na vida social de Sá da Bandeira²⁵⁷.

Américo Aleixo, Presidente da Associação Comercial de Luanda e vogal do Conselho Legislativo, corroborou as objeções colocadas pelo seu congénere da Huíla e, numa das sessões desse Conselho, abordou os efeitos da “crise” que se fazia sentir no seio das atividades económicas da colónia. Na sua visão, as causas da crise pautavam-se pelo saldo negativo que Angola detinha nas trocas com o exterior, nomeadamente com a metrópole, assim como a baixa produtividade de alguns ramos de produção, a escassez de crédito às atividades produtivas e a carência de capitais destinados a novas atividades²⁵⁸.

Paralelamente, em 1959 surgiu em Sá da Bandeira o Movimento Pró-Universidade em Angola, um movimento reivindicativo da opinião pública, acarinhado tanto pelas associações económicas, como por um conjunto de intelectuais liberais e progressistas, entre os quais Leonel Cosme, e que contou com a complacência das autoridades locais. Este movimento exigiu a criação imediata de ensino superior de carácter universitário em Angola, considerando que Sá da Bandeira reunia todas as condições para acolher uma ou mais Faculdades. Tratava-se de uma velha aspiração dos colonos, sobretudo dos brancos naturais da colónia, mas também dos estratos médios mestiços e negros assimilados. Esta reivindicação só veio a ser satisfeita na década de

²⁵⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 306, Sábado, 9 de abril de 1960, p. 1-2.

²⁵⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 282, Quarta-Feira, 13 de janeiro de 1960, p. 1-6.

²⁵⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 307, Quarta-Feira, 13 de abril de 1960, p. 2.

1960, com a criação dos Estudos Gerais de Angola e a instalação de uma Faculdade de Letras em Sá da Bandeira²⁵⁹.

Em 1959 surgiu também a candidatura de Fernando Falcão a vogal do Conselho Legislativo de Angola. A sua candidatura foi rejeitada pela administração colonial, em virtude da sua ligação à comissão de candidatura de Arlindo Vicente em 1958 e pelo facto de exprimir ideais reconhecidamente favoráveis à autonomização política de Angola. Contudo, esta atitude por parte das autoridades portuguesas provocou uma grande onda de indignação entre os colonos brancos no centro-sul de Angola, em especial no distrito de Benguela, preparando assim o terreno para a criação da Frente de Unidade Angolana (FUA), em 1961.

No ano de 1960, em Moçâmedes, alguns intelectuais mais radicais, nomeadamente Américo de Carvalho, Aires de Almeida Santos e João Mendes, anteriormente, ligados à Organização Socialista de Angola, procederam à criação de um embrião de movimento nacionalista, designada de Frente Unida de Libertação de Angola (FULA). Tratou-se de um pequeno grupo sem expressão política e que veio a dissolver-se na FUA em 1961. Era, porém, um sinal de radicalização política de um setor, minoritário, da intelectualidade branca do sul de Angola. Uma radicalização que acompanhava a evolução do protesto político dos intelectuais brancos, mestiços e negros ligados à Sociedade Cultural de Angola sediada em Luanda. Por sua vez, nesta cidade, esses intelectuais constituíram o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), um movimento multirracial e que visava a independência imediata de Angola. A PIDE, compreendendo o perigo representado pelo movimento para a manutenção da soberania portuguesa, atuou de forma particularmente incisiva e violenta, prendendo dezenas de pessoas e desmontando o MLNA. Os seus membros viriam a ser julgados no chamado “Processo dos 50”²⁶⁰.

Neste sentido, apesar da estratégia temporizadora do regime adotada após 1958, o descontentamento continuava a grassar entre setores significativos da sociedade colonial angolana, inclusivamente entre os colonos brancos, salientando-se focos de efervescência política nos principais centros urbanos. Uma efervescência política que de alguma forma foi despoletada pelas campanhas eleitorais efetuados pelas comissões dos candidatos oposicionistas às eleições presidenciais de 1958. Relativamente ao centro-sul de Angola, podemos mesmo considerar que o ato eleitoral desencadeou uma dinâmica

²⁵⁹ Pimenta, Fernando Tavares, *Ob. Cit.*, 2005, p. 49.

²⁶⁰ Pimenta, Fernando Tavares, *Ob. Cit.*, 2005, pp. 158-164.

política que desembocou na formação de um movimento político nacionalista entre os brancos naturais de Angola, a Frente de Unidade Angolana (FUA), cuja história abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4. A FUA E O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1961-1974)

Neste capítulo abordamos a evolução do protesto político dos colonos brancos durante a guerra de independência de Angola, tendo em especial atenção o caso representado pela Frente de Unidade Angolana. A FUA nasceu em Benguela em 1961 e a sua implantação foi particularmente relevante no centro-sul de Angola, inclusivamente no distrito da Huíla. Enquanto movimento político representativo fundamentalmente da população branca e mestiça de Angola, a FUA adotou um programa nacionalista que visava obter a independência da colónia depois de um período transitório de autonomia. Duramente reprimida pelas autoridades coloniais, a FUA suspendeu as suas atividades em 1963, tendo reaparecido mais tarde, já depois do 25 de abril de 1974.

Por outro lado, analisamos também de uma forma geral o impacto da guerra colonial no sul de Angola. Embora não tivesse havido combates ou rebeliões armadas nessa região, o conflito teve claramente um impacto político na população branca da Huíla. Veremos assim a posição dos colonos face ao conflito, nomeadamente a resposta de setores significativos da burguesia colonial branca, destacando-se neste âmbito a figura de Venâncio Guimarães Sobrinho, grande empresário da Huíla. Teremos, portanto, em consideração a postura crítica desse grande “patrão” angolano em relação à administração colonial portuguesa. Enfim, colocamos em perspetiva a governação de Marcelo Caetano, tendo em conta as reações da população branca às suas reformas no plano da administração colonial com vista à concretização do seu plano de autonomia das colónias.

Feitas estas considerações iniciais, vejamos então como começou o conflito angolano e quais as reações por parte das elites brancas do sul de Angola.

4.1. O início do conflito armado e o seu impacto no sul de Angola

Na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 um grupo armado de nacionalistas assaltou a prisão de Luanda com o intuito de libertar presos políticos que integravam o Movimento para Independência Nacional de Angola (MINA) e o Movimento Nacional de Libertação de Angola-Partido Comunista Angolano (MNLA-PCA), detidos dois anos antes, durante a vaga de repressão da Polícia Internacional de Defesa do Estado. Posteriormente, os assaltos foram reivindicados pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA)²⁶¹, que adotou, formalmente, o 4 de fevereiro de 1961 como data simbólica do início da guerra de independência de Angola.

No entanto, no seio desta operação encontramos um conjunto heterogéneo de figuras, algumas ligadas ao núcleo local da Oposição Democrática Portuguesa e com relações a Henrique Galvão que, poucos dias antes, tinha orquestrado o assalto ao paquete Santa Maria. Henrique Galvão, outrora Governador da Huíla e Inspetor da Administração colonial, encontrava-se estreitamente ligado ao movimento autonomista das colónias, mais concretamente ao líder do Movimento Separatista Lusitano, José António Cabral²⁶². Após ter sido perseguido pelas autoridades do regime, Galvão refugiou-se no Brasil, tal como Humberto Delgado.

Por outro lado, a investida de 4 de fevereiro de 1961 surgiu em consequência de outras incursões protagonizadas por grupos nacionalistas, um facto pouco valorizado pela historiografia, mas que foi relatado pela imprensa da época. No dia 1 de fevereiro de 1960, lê-se no *Jornal da Huíla*:

“...durante a noite passada, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa da Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as cadeias civis...a intenção, era de libertar presos, o que não conseguiram”²⁶³.

Portanto, os assaltos estavam a acontecer pelo menos desde 31 de janeiro de 1961, sendo aliás do domínio público em Angola.

Dito isto, a posição inicial da generalidade da população branca à ação armada contra os estabelecimentos prisionais foi de condenação, pelo menos em termos oficiais. No sul de Angola, a Câmara Municipal de Sá da Bandeira, juntamente com a

²⁶¹ Diversos nacionalistas angolanos e historiadores afirmam que esta reivindicação é dúbia, nomeadamente o historiador angolano Carlos Pacheco.

²⁶² PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 164.

²⁶³ *Jornal da Huíla*, n.º 352, Quarta-feira, 1 de fevereiro de 1961, p. 1.

Associação Comercial da Huíla, a Secção Distrital da Huíla do Sindicato Nacional de Empregados do Comércio e da Indústria, a Secção da Huíla do Sindicato Nacional dos Motoristas, Ferroviários e Metalúrgicos da Província de Angola e os funcionários da agência do Banco de Angola em Sá da Bandeira emitiram o seguinte comunicado:

“Sem distinção de raças associam-se calorosamente ao manifesto de repulsa do povo português contra a diligência libéria e discussão dos últimos acontecimentos provocados em Luanda por desordeiros desnacionalizados excitados por agentes e processos comunistas...qualquer cor, credo, raça, é tão portuguesa como a população da metrópole.”²⁶⁴

Com efeito, apesar da distância geográfica em relação à capital da colónia, as tensões raciais verificadas na sequência dos assaltos às prisões – e que se fizeram sentir sobretudo nos bairros pobres de Luanda – suscitaram preocupações junto da população branca, inclusivamente das elites da Huíla. Preocupações que cresceram exponencialmente com a eclosão da rebelião da União dos Povos de Angola (UPA) em 15 de março de 1961, no noroeste de Angola. O massacre de um grande número de civis, em especial fazendeiros brancos e respetivas famílias, mas também de mestiços e até de negros considerados colaboradores dos colonizadores, provocou fortes receios entre a população branca em todo o território angolano.

Na Huíla, a imprensa local procurou, até certo ponto, informar os seus leitores sobre o conflito. Nos meses subsequentes ao início da rebelião foram publicados relatos referentes ao desenrolar da guerra:

“...na região fronteira entre Maquela e São Salvador, na região do Quitexe e na região do Nambuangongo bandos armados atacaram as fazendas isoladas e as povoações.”²⁶⁵; “recrudescer a ação do terrorismo no norte da província durante os últimos dias...novos assaltos no norte de Angola; outros incidentes no norte da província”²⁶⁶.

A este respeito, importa referir que, durante os primórdios do conflito armado, uma parte significativa da burguesia do sul de Angola insurgiu-se contra a violência da luta nacionalista. Não obstante as críticas e reivindicações económicas que mantinham face à centralização da metrópole, os patrões e empresários chegaram a sugerir uma

²⁶⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 355, Quarta-feira, 22 de fevereiro de 1961, p. 8.

²⁶⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 359, Quarta-feira, 22 de março de 1961, p. 1.

²⁶⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 363, Quarta-feira, 19 de abril de 1961, p. 1.

estratégia para dominar a revolta numa carta enviada ao Presidente do Conselho de Ministros. No seu entender, a administração colonial deveria promover uma efetiva doutrina plurirracial junto de todas as populações e por todos os meios, bem como aumentar a cobertura militar e estabelecer vias de comunicação acessíveis aos fazendeiros para que estes pudessem interagir entre si em caso de ataque²⁶⁷.

De facto, as associações económicas colocaram-se num lado do conflito visto que, temiam os efeitos de uma vitória de grupos nacionalistas que consideravam radicais e opostos à continuação da presença branca em Angola, sendo isto verdade, pelo menos aparentemente, no caso da UPA. Entenda-se que, era uma posição ditada pelo pânico e pelo receio de perder um relativo privilégio no seio da sociedade colonial.

No entanto, as associações económicas não descartavam a necessidade de reivindicarem uma transformação da política colonial, mantendo as suas críticas aos limites e deficiências da administração portuguesa. Neste sentido, verificamos, na carta enviada a Salazar, reivindicações e considerações em matérias como a regularização da situação cambial, o sustento e equilíbrio financeiro e melhoramentos da ordem administrativa²⁶⁸.

Face a este cenário, apuramos que o ano de 1961 concede-nos um misto de posições assumidas no sul de Angola. Por um lado, a elite político-económica, apoiou as autoridades coloniais no combate às incursões nacionalistas da UPA. Por outro lado, essa elite prosseguiu com as suas objeções à centralização do Terreiro de Paço e à má gestão dos serviços públicos da colónia. Por sua vez, o *Jornal da Huíla* fazia eco dessas reivindicações, denunciando os problemas que afetavam a economia e a sociedade angolana, particularmente na Huíla. Vejamos, a título ilustrativo, o retrato crítico da situação económico-social da região elaborado pela imprensa local.

No ano de 1961, Sá da Bandeira detinha cerca de 500 desempregados²⁶⁹, as vias de comunicação mantinham-se degradadas e sem reparo²⁷⁰ e os valores de venda dos produtos ultramarinos mantinha-se baixos, impossibilitando o enriquecimento da burguesia da região. Por sua vez, o orçamento geral de Angola delineado para o ano seguinte expunha valores dúbios. Por um lado, este orçamento era o mais alto da história, apresentando-se como solução para os problemas de investimento. Contudo, este acréscimo de verba destinava-se ao reforço do dispositivo militar que rondava os

²⁶⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 364, Quarta-feira, 26 de abril de 1961, p. 8.

²⁶⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 364, Quarta-feira, 26 de abril de 1961, p. 8.

²⁶⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 360, Quarta-feira, 29 de março de 1961, p. 1.

²⁷⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 363, Quarta-feira, 19 de abril de 1961, p. 1.

324 mil contos do orçamento²⁷¹. Este reforço foi acompanhado pela implementação do imposto para a defesa e valorização do ultramar²⁷² que, tal como as imposições anteriores, amarguraram uma significativa parte dos colonos do sul de Angola.

Simultaneamente, constatava-se que entidades como a Companhia União Fabril, o Grupo Champalimaud, o Banco Espírito Santo e o Banco Português Atlântico mantinham a sua supremacia no mercado, ao abrigo de uma legislação protecionista. Isto é, uma supremacia contrária aos interesses da burguesia angolana, condicionada na comercialização de produtos como o tabaco, óleo de palma, têxteis, assim como no setor dos seguros, da banca e na administração dos caminhos-de-ferro²⁷³.

Consequentemente, a burguesia local mantinha os seus protestos relativamente à administração colonial. Importa referir que, em certos casos, as reivindicações foram acompanhadas por discursos e opiniões de antigos governantes das colónias, nomeadamente de Norton de Matos. Segundo a sua obra, *A Nação Una*, era necessário atribuir um modelo de autonomia a Angola, à Guiné e a Moçambique, uma opinião igualmente defendida pelo *Jornal da Huíla*:

“...deve acrescentar-se que as possessões portuguesas já tiveram essa autonomia em grande escala e deixaram de a ter, sem que nada justificasse tal retorno...”²⁷⁴; “As administrações autónomas serão a única forma de manter nos territórios do Ultramar, o espírito vivificador, de consoante progresso...autonomia e unidade amparam-se uma à outra...”²⁷⁵.

Note-se, portanto, um escalar das reivindicações dos colonos que, inicialmente, pautavam-se por meras objeções ao funcionamento da economia e da administração coloniais, e que no desenrolar do conflito evoluíram para contestações políticas e críticas aos governantes. No ano de 1962, um indivíduo do sexo feminino, residente no distrito da Huíla, escreveu uma carta direccionada aos vereadores da Câmara Municipal de Sá da Bandeira com a seguinte mensagem:

“V.^a excelências estão na vereação tão somente porque nós, os munícipes, nos convencemos que seriam os “homens bons do concelho” capazes de melhorar e defender os direitos e os interesses municipais...E no dia em que V.^a excelências atraíram os interesses e os direitos que lhes compete

²⁷¹ *Jornal da Huíla*, n.º 402, Quarta-feira, 17 de janeiro de 1962, p. 1.

²⁷² *Jornal da Huíla*, n.º 414, Quarta-feira, 11 de abril de 1963, p. 6.

²⁷³ ROCHA, Edmundo – *Ob. Cit.*, 2009, p. 58.

²⁷⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 367, Quinta-feira, 18 de maio de 1961, p. 1.

²⁷⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 367, Quinta-feira, 18 de maio de 1961, p. 8.

defenderem, perdiam automaticamente a mando do poder...abdicaram em favor do representante do Governo Central...contra a tradicional autonomia municipal portuguesa que o Governo Central passou a nomear os presidentes e vice-presidente das suas câmaras, cerceando o direito de escolha...²⁷⁶.

Paralelamente, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola emitiram um relatório dirigido ao Governador-Geral, onde alertavam para os diversos problemas económicos que, de certo modo, contribuía para impulsionar o crescimento do protesto autonomista no sul de Angola, apontando algumas soluções²⁷⁷.

Importa mencionar que, diversos acontecimentos de ordem internacional, ocorridos na década de 1960, tiveram uma forte repercussão entre a população branca de Angola. Esses eventos, tais como a guerra civil que se seguiu à independência do Congo Belga, influenciaram o progresso nacionalista da burguesia angolana e a sua gradual expansão para o centro e sul de Angola.

Entenda-se que, esse conflito provocou o êxodo de milhares de brancos, que fugiram do Congo Belga pelos portos angolanos, em especial o de Luanda e do Lobito. Portanto, um fenómeno que consciencializou os colonos angolanos após terem observado o sofrimento e a angústia dos que ficaram na posição de refugiados e tiveram obrigatoriamente de deixar a sua terra e partir para a Europa. Neste sentido, esse êxodo, que se voltaria a repetir anos mais tarde em Angola, produziu inquietação e pavor nas mentalidades dos colonos brancos, mais concretamente nos patrões e empresários que receavam que as independências, conflitos e guerras semelhantes às da África ocidental, os obrigassem a abandonar as suas terras, onde tinham as famílias e negócios.

Por sua vez, em 1965, a secessão política da Rodésia do Sul, liderada por uma minoria branca e encabeçada por Ian Smith, atraiu uma parte significativa dos colonos portugueses em Angola, sobretudo os mais conservadores e que ambicionavam meramente uma autonomia colonial ao serviço dos interesses da minoria branca²⁷⁸.

Neste contexto, o comportamento político da minoria branca era influenciado por diversos fatores de ordem económica e política, registando-se por vezes atitudes aparentemente contraditórias. Contudo, num cômputo geral, a continuação da subordinação económica da colónia à metrópole estimulou as tensões entre a burguesia angolana e o Governo português. Essas tensões desembocaram, nalguns casos, em

²⁷⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 412, Quarta-feira, 28 de março de 1962, p. 5.

²⁷⁷ AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 277, caixa 270 - Estudo da ocupação e povoamento do sul de Angola (1965).

²⁷⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 164.

tomadas de posição públicas contra o regime ou mesmo na formação de movimentos políticos contrários à soberania portuguesa.

Um relatório da PIDE, datado de 21 de abril de 1961, menciona a receção de um documento, dez dias antes, na metrópole, assinado por residentes do sul de Angola e endereçado ao Presidente do Conselho de Ministros. Esse documento exigia a autonomia de Angola²⁷⁹. De facto, no sul da colónia corria progressivamente o sentimento nacionalista entre os colonos brancos, pelo que as autoridades chegaram a temer a realização de um *coup d'état* envolvendo Américo Aleixo, membro do Conselho Legislativo, Sousa Lara, membro de uma família de velhos colonos do sul de Angola, Venâncio Guimarães Sobrinho, empresário de renome da Huíla, e o Cónego Manuel das Neves. Esse golpe de Estado teria o intuito de:

“...evitar o massacre dos europeus pelos negros em virtude do Governo Central nada poder fazer a favor dos 180.000 brancos que se encontravam naquela província...por causa de um homem só – Salazar não se devem perder milhares de vidas”²⁸⁰.

De acordo com o relatório elaborado pela PIDE, os conspiradores angolanos mencionavam diversas vezes o nome de Sarmento Rodrigues²⁸¹, enquanto homem do Governo que apoiaria o movimento de autodeterminação de Angola.

Por outro lado, ainda no ano de 1961 surgiu o Movimento Democrático de Libertação de Angola (MDLA), em Nova Lisboa. Na sua maioria composto por indivíduos que exerciam profissões liberais, comerciantes e empregados bancários. Esta organização era influenciada pelo campo político do engenheiro Fernando Falcão. Segundo Edmundo Rocha, o MDLA era maioritariamente apoiado pelos proprietários da Farmácia Universal²⁸². Um ano mais tarde, a PIDE confiscou uma carta endereçada por F. M. Santos ao jornal semanário *Agora*. Nesse manuscrito referiam-se quatro grupos nacionalistas que pugnavam pela independência de Angola, a saber: o Grupo

²⁷⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

²⁸⁰ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

²⁸¹ Manoel Maria Sarmento Rodrigues destacou-se na administração colonial ao ter exercido o cargo de Governador-Geral da Guiné entre 1945-1949, Ministro das Colónias na década de 1950, e o primeiro a utilizar a designação de Ministro do Ultramar, e Governador-Geral de Moçambique entre 1961-1964. Almirante e professor, foi diversas vezes condecorado e homenageado pelo Estado e pelas instituições militares.

²⁸² ROCHA, Edmundo – *Angola, Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 – 1954) (Testemunho e estudo documental)*. Lisboa: Dinalimo, 2009, p. 257.

Pró-Independência, composto por de naturais de Angola sob influência do MPLA e considerado pelas autoridades como um movimento de “independência mista”; o Grupo Pró-Autodeterminação, que segundo a PIDE correspondia à “independência branca”; o Grupo Pró-Asiático, aliado à “independência negra”; e o Movimento Comunista, apoiante dos três grupos²⁸³.

No entanto, a Frente de Unidade Angolana foi o único movimento nacionalista formado por brancos estruturado em termos político-partidários e representativo de uma “ameaça” à soberania portuguesa. Neste sentido, a FUA merece um tratamento diferenciado no âmbito deste capítulo.

4.2. A Frente de Unidade Angolana (FUA)

A Frente de Unidade Angolana foi fundada em janeiro de 1961, no distrito de Benguela, sendo o produto de um conjunto de movimentações políticas em marcha desde as eleições presidenciais de 1958. De facto, tendo em conta a evolução da situação interna angolana e as grandes modificações em termos de política internacional, com especial relevo para a descolonização de boa parte do continente africano, alguns setores mais liberais da elite político-económica do centro-sul de Angola procuraram organizar um movimento político de cariz nacionalista com o objetivo de adquirir a autonomia e, posteriormente, a independência de Angola²⁸⁴.

Neste processo tiveram especial relevo os engenheiros Fernando Falcão e Manuel Brazão Farinha, os quais representavam uma nova geração de empresários angolanos, detentores de uma formação universitária e de um considerável poder económico²⁸⁵.

Primeiramente, os dois empresários procuraram adquirir apoios provenientes dos meios económicos e intelectuais descontentes com o regime colonial de Salazar. Assim, Manuel Brazão Farinha, empregou as suas antigas relações com os republicanos da Oposição Democrática Portuguesa e com os liberais de Benguela, obtendo o apoio de Luís Portocarrero²⁸⁶. Contudo, o movimento carecia de expansão rural, fixando-se,

²⁸³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 252019 BOL, 8182.

²⁸⁴ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 165.

²⁸⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 165.

²⁸⁶ Luís de Castro Monteiro Portocarrero, branco, teve um papel relevante na candidatura de Arlindo Vicente em 1958. Enquanto membro da FUA, trabalhou na divulgação de panfletos subversivos no Lobito, Catumbela e Benguela. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Ernesto Lara e outros – Processo 61 CI (2), 6954.

numa primeira instância, somente nos centros urbanos. Neste sentido, foram feitas diligências por parte de Fernando Falcão, que negociou com vários grupos de intelectuais e de patrões que manobravam a política em diferentes regiões de Angola. Na Huíla, adquiriu o apoio de Venâncio Guimarães Sobrinho, bem como de vários intelectuais, entre os quais o escritor Leonel Cosme. Nos distritos de Benguela e do Huambo, obteve-se a entrada de um conjunto lato de intelectuais, de funcionários públicos e do caminho-de-ferro, entre os quais o professor do liceu Sócrates Dáskalos. Em Moçâmedes conseguiu-se a integração de um grupo mais “radical”, formado por Américo de Carvalho, Aires de Almeida Santos e João Mendes, que no ano de 1960 criou a FULA. A fusão dos vários grupos sucedeu-se no Lobito no mês janeiro de 1961, dando origem à Frente de Unidade Angolana²⁸⁷.

Presidida por Fernando Falcão²⁸⁸, a comissão política da FUA foi inicialmente composta pelo engenheiro Manuel Brazão Farinha, empresário, Carlos Morais, empregado de escritório, Sócrates Dáskalos, professor do liceu de Benguela, João Mendes, escriturário e Luís Portocarrero, funcionário bancário²⁸⁹. Em termos sociológicos, os apoios desta organização provinham maioritariamente dos brancos naturais da colónia, liberais e progressistas, dos mestiços e de alguns negros europeizados²⁹⁰. Contava aliás com fortes apoios entre o pessoal do caminho-de-ferro de Benguela, onde pontificava a figura de Jorge da Ressurreição Maia Rocha, um agente da companhia de caminho-de-ferro de Benguela, considerado pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola como o representante da FUA em Nova Lisboa²⁹¹.

A FUA pretendia, numa primeira instância, a colaboração de todos os nacionalistas angolanos para com a causa autonomista:

“...defendíamos a independência de uma Angola para todas as raças, mas depois duma autonomia que a preparasse...”²⁹².

²⁸⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2005, p. 165.

²⁸⁸ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Fernando Gonçalves de Magalhães Falcão – Processo 24636, livro 124.

²⁸⁹ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

²⁹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2004, p. 22.

²⁹¹ AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA).

²⁹² Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

Nesta organização, a questão tribal e racial não eram entraves ao seu funcionamento porque no seu entender, todos os angolanos, após se organizarem, tinham de exercer a sua autonomia. No jornal *Kovaso*, órgão de difusão da FUA, encontramos várias referências à questão da raça. Na sua primeira edição foram transcritos excertos da Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada no dia 5 de setembro de 1962:

“...A C.O.N.C.P entende que qualquer atitude no seio das organizações membros traduzindo-se por uma posição racista ou tribalista é uma manifestação de oportunismo e uma falsa interpretação da realidade histórica dos nossos Povos...A C.O.N.C.P considera que essas são e serão sempre contrárias aos legítimos interesses dos nossos Povos, quer durante o período da luta de libertação nacional, quer no que respeita à construção do seu progresso na independência, na liberdade e na paz.”²⁹³.

O regionalismo, a supremacia de uma etnia e o racismo eram considerados contrários à luta nacionalista, pelo que apenas beneficiariam o colonialismo²⁹⁴. No entender da FUA, defender os interesses próprios impossibilitava o combate ao colonialismo, responsável pela centralização económica e política e pela subjugação do povo angolano a um regime obsoleto. Somente com a participação ativa de todas as etnias e camadas sociais angolanas era possível atingir a independência. Urgia, portanto, a criação de uma frente comum de luta pela independência de Angola que incluísse todos os movimentos. Por sua vez, este fenómeno teria de advir da colaboração entre todos os núcleos nacionalistas²⁹⁵.

No dia 5 de abril de 1961 foi entregue ao Governador-Geral um manifesto da FUA assinado por 1200 pessoas intitulado: *Á população de Angola*. Os subscritores desse documento exigiam a realização de eleições gerais em Angola, com o fim de decidir o futuro político do território, e pretendiam o respeito pela liberdade de imprensa e de associação. Exigiam, igualmente, a libertação dos presos políticos e a representação de todos os angolanos que, anteriormente, careciam de direitos²⁹⁶. Esse documento serviria posteriormente de base à criação estatutária e reivindicativa do movimento.

No entanto, a afirmação política da FUA foi amplamente prejudicada pela repressão das autoridades portuguesas, em especial a partir de junho de 1961. Criado em

²⁹³ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 1.

²⁹⁴ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

²⁹⁵ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

²⁹⁶ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

janeiro de 1961, o movimento procurou obter o apoio das elites brancas de Luanda. Neste sentido, Fernando Falcão, juntamente com outros elementos da FUA, dirigiram-se à capital com o intuito de obter apoio por parte das associações económicas de Luanda. Contudo, segundo testemunho do próprio Fernando Falcão, a burguesia colonial luandense preferiu negociar um entendimento com o regime colonial ou, senão, instalar uma espécie de “República branca”²⁹⁷. Portanto, os contactos com a capital não corresponderam às expectativas e o movimento permaneceu adstrito ao centro-sul de Angola.

Em Sá da Bandeira, a FUA desenvolveu uma intensa campanha de propaganda, ainda que de forma mais ou menos clandestina, junto da população branca. Em Benguela, a comissão política do movimento conseguiu ser recebida pelo novo Ministro de Ultramar, Adriano Moreira, que visitou a colónia em maio de 1961. Segundo Fernando Falcão, o Ministro ouviu as propostas e reivindicações da FUA, mas, mais tarde, permitiu a prisão dos elementos da comissão política do movimento pelo Major Silva Pais, da PIDE. A perseguição das autoridades coloniais ocorreu nos meses de junho e julho de 1961²⁹⁸. Foram presos todos os dirigentes do movimento que tinham reunido com o Ministro do Ultramar, exceto Manuel Brazão Farinha que conseguiu fugir para o Brasil²⁹⁹. Uma vez presos, os dirigentes e outros militantes da FUA foram deportados para Portugal, onde foram postos em liberdade condicional. Contudo, no dia 10 de setembro de 1962, Sócrates Dáskalos, Ernesto Lara Filho³⁰⁰, Carlos Augusto Morais, João Mendes e Adolfo Maria Rodrigues conseguiram fugir de Portugal, instalando-se em França³⁰¹. Ao invés, Fernando Falcão, que colaborou na fuga dos seus correligionários, foi capturado na Beira Baixa. Posteriormente, Fernando Falcão foi libertado e autorizado a regressar a Angola³⁰². No exílio, os elementos da FUA

²⁹⁷ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

²⁹⁸ AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA).

²⁹⁹ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

³⁰⁰ Ernesto Pires Barreto de Lara (Ernesto Lara Filho, como era conhecido), poeta e jornalista, era natural de Benguela, tendo nascido a 2 de novembro de 1932. Era filho de Ernesto Gouveia Barreto de Lara e de Adelina dos Santos Pires de Lara, irmão da escritora Alda Lara e primo de Lúcio Lara do MPLA. O *Jornal da Huíla* publicou diversos artigos de opinião da sua autoria, alguns deles incitando os leitores à luta pela autonomia e contra o regime colonial de Salazar. Em França, integrou o Comité diretor da FUA no exílio, exercendo esforços em prol dos movimentos para a independência de Angola – AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Ernesto Pires Barreto de Lara – Processo 1548846, 8088.

³⁰¹ Adolfo Maria é uma personalidade de destaque no que toca à luta pela autodeterminação de Angola. Foi um dos principais elementos da Sociedade Cultural de Angola, militante do MPLA e simpatizante da FUA.

³⁰² AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA).

decidiram reorganizar o movimento, criando um Comité diretor do movimento. Este Comité atuou, numa primeira fase, em Paris e, posteriormente, em Argel, preservando a luta pela autodeterminação além-fronteiras e enviando material de propaganda política para o interior de Angola. Inclusivamente, a FUA conseguiu reorganizar-se no interior da colónia, nomeadamente no distrito do Huambo, nas localidades atravessadas pelo caminho-de-ferro de Benguela.

As atividades políticas da FUA foram múltiplas, em especial as do seu Comité no exílio. No mês de setembro de 1962, a FUA enviou uma carta à ONU denunciando as injustiças do colonialismo português. Nesse documento, o movimento expôs que a abolição do Estatuto do Indigenato, a criação do Ensino Superior em Angola e a realização de outras reformas administrativas do Ultramar representavam intenções colonialistas e obscuras. No seu entender, a ONU deveria deliberar com sanções económicas ou diplomáticas no sentido de obrigar ao Governo português a reconhecer os direitos do povo Angolano³⁰³. Ainda nesse âmbito, a FUA demonstrou que as reformas praticadas até a data pelo Estado Novo não deixavam de centralizar o poder e de compactuar com o combate à autodeterminação, pois a competência dos órgãos legislativos angolanos era limitada pela ação dos órgãos de soberania metropolitanos, nomeadamente a Assembleia Nacional, o Governo Central e o Ministro do ultramar³⁰⁴. Consequentemente, denunciavam que havia um mero mascarar da centralização, pois o Governador-Geral e o Conselho Legislativo mantinham-se numa posição submissa face a Lisboa.

Paralelamente, a FUA procedeu à elaboração e publicação dos seus estatutos e programa, subdividindo-o em Programa Mínimo e Programa Maior. A sua leitura é fundamental para uma melhor compreensão das propostas nacionalistas do movimento. Vejamos.

Segundo o Programa Mínimo da FUA, era impreterível empenhar esforços na criação de uma frente nacional, procurando a união de todas as organizações sociais, sindicais, estudantis, culturais favoráveis à paz e progresso de Angola, assim como a colaboração com outros movimentos nacionalistas que lutavam, de igual modo, contra o colonialismo³⁰⁵:

³⁰³ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 5.

³⁰⁴ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 5.

³⁰⁵ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

“...o problema n.º1 da nossa luta é a constituição da FNL – luta de todos os angolanos, negros, brancos, mestiços, do Norte, do Sul, do Leste, ou do Oeste ou do Centro do país, desta ou daquela camada social, dessa ou de outra corrente política”³⁰⁶.

Utilizando o seu órgão de difusão – o jornal *Kovaso* –, a FUA solicitava as outras organizações angolanas, nomeadamente ao MPLA, UPA, UNTA, PDA, MLEC, OMA, LGTA, para uma reunião, com o intuito de estudar a criação da Frente Nacional de Libertação. Considerada a forma mais eficiente e menos dispendiosa de combater o colonialismo e prova da maturidade e honestidade política entre todos os dirigentes angolanos, esta frente urgia ser criada. Segundo os líderes da FUA, esta seria a melhor garantia para o futuro da construção do país e consolidação da independência. Para tal, seria necessário que fosse colocado o interesse nacional na base da sua constituição e objetivos e que existisse colaboração e obediência por parte de todos os participantes ao abrigo de um estatuto próprio. Por um lado, coagia-se os participantes nessa possível reunião a reconhecer a questão da FNL como o problema primordial do nacionalismo angolano e por outro, impunha-se o respeito mútuo pela personalidade e autonomia de cada organização participante³⁰⁷.

Em suma, a FUA considerava que o primeiro passo para atingir uma Angola livre e independente seria o de caminhar em conjunto com todos os movimentos nacionalistas, considerando a importância de todos no fenómeno nacionalista³⁰⁸. Por sua vez, a edificação desta frente urgia pela necessidade de começar a idealizar o futuro de Angola, economicamente, politicamente e socialmente, mas, de igual modo, pela onda de eventos internacionais que alastrava por África. Mais concretamente, a aquisição de independência no Ouganda³⁰⁹, a proclamação da república no Tanganika³¹⁰, a vitória dos partidos nacionalistas na Rodésia do Norte³¹¹ e sucessiva governação que, substituiu o domínio político branco, assim como o abandono da Niassalândia³¹² da federação rodesiana³¹³.

³⁰⁶ *Kovaso*, n.º1, fevereiro de 1963, p. 7.

³⁰⁷ *Kovaso*, n.º1, fevereiro de 1963, p. 1.

³⁰⁸ *Kovaso*, n.º1, fevereiro de 1963, p. 6.

³⁰⁹ Uganda.

³¹⁰ Tanzânia.

³¹¹ Zâmbia.

³¹² Malawi.

³¹³ No ano de 1953 a Rodésia do Norte, a Rodésia do Sul e a Niassalândia formaram a Federação da Rodésia e de Niassalândia. Esta federação durou dez anos. *Kovaso*, n.º1, fevereiro de 1963, p. 11.

Por sua vez, o Programa Maior da FUA era mais abrangente e apresentava medidas económicas, políticas e sociais a serem implementadas após a independência. Naturalmente, um documento importante para a compreensão dos objetivos desta organização. Neste sentido, a FUA ambicionava a implementação de um regime republicano, democrático e laico em que todos os naturais de Angola seriam considerados cidadãos, independentemente da etnia ou raça. Relativamente ao sistema eleitoral, a FUA idealizava o voto universal, secreto e direto, a partir dos 18 anos de idade, podendo ser eleitos os maiores de 21 anos. A Assembleia Nacional, segundo o seu programa, seria eleita pelo povo e todos os partidos apresentariam candidatos, promovendo a pluralidade partidária³¹⁴.

No que concerne à economia este programa dividia-se em cinco pontos. Primeiramente, a questão comercial que, segundo o programa, deveria responder à necessidade de Angola controlar todo o comércio externo e apoiar internamente o comércio, fomentando as cooperativas de venda e de consumo. Financeiramente era necessária a edificação de um banco do Estado Angolano que funcionasse com os departamentos de Emissor, Comercial e Fomento. O Estado deveria incentivar a produção agrícola e industrial, promovendo o equilíbrio da balança comercial. Por sua vez, estes avanços iriam regularizar o valor da moeda angolana e resolver a questão cambial.

Sobre a indústria, a FUA considerava imperativo investir na pequena indústria e na indústria pesada, mineral e energética aproveitando os inúmeros recursos das regiões angolanas. Acrescentava, porém, que a instalação de empresas estrangeiras tinha de ter o reconhecimento nacional. Entenda-se que a FUA, fruto em parte de uma elite político-económica, tinha consciência das consequências nefastas do domínio exclusivo de empresas metropolitanas e estrangeiras que condicionavam o crescimento angolano porque não investiam no território e impossibilitavam a existência de uma concorrência estável aos seus produtos. Logo, a solução seria:

“...liquidar o sistema de privilégios, de que gozaram atualmente empresas como a DIAMANG, PETRANGOL, Companhia Mineira de Lobito, Banco de Angola, Caminho de Ferro de Benguela, Companhia de cimentos (Grupo Champalimaud), Companhia de Cervejas....sugam as riquezas do país e

³¹⁴ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

as canalizam para o estrangeiro...criar as condições necessárias para que as riquezas do solo e do subsolo revertam a favor do país e quem nele vive e trabalha...”.³¹⁵

Relativamente à agricultura, o Programa Maior defendia que o Estado deveria conceder apoio técnico aos agricultores, e que devia pôr em prática uma nacionalização e distribuição das terras pelos camponeses que careciam de propriedade ou que se autossustentavam com uma pequena parcela de terra. Por sua vez, a monocultura devia ser extinta e deviam ser criadas cooperativas agropecuárias para exploração agrícola racional³¹⁶. Sobre o desenvolvimento de infraestruturas, nomeadamente novas vias de comunicação e obras públicas, a FUA entendia que se devia proceder a um levantamento do problema de estradas e transportes e que a exploração de ambos setores deveria ser nacionalizada³¹⁷.

À parte as premissas económicas, o Programa Maior do movimento continha planos para a segurança pública, defesa nacional e política externa, nomeadamente a criação de um exército nacional e de um corpo de segurança composto apenas por nacionais e destinado à manutenção e orientação da ordem pública. Relativamente à política externa, Angola deveria respeitar a Carta das Nações Unidas, promovendo uma política inclinada ao desarmamento universal e completo distanciamento de qualquer política agressiva. Ou seja, a FUA defendia a não-participação num bloco político-militar da Guerra Fria e opunha-se à instalação de bases militares externas em Angola. Para além disso, a FUA condenava qualquer forma de terrorismo:

“desde os primórdios, o movimento, nega qualquer intenção ou influência de um grupo político externo...A FUA apresentou-se como movimento cívico desligado de qualquer grupo político. Condenava o terrorismo “venha de onde vier” ...”³¹⁸.

Estatutariamente, a FUA definia que podiam participar no movimento os maiores de dezasseis anos e que a sua estrutura iria ser composta por um congresso nacional, um Comité diretor e Comités de região, zona, localidade e grupo. Funcionaria,

³¹⁵ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 3.

³¹⁶ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

³¹⁷ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

³¹⁸ Entrevista concedida ao Jornal *Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

acompanhando esta estrutura, uma comissão de disciplina interna focada no estudo da eficiência dos quadros do movimento³¹⁹.

Paralelamente, a FUA procedeu à publicação de um jornal, o *Kovaso*, que funcionou como órgão de informação política do movimento. O *Kovaso* teve um papel muito relevante porque apresentava-se junto do público, atingindo vários setores da sociedade angolana, ainda que a sua circulação fosse proibida e clandestina no interior de Angola. Impresso em Paris e composto em várias edições por artigos de Ernesto Lara Filho e Sócrates Dáskalos, este jornal entrava no território angolano através dos portos de Luanda e do Lobito, circulando sobretudo nas localidades atravessadas pelos caminhos-de-ferro de Benguela e de Moçâmedes, Sá da Bandeira incluída. Claramente, o jornal chamou à atenção das autoridades coloniais, sobretudo após sua divulgação em Luanda. Os Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola confiscaram um número muito substancial de exemplares da terceira edição do jornal, que tinha sido distribuída pelas caixas postais, dentro de envelopes selados e carimbados em Luanda³²⁰.

O *Kovaso* e, no geral, a propaganda política da FUA eram considerados altamente perigosos pela PIDE, uma vez que se dirigiam especialmente à população branca, minando assim uma eventual base de apoio do regime no combate ao nacionalismo africano. Na verdade, o *Kovaso* fazia a análise económica, social e política da situação colonial, expondo inclusivamente as fraturas existentes no seio da minoria branca. Neste sentido, esse jornal, expunha que em Angola existiam dois grupos de brancos: por um lado, a população branca africanizada, por vezes designada de euro-africana, composta por colonos e os seus descendentes, cujos interesses económicos e nacionais inseriam-se em Angola; por outro lado, os brancos europeus, ou seja os que migraram para Angola com o intuito de enriquecer e de seguida regressar à metrópole, estando por isso ao serviço dos interesses do Governo e das grandes empresas, cujos acionistas viviam fora de Angola³²¹. Estes dois grupos tinham interesses antagónicos:

“a razão do antagonismo é bem visível...bem compreensível na medida em que os interesses se opõem...o comerciante, o agricultor ou o industrial fixado sente o desfavor em que é colocado perante as forças económicas estrangeiras, quer de Portugal quer de outro país...o funcionário, o intelectual, o

³¹⁹ AN/TT, PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

³²⁰ AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA).

³²¹ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 2.

trabalhador, naturais de Angola, sentem o quão são preteridos em favor dos enviados pelo Governo Português, mesmo a despeito do seu valor pessoal ser superior, principalmente no respeitante a cargos de direcção...o primeiro agrupamento é nacionalista pela sua profunda ligação ao país. O segundo é colonialista porque representa e defende os interesses colonialistas.”³²².

Relativamente à situação económica do país, o *Kovaso* expunha que o sistema colonial salazarista beneficiava somente um número privilegiado de empresas nacionais e internacionais, subjugando Angola aos seus interesses capitalistas externos. Assim, os preços dos produtos angolanos vendidos à metrópole eram obrigatoriamente tabelados a baixo preço, ao passo na colónia aumentava o número de filiais de empresas externas que operava em regime de exclusividade. Surgem a título de exemplo, as filiais de cimento, cerveja e tecidos. A exploração mineira era praticada por concessões de entidades de Portugal como a PETRANGOL e a Companhia Mineira de Lobito. Acresciam as manobras alfandegárias que obrigavam a compra de produtos portugueses manufaturados com inferior qualidade e elevado custo³²³. Assim, o regime colonial contrariava todos os anseios de liberdade e de desenvolvimento de Angola.

No que concernia à guerra colonial, a FUA responsabilizava o Governo português pelo conflito, uma vez que tinha recusado negociar a descolonização com os representantes angolanos, nomeadamente com o MPLA. Para além disso, as autoridades portuguesas teriam reprimido violentamente os trabalhadores angolanos, criando uma situação explosiva em termos sociais e políticos. Esta situação teria empurrado os nacionalistas angolanos para a luta armada:

“Perante a impossibilidade definitiva de solução, através de negociações, propostas pelo MPLA em Junho de 1960 ao Governo de Salazar, foram massacrados na baixa do Cassange milhares de agricultores negros que reclamavam o aumento de 50 angolares no preço do kg do algodão...O Governo de Salazar provocou conscientemente estas chacinas, não só criando o estado de espírito, como criando as condições materiais propícias...”³²⁴.

Apesar de todo o trabalho político desenvolvido pela FUA, o Comité diretor no exílio acabou por suspender as atividades do movimento em agosto de 1963. Esta decisão foi motivada por dois fatores principais. Por um lado, em meados desse ano, a PIDE desencadeou uma ampla ação policial que culminou na prisão de um grande

³²² *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 2.

³²³ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 2.

³²⁴ *Kovaso*, nº1, fevereiro de 1963, p. 3.

número de militantes da FUA, em especial em Nova Lisboa³²⁵. Como tal, o trabalho político desenvolvido no interior da colónia, em especial nas localidades ao longo dos caminhos-de-ferro, foi comprometido por essa vaga de prisões. Por outro lado, a FUA não conseguiu atingir o seu principal objetivo político, portanto, a formação de uma frente nacionalista unificada envolvendo todos os movimentos nacionalistas angolanos. Uma frente que repudiasse o racismo e o tribalismo e assegurasse a participação da minoria branca na luta pela independência e na construção do Estado-Nação Angolano. Pelo contrário, tanto a UPA, então já convertida em FNLA³²⁶, como o MPLA hostilizaram a atuação da FUA, nomeadamente a partir do momento que o Comité diretor se instalou em Argel. Perante estas duas derrotas, a FUA suspendeu as suas atividades, ainda que alguns dos seus militantes continuassem a desenvolver individualmente atividades oposicionistas e de consciencialização política nacionalista, entre os quais Fernando Falcão, que no entretanto, tinha regressado em liberdade a Angola³²⁷. Com a suspensão da FUA, desaparecia também a esperança de criar um movimento angolano amplo, multirracial e com a participação dos setores progressistas e liberais da minoria branca³²⁸.

4.3. Venâncio Guimarães Sobrinho e a “oposição interna” à administração colonial portuguesa

A par da ação política levada a cabo pela FUA, determinados setores da burguesia colonial prosseguiram a sua crítica – e até mesmo oposição – à administração colonial portuguesa, denunciando um conjunto de problemas e de iniquidades que pesavam sobre a sociedade angolana. Tratava-se de uma espécie de “corrente” interna não organizada, mas que tinha como principal porta-voz Venâncio Guimarães Sobrinho, o maior empresário do sul de Angola. E, muito embora não assumisse uma postura frontal de rutura com o colonialismo português, Venâncio Guimarães Sobrinho fez pesadas críticas ao regime colonial, enquanto “protegeu” um aglomerado de nacionalistas convictos, residentes em Sá da Bandeira. Por tudo isto, importa saber mais sobre a figura e a ação desse poderoso empresário da Huíla.

³²⁵ AN/TT, PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA). Entre os encarcerados pela PIDE contou-se Jorge da Ressurreição Maia Rocha, responsável pelo movimento em Nova Lisboa.

³²⁶ Frente Nacional de Libertação de Angola.

³²⁷ Pimenta, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016.

³²⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2004, p. 22.

Venâncio Henriques Guimarães Sobrinho nasceu em São Pedro do Sul, na freguesia da Ponte, a 30 de outubro de 1898³²⁹. Após ter migrado para Angola, instalou-se em Sá da Bandeira e residiu na Rua da Môngua³³⁰. Vulgarmente era tratado por Comandante, ainda que se encontrasse na situação de reserva militar, tendo sido comandante da marinha. Segundo a PIDE, era um indivíduo politicamente perigoso, “tratando-se de um irreductível adversário do regime vigente”³³¹ e, inclusivamente, tinha apoiado a candidatura do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958. Por sua vez, Venâncio Guimarães Sobrinho detinha bastante influência na cidade de Sá da Bandeira e manifestava, publicamente, o seu descontentamento para com o regime. Note-se que o seu poderio económico, conseqüente do elevado número de filiais da sua Companhia, que produzia e comercializava diversos produtos originários das Terras Altas da Huíla, permitiu-lhe atingir um patamar político elevado, sendo o representante do sul de Angola em várias instituições e órgãos administrativos.

De facto, Venâncio Guimarães Sobrinho integrou os Corpos Gerentes do Grémio dos Criadores de Gado do sul de Angola, foi presidente da Associação Comercial da Huíla³³² e foi representante das associações económicas do sul da província no Conselho Legislativo, tendo participado em vários processos eleitorais tanto para o Conselho Legislativo, como para o Conselho Económico-social de Angola. Todavia, Venâncio Guimarães Sobrinho não era somente um candidato, mas, segundo as autoridades, o principal mentor das listas da oposição³³³. A isto acrescia o facto de ser proprietário e diretor do *Jornal da Huíla*, cujo principal colaborador era Alfredo Costa Barchela Figueiras, um branco de conhecidas “tendências separatistas”. Conseqüentemente, após o assalto ao Pacote Santa Maria, este jornal limitou-se a fazer uma pequena referência ao incidente, sem deixar uma nota de apreciação, uma postura

³²⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

³³⁰ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 252019 BOL, 8182.

³³¹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

³³² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 23830 (Fundo Sdel CAR), 7172.

³³³ AN/TT, AOS/CO/UL-59, Pasta 14 - Eleição para os Conselhos Legislativos e do Conselho Económico-Sociais das províncias ultramarinas. Deputados pelo Ultramar para a Legislatura de (1965 a 1969).

que, do ponto de vista das autoridades, era reprovável, pois acreditavam que Venâncio Guimarães Sobrinho aprovava a incursão do Capitão Henrique Galvão³³⁴.

Neste sentido, Venâncio Guimarães Sobrinho merecia a “atenção” das autoridades, não somente pelas suas inclinações e movimentações políticas, mas também pelos seus discursos proferidos em sessões do Conselho Legislativo. Por exemplo, em 1964, houve um acérrimo debate em pleno Conselho Legislativo sobre o tema do povoamento branco e Venâncio de Guimarães Sobrinho foi um dos protagonistas. O empresário defendeu os colonos que foram e que continuavam a migrar para a colónia portuguesa sem o devido apoio do Estado, enalteceu a colonização do vale do Cunene e defendeu as vantagens da colonização livre. Por outro lado, não poupou críticas à política de litoralização que menosprezava a necessidade de fazer evoluir o interior do país, nomeadamente das Terras Altas da Huíla. Uma região que crescia sob vários pontos de vista, entre os quais em termos culturais, mas sem o auxílio do Estado na criação de infraestruturas e acessibilidades comerciais, contrariamente ao que se sucedia em Luanda³³⁵.

Numa outra reunião de Conselho Legislativo, Venâncio Guimarães Sobrinho dirigiu-se ao Governador-Geral de Angola com o intuito de criticar alguns investimentos feitos erradamente no território. No seu entender, esses gastos tinham sido desnecessários e não respondiam ao atraso e ao que era indispensável para a resolução dos problemas correntes, nomeadamente as assimetrias comerciais e o desenvolvimento do povoamento no sul e interior de Angola³³⁶. Em 1971, enquanto vogal representante das atividades económicas no Conselho Legislativo, recapitulou a sua intervenção, dirigida igualmente ao Governador-Geral, afirmando que era negada aos industriais e comerciantes angolanos a capacidade de se auto conduzirem economicamente e que dificilmente atingiriam a autonomia com a regência vigente, porque esta forçava-os à compra de produtos e serviços a um preço excessivo e sem a qualidade que assim o justificasse³³⁷. Ainda nessa sessão, apresentou soluções para esses problemas, advogando um melhor aproveitamento dos pagamentos e a

³³⁴ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

³³⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 522, Quarta-feira, 20 de maio de 1964, p. 1.

³³⁶ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

³³⁷ As associações económicas de Angola em face dos problemas da hora presente (intervenção do vogal representante das actividades económicas, Senhor Comandante Venâncio Guimarães, na sessão de 19 de Novembro de 1971, do Conselho Legislativo). Angola: AIA, 1971. (330"1971" GUI), p. 1.

possibilidade dos empresários e industriais optarem pelos fornecedores e clientes mais vantajosos para o seu negócio³³⁸.

Por outro lado, a PIDE acusava esse grande empresário de fazer negócios pouco transparentes. Por exemplo, segundo um relatório da PIDE, elaborado no ano de 1964, os produtos das suas empresas não eram aceites nos mercados externos. Acusavam-no de ter instigado um levantamento contra o abastecimento de carnes em Luanda, de forma a poder garantir a subsistência da sua indústria de carnes instalada no sul de Angola. A PIDE afirmava ainda que Venâncio Guimarães Sobrinho teria fundado a indústria *SOFRIO* sem se munir do respetivo alvará. Acresciam nas filiais Venâncio Guimarães e C^a, Empresa Industrial e Agrícola, Ld.^a e Moagens da Huíla Ld.^a, integrantes de uma só entidade a C^a Venâncio Guimarães, dívidas consequentes de cobranças duvidosas, mercadorias invendáveis no mercado metropolitano, ou que apenas podiam ser vendidas a um preço inferior, desvalorização de máquinas, veículos, móveis e utensílios. Segundo a PIDE, o empresário teria dívidas ao Banco de Angola no valor de 15 mil contos, à parte dos 7 mil que utilizara para investir na *SOFRIO*, situada em Sá da Bandeira³³⁹. Por sua vez, esta gestão danosa teria levado ao encerramento das secções comerciais de Moçâmedes, Gambos e Catequero³⁴⁰.

Em suma, segundo a PIDE, o empresário do sul de Angola contraía dívidas ao Estado, enquanto exercia uma atividade política adversa aos interesses do regime. Contudo, até ao fim do período colonial, Venâncio Guimarães Sobrinho manteve-se intocável. A PIDE nunca ousou prendê-lo, temendo o seu poder económico, mas também as boas relações que manteve “com alguns governadores-gerais e autoridades locais”³⁴¹. De facto, Venâncio Guimarães Sobrinho contava com o apoio de personalidades importantes não só no ramo político, como também nas Forças Armadas. No ano de 1971, ocorreu uma troca de correspondência entre esse empresário e o General João A. Viana, que o congratulou pelas palavras proferidas na sessão do Conselho Legislativo de 10 de novembro de 1971. No seu entender, o empresário tinha denunciado:

³³⁸ As associações económicas de Angola em face dos problemas da hora presente (intervenção do vogal representante das actividades económicas, Senhor Comandante Venâncio Guimarães, na sessão de 19 de Novembro de 1971, do Conselho Legislativo). Angola: AIA, 1971. (330"1971" GUI), p. 2.

³³⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

³⁴⁰ AN/TT, AOS/CO/PC-42, Pasta 20 - Administração da Firma Venâncio de Guimarães e Companhia de Angola. Financiamento da Firma Jaime da Cunha Guimarães e Filhos (1956).

³⁴¹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

“uma trágica cabala, silenciosa em relação aos verdadeiros objetivos, mas que se evidencia. Há traição e não é vossa: os de Angola, dos que fazem ou querem fazer Angola... parece que vos acionam para vos dar indignação que sirva para se justificarem, ficando limpos. Uma cabala bem urdida com apoio de “jerarcas”, dos arranjistas e até do ignaro Povo Metropolitano que ninguém esclarece há muitas décadas”³⁴².

Venâncio Guimarães Sobrinho assumia-se, portanto como o principal líder político dos colonos brancos do sul de Angola, mantendo acesa uma crítica forte ao regime colonial, sobretudo no que dizia respeito à defesa dos interesses económicos dos colonos.

Por outro lado, graças à “proteção” de Venâncio Guimarães Sobrinho, os setores oposicionistas e nacionalistas moderados desfrutaram de uma notável “liberdade” de movimentos em Sá da bandeira ao longo da década de 1960, em especial no plano cultural. Na verdade, no distrito da Huíla estavam instaladas diversas estruturas culturais que promoveram a consciencialização cultural e política da população. Destacamos, a título ilustrativo, a oficina das artes plásticas, o Cineclube e as *Publicações Imbomdeiro*. Existiam também secções distritais das duas maiores associações culturais angolanas, a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), que contava com cerca de vinte mil membros em toda a colónia³⁴³, e a Sociedade Cultural de Angola (SCA).

A este respeito, a Sociedade Cultural de Angola teve um papel muito relevante na dinamização cultural, de fundo político, da população branca, pelo menos desde meados da década de 1950. Sob a direção de Eugénio Ferreira, esta associação contou com a participação de intelectuais e escritores como Adolfo Maria, António Jacinto e Viriato da Cruz, bem como de outros escritores, prosadores, ensaístas e poetas ligados às revistas *Mensagem* e *Cultura*³⁴⁴. Regularmente, durante as sessões da Sociedade Cultural de Angola realizavam-se apresentações de poemas e de textos, enaltecia-se a cultura angolana, assim como concretizavam-se debates que contaram com a participação de figuras polémicas, entre as quais o Padre Alexandre Nascimento e

³⁴² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 23830 (Fundo Sdel CAR), 7172.

³⁴³ *Jornal da Huíla*, n.º 418, Quarta-feira, 9 de maio de 1962, p. 1.

³⁴⁴ MARIA, Adolfo – *Angola-Contributos à reflexão*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 273.

Joaquim Pinto de Andrade³⁴⁵. A Sociedade Cultural de Angola tinha como órgão difusor a revista *Cultura*. Esta revista expunha o trabalho literário de diversas personalidades nacionalistas, entre os quais Mário António Fernandes de Oliveira, Luandino Vieira, António Cardoso, Henrique Guerra, Henrique Abranches, Arnaldo Santos, Hélder Neto, Antero de Abreu, João Abel, Adelino Torres, Tomás Jorge e Adolfo Maria³⁴⁶. Por tudo isto, a Sociedade Cultural de Angola foi encerrada por ordem do Governador-Geral de Angola, sob proposta da PIDE, em 1965³⁴⁷.

Mas o mais importante evento cultural – de fundo político – ocorrido em Sá da Bandeira foi a realização do 1.º Encontro de Escritores Angolanos em janeiro de 1963. Este evento, para além de ter contribuído para o reforço do sentimento nacionalista no sul de Angola, contou com um conjunto de apoios importantes para a sua realização. O jornal *ABC*, de Luanda, foi uma das entidades que patrocinou a realização do Encontro, assim como a Câmara Municipal de Sá da Bandeira. Segundo um relatório da PIDE, esta instituição camarária tinha vindo a demonstrar vontade de promover iniciativas culturais e dispensava, regularmente, dezenas de contos em prémios literários³⁴⁸. Aliás, no *Jornal da Huíla* podemos encontrar referência às condecorações atribuídas a Ernesto Lara Filho e a Leonel Augusto Matos Cosme, dois nacionalistas brancos e membros da FUA, nos concursos literários de Lobito e Sá da Bandeira³⁴⁹.

Numa das sessões do encontro, foi votada por unanimidade a proposta de criar a Casa de Escritores de Angola, onde se reuniriam vários intelectuais em assembleias periódicas, contando com a participação dos membros de outras delegações espalhadas por Angola. Pensava-se também em proceder à filiação da Casa de Escritores de Angola na Sociedade Portuguesa de Escritores, de modo a que esta última reconhecesse como seus sócios os inscritos na instituição angolana³⁵⁰. Face à proposta votada por aclamação, o Presidente da Câmara de Sá da Bandeira, Major José Ramos Camisão, e o Diretor dos Serviços Culturais da Câmara, professor Albino Fernandes de Sá, propuseram-se a elaborar o projeto dos estatutos da putativa Casa dos Escritores de Angola. O Diretor era, segundo a PIDE, um opositor declarado, integrante das

³⁴⁵ Joaquim Pinto de Andrade era irmão de Mário Pinto de Andrade. Enveredou pelo caminho da religião, e tornou-se paralelamente ao seu irmão Presidente de Honra do MPLA.

³⁴⁶ MARIA, Adolfo – *Ob. Cit.*, 2015, p. 273.

³⁴⁷ MARIA, Adolfo – *Ob. Cit.*, 2015, p. 273.

³⁴⁸ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁴⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 204, Sexta-feira, 10 de abril de 1959, p.6.

³⁵⁰ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

Publicações Imbomdeiro, “...cuja orientação é caracteristicamente esquerdista, como o são, na quase totalidade, os seus colaboradores...”³⁵¹. A PIDE era particularmente crítica à relação de proximidade do Presidente da Câmara a esse grupo de intelectuais nacionalistas. Segundo o relatório elaborado por Silva Pais:

“...é de salientar o facto de que, quer o Diretor dos Serviços Culturais da Câmara quer os indivíduos ligados às citadas Publicações Imbomdeiro, como Armando Leonel Augusto Cosme, Garibaldino de Oliveira da Conceição Andrade e outros, para além do Presidente da ANANGOLA da secção distrital da Huíla, João Morais Pardo de Oliveira³⁵², todos separatistas ou afins, se encontrarem quase sempre por detrás das realizações com projeção política levadas a cabo pelo então Presidente da Câmara...”³⁵³.

Para a PIDE, João Morais Pardo de Oliveira acompanhou estreitamente os trabalhos desenvolvidos antes e durante o encontro de escritores e realizava diariamente reuniões entre as 9 e as 12 horas, na Associação Comercial da Huíla, com o intuito de difundir a cultura e o sentimento nacionalista angolano³⁵⁴. Em todo o caso, o Governador do Distrito da Huíla proferiu um discurso, no salão nobre da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, enaltecendo a projeção que o 1.º Encontro dos Escritores Angolanos teria no futuro, assim como agradeceu a colaboração das *Publicações Imbondeiro* e da ANANGOLA. Segundo o relatório da polícia política, o evento promoveu, igualmente, a reivindicação da transferência dos Estudos Gerais para Sá da Bandeira, dando assim continuidade às reivindicações do Movimento Pró-Universidade nascido no final da década de 1950³⁵⁵.

Por fim, importa referir que estiveram presentes no 1.º Encontro de Escritores Angolanos um conjunto lato de escritores, entre os quais Mário António Fernandes de Oliveira, Amélia Maria Veiga da Silva, Doutor Lopes Cardoso, Padre António Brazio, Padre Carlos Estermann, Garibaldino de Andrade, Maurício Soares, Albino Fernandes de Sá, Manuel de Resende, João da Chela³⁵⁶ e Leonel Cosme³⁵⁷, este último:

³⁵¹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁵² Escrevia com regularidade no *Jornal da Huíla*

³⁵³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁵⁴ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁵⁵ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁵⁶ Redator do *Jornal da Huíla*.

“com maior bagagem intelectual, foi também um pouco mais longe deixando transparecer de uma maneira bem notória, críticas ao Governo e tecendo elogios às obras literárias de Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Agostinho Neto e outros bem conhecidos desta polícia pelas suas ideologias...”³⁵⁸.

Neste contexto, ao longo da década de 1960, Sá da Bandeira tornou-se gradualmente num bastião da oposição ao regime colonial, ombreando com Benguela, sede original da FUA. Porém, em virtude das boas relações dos oposicionistas e dos nacionalistas brancos com as autoridades municipais e da proteção de Venâncio Guimarães Sobrinho, a ação repressiva da polícia política não se fez sentir com a mesma intensidade de Benguela.

4.4. O Governo de Marcelo Caetano e o seu impacto no sul de Angola

No mês setembro de 1968 ocorreu uma alteração profunda na vida política de Portugal e das suas colónias. Por razões de saúde, António de Oliveira Salazar foi substituído no cargo de Presidente de Conselho de Ministros por Marcelo Caetano, outrora Ministro das Colónias e Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. A nomeação de Marcelo Caetano representou uma alteração na orientação política do regime colonial. Em 1962, Marcelo Caetano tinha enviado um parecer ao Conselho Ultramarino onde expressava a vontade de reformular a estrutura do sistema colonial, implementando um modelo federativo entre a metrópole e as províncias. Em 1968, protagonizou um último esforço de reforma do sistema colonial, no entanto, incipiente face às condições políticas internas e externas para a sua execução. Neste sentido, optou por uma política colonial vincada na ideia de autonomia. Por um lado, este modelo era díspar das ambições da ala mais conservadora do regime – os chamados integracionistas –, por outro, não se identificavam com as aspirações dos nacionalistas africanos, que pretendiam a independência³⁵⁹.

³⁵⁷ Armando Leonel Augusto de Matos Cosme nasceu no ano de 1934 em Guimarães. Foi membro da Frente de Unidade Angola em 1961. Pertenceu a Rádio Clube da Huíla e dirigia a editora *Publicações Imbondeiro*, juntamente com Garibaldi de Oliveira Conceição Andrade, professor primário em Sá da Bandeira. Ambos eram considerados pela PIDE como “irredutíveis adversários do regime político vigente”, utilizando as publicações literárias para difundir ideais nacionalistas escritos por diversos autores adversos ao regime – AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Armando Leonel Augusto de Matos Cosme – Processo 4134 CI (2), 7323.

³⁵⁸ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, 1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

³⁵⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 312.

Segundo Fernando Tavares Pimenta, o modelo defendido por Caetano pretendia conceder uma autonomia aos territórios, progressiva, de modo a preparar a independência sob o Governo de uma minoria branca, semelhante à Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Contudo, era um modelo desprezado pelos integracionistas do regime e que não correspondia nem às aspirações dos movimentos guerrilheiros, nem às expectativas da comunidade internacional³⁶⁰.

Inicialmente, o modelo de autonomia proposto por Marcelo Caetano promoveu uma maior participação dos colonos na administração colonial, facultou mais poderes ao Conselho Legislativo e desvinculou parcialmente as economias coloniais da metrópole. Portanto, esta nova política colonial privilegiava os colonos brancos, anteriormente frustrados com a centralização económica e política de Salazar. Neste sentido, a opinião pública no sul de Angola era favorável ao plano e à figura de Marcelo Caetano enquanto Presidente do Conselho de Ministros. A este respeito, vejamos um extrato de um dos artigos publicados no *Jornal da Huíla*, por um dos colaboradores mais críticos deste jornal, Araújo Rodrigues:

“As apreensões da parte presente da Nação, em relação ao que poderia surgir do afastamento de Salazar, foram rapidamente desvanecidas...ele é, pelo menos, um homem culto, preparado, viajado, experiente, inteligente, humano, modesto, sensato e isso não são qualidades que vulgarmente se reúnem e se conjuguem na mesma pessoa...E Angola, sobre a qual já se debruçou, anteriormente, vários anos, como Ministro do Ultramar, e onde já pode sentir, pessoalmente, a vibração patriótica e o trabalho construtivo dos que aqui nasceram e vivem, abre-lhe, o “crédito” de confiança e boa vontade de que precisa, para bem lhe marcar seus seguros e gloriosos destinos...”³⁶¹.

De facto, Caetano foi enaltecido e alvo de diversos elogios por parte dos colonos brancos. Esta posição foi fruto de diversas alterações que se propôs a realizar na sociedade e política angolanas, inclusivamente no plano de atuação da censura. No seu entender, o Governo necessitava de averiguar e esclarecer a opinião pública porque a informação independente não se devia arrastar ou conduzir-se por simpatias ou interesses próprios. A informação deveria ser transparente e com um fim uníssono. Com esse efeito, o Governo deveria proceder a alterações nos serviços de informação instalados em Angola, de modo a atingir a liberdade de expressão na colónia³⁶². Inclusivamente, Caetano mostrou-se interessado no desenvolvimento do sul de Angola.

³⁶⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 313.

³⁶¹ *Jornal da Huíla*, n.º 745, Quinta-feira, 10 de outubro de 1969, pp. 1-7.

³⁶² *Jornal da Huíla*, n.º 746, Quinta-feira, 17 de outubro de 1969, pp. 1-7.

Na década de 1940, enquanto Ministro das Colónias, tinha afirmado que Sá da Bandeira era a região mais propícia à instalação de um centro cultural em Angola³⁶³. A instalação da Faculdade de Letras dos Estudos Gerais em Sá da Bandeira e a criação do primeiro Lar de Raparigas Estudantes, em 1969, evidenciou esse facto³⁶⁴.

A imagem positiva adquirida por Marcelo Caetano era partilhada pela maioria dos setores e mentalidades do sul de Angola. Por exemplo, Leonel Cosme, personalidade de destaque na luta pela independência de Angola, proferiu o seguinte:

“...para aqueles que, como nós, baseiam as convicções políticas em atos de liberdade, as palavras de apresentação do Pr. Dr. Marcello Caetano, no ato público da sua nomeação para Chefe de Governo, são as mais do que esperança de renovação e adaptação...”³⁶⁵.

Em abril de 1969, Marcelo Caetano realizou uma digressão pelas colónias, visitando Luanda, Lourenço Marques e Nova Lisboa. Estas visitas tinham o intuito de observar e de ouvir as reivindicações dos colonos e, ao mesmo tempo, de apresentar o seu projeto político para o Ultramar. A sua presença nos territórios ultramarinos correspondeu ao enaltecimento da sua política e figura, especialmente evidente na imprensa. A sua chegada ao aeroporto Craveiro Lopes, em Luanda, registou a maior enchente de pessoas, inclusive mestiços e negros, que ocuparam todos os espaços e lugares que possibilitavam ver ou falar com Marcelo. Posteriormente, foi realizada uma parada pelas ruas de Luanda que registou, de igual modo, um significativo número de pessoas³⁶⁶.

O seu plano colonial foi proclamado em Luanda, assente nos princípios do “progresso, desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas” e, como se esperava, foi recebido com entusiasmo pelos colonos brancos³⁶⁷. Durante a sua presença em Nova Lisboa, Marcelo Caetano foi homenageado pelos estudantes de Sá da Bandeira, o que representou mais uma prova de simpatia e confiança no novo governante³⁶⁸. As “promessas” de Caetano conquistaram diversos adeptos entre a população branca de Angola, nomeadamente alguns antigos opositores ao regime. Este

³⁶³ *Jornal da Huíla*, n.º 747, Quinta-feira, 24 de outubro de 1969, p. 7.

³⁶⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 750, Quinta-feira, 14 de novembro de 1969, p. 8.

³⁶⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 750, Quinta-feira, 14 de novembro 1969, pp. 1-2.

³⁶⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 771, Quarta-feira, 17 de abril de 1969, pp. 1-2.

³⁶⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 317.

³⁶⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 772, Quinta-feira, 24 de abril de 1969, pp. 1-10.

facto comprovou-se durante as eleições para a Assembleia Nacional realizadas a 26 de outubro de 1969. Vejamos.

Em outubro de 1969, realizou-se no salão nobre da Associação Comercial da Huíla uma sessão de propaganda eleitoral do candidato a deputado pela União Nacional, pelo distrito de Moçâmedes, Álvaro Barreto de Lara³⁶⁹. Este advogado era um branco natural de Angola, antigo membro da Organização Socialista de Angola, da Frente de Unidade Angolana e apoiante da candidatura de Humberto Delgado, primo de Alda Lara, Ernesto Lara Filho e de Lúcio Lara, dirigente do MPLA³⁷⁰. Fernando Tavares Pimenta considera que a integração de elementos como Álvaro Lara na lista da União Nacional evidencia a participação das elites brancas no processo eleitoral, que infiltraram na lista situacionista vários elementos próximos das associações económicas e conotados ao modelo nacionalista euro-africano³⁷¹.

Durante a sessão de propaganda eleitoral, o candidato defendeu a execução de um melhor sistema de tributação, profícuo às classes médias e trabalhadoras do sul de Angola. Acrescentou que o conflito armado não seria ganho apenas pelas armas porque carecia de apoio na retaguarda, condicionada, naquela época, pela inércia, incompetência, irresponsabilidade e ganância de outros. Neste âmbito, o candidato referia-se à oposição, particularmente, a Mário Soares, considerando-o ignorante em matérias sobre o Ultramar:

“pessoas nestas condições não são as mais indicadas para os diálogos sugeridos na metrópole. Se há diálogos a travar, o primeiro e o mais importante não pode excluir os representantes dos portugueses que mourejam o Ultramar. É isto o que os dirigentes oposicionistas devem saber.”³⁷².

Nessa sessão ocorreu ainda um debate entre o candidato e o público. Naturalmente, a reforma no setor da informação e o papel da censura foi uma das questões debatidas. Tomaram a palavra Torquato Soares, o engenheiro Rego Cabral e Venâncio Guimarães Sobrinho, que assumiu uma posição contrária à manutenção da censura, pois, no seu entender, impedia que a opinião pública fosse devidamente esclarecida e incapaz de percecionar os verdadeiros problemas nacionais. O empresário acrescentou que:

³⁶⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 798, Quinta-feira, 23 de outubro de 1969, pp. 1-5.

³⁷⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 319.

³⁷¹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 319.

³⁷² *Jornal da Huíla*, n.º 798, Quinta-feira, 23 de outubro de 1969, pp. 1-5.

“tudo o quanto se faça, todas as medidas que se tomem para abolir a censura, criando-se, evidentemente, responsabilidades que evitem abusos, será um bom serviço prestado ao país”³⁷³.

Na realidade, alguns críticos do regime e defensores da autonomia da colónia, mantiveram as suas reivindicações e combate à centralização económica e política da metrópole. Por exemplo, numa sessão do Conselho Legislativo, realizada no ano de 1969, Álvaro Carvalho, Vice-Presidente deste órgão, afirmou que continuavam a faltar técnicas e créditos a médio e longo prazo para concretizar os objetivos estruturados para o negócio dos empresários angolanos, assim como apelou à concessão de maiores poderes aos colonos de forma a se encontrarem soluções para os problemas que se lhes fossem apresentados³⁷⁴.

Por sua vez, a imprensa continuou a criticar os excessos da burocracia colonial, como por exemplo no caso da instalação de novas fazendas no vale do Cunene. De facto, entraves burocráticos entravaram o Projeto de Aproveitamento do Cunene destinado a albergar inúmeras famílias³⁷⁵. Os problemas que afetavam as indústrias de pesca no sul de Angola foram também abordados no Conselho Legislativo. O representante de Moçâmedes, Rui Mendonça, referiu que urgia a criação de escolas de pescadores e a promoção de cursos intensivos de formação profissional de pesca. A sua intervenção foi procedida pelo vogal António Francisco Baraço, que expôs a ambição dos pescadores de Moçâmedes em deter uma fábrica de conservas com câmaras frigoríficas capazes de sustentar 1000 toneladas de peixe, possibilitando um maior aproveitamento comercial deste produto³⁷⁶. A questão da compra e venda de produtos entre a colónia e a metrópole foi, igualmente, exposta no Conselho Legislativo. A este respeito, Rui Mendonça afirmou que:

“... embora se aceite uma diferença de preços, mesmo que em apenas obediência à política de proteção à indústria nacional, não se justifica um desnível tão acentuado, cujos reflexos no custo de exploração da indústria de farinhas de peixe e peixe seco são por demais evidentes para merecer mais e convenientes comentários.”³⁷⁷.

³⁷³ *Jornal da Huíla*, n.º 798, Quinta-feira, 23 de outubro de 1969, pp. 1-5.

³⁷⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 771, Quarta-feira, 17 de abril de 1969, pp. 1-6.

³⁷⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 773, Quinta-feira, 1 de maio de 1969, pp. 1-5.

³⁷⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 775, Quinta-feira, 15 de maio de 1969, p.1, pp. 2-5.

³⁷⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 775, Quinta-feira, 15 de maio de 1969, p.1, pp. 2-5.

Contudo, nem todos os nacionalistas brancos estiveram dispostos a colaborar com a nova política autonomista de Caetano. Figuras como Fernando Falcão mantiveram-se publicamente na oposição ao regime colonial³⁷⁸. De resto, essa oposição procurou – sem sucesso – participar no ato eleitoral de 1969, assumindo como objetivo a criação de condições para a autodeterminação do Ultramar. Houve aliás uma tentativa de articulação com a oposição portuguesa na metrópole, onde surgiram várias comissões eleitorais, nomeadamente a CDE e a CEUD³⁷⁹. Em Angola, a oposição metropolitana decidiu primeiramente contactar António Garcia Castilho, Presidente da Associação Industrial de Angola e personalidade de destaque em Luanda. Contudo, os esforços da oposição não foram correspondidos, visto que António Garcia Castilho optou por se aproximar da política reformista de Marcelo Caetano³⁸⁰. Neste sentido, a liderança de oposição em Angola foi assumida por Fernando Falcão, que mantinha uma enérgica relutância política em relação ao regime. Fernando Falcão era então Presidente da Associação Agrícola, Industrial e Comercial de Lobito-Catumbela³⁸¹. Elemento conhecido da causa nacionalista, Fernando Falcão formou um triângulo político da oposição, juntamente com Mário Soares e Almeida Santos, centrado em Lisboa, Lobito e Lourenço Marques³⁸².

Portanto, as ambições da oposição em obter representação na Assembleia Nacional eram concretas no caso de Angola. Aliás, a aprovação do decreto-lei que alterava o diploma referente à eleição dos deputados motivava a apresentação de candidaturas. Esse documento definia que seriam reembolsados todos os candidatos que obtivessem 20% dos sufrágios, garantia o acesso aos cadernos eleitorais e permitia a fiscalização das eleições por parte de delegados das respetivas listas³⁸³.

No entanto, Fernando Falcão percebeu rapidamente que, na prática, não havia garantias de democraticidade do ato eleitoral, pelo que decidiu não apresentar uma lista a sufrágio. Mesmo na metrópole, a oposição foi-se apercebendo dos entraves políticos colocados à sua participação no escrutínio, tendo em todo o caso concorrido a 111 dos 130 lugares de deputados da Assembleia Nacional³⁸⁴.

³⁷⁸ Segundo a PIDE, a passagem de Fernando Falcão pela prisão, em 1961/1962, “não o desanimou dos seus propósitos de readquirir o seu antigo prestígio político”. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, Ernesto Lara e outros – Processo 61 CI (2), 6954.

³⁷⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 797, Quinta-feira, 16 de outubro de 1969, pp. 2-7.

³⁸⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 319.

³⁸¹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 317.

³⁸² PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 319.

³⁸³ *Jornal da Huíla*, n.º 791, Quinta-feira, 4 de setembro de 1969, pp. 1-5.

³⁸⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 794, Quinta-feira, 25 de setembro de 1969, pp. 1-7.

O resultado eleitoral traduziu uma vitória completa das listas da União Nacional, que elegeu a totalidade dos deputados. Esta vitória foi vista como um apoio da população portuguesa à política de liberalização seguida pelo Chefe de Governo, inclusivamente no campo colonial³⁸⁵. Não dispomos de dados concretos sobre os resultados das eleições em Angola. Apenas sabemos que houve uma elevada adesão às urnas. Em Benguela votaram 92,8% dos eleitores recenseados. No Lobito, a abstenção foi maior, uma vez que votou apenas 77,9% do eleitorado. Atualmente, consideramos que esta abstenção foi uma consequência da influência política de Fernando Falcão, que não via em Marcelo Caetano a resposta para os problemas de Angola³⁸⁶.

A União Nacional elegeu assim todos os deputados pelo círculo de Angola, a saber: Álvaro Filipe Barreto de Lara, advogado; Fernando David Laima, geólogo; Fernando Sá Viana Rebelo, anterior Presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa; Gustavo Neto Miranda, administrador de empresa e natural de Benguela; Henrique José Nogueira Rodrigues, comerciante; Manuel Joaquim Montanha Pinto, agricultor; Sinclética Soares dos Santos Torres, farmacêutica de raça negra³⁸⁷.

Uma vez realizadas as eleições, os colonos brancos esperavam a rápida implementação de reformas no sentido da autonomização política de Angola. Para o efeito, era necessário rever a Constituição e aprovar uma nova Lei Orgânica do Ultramar. Contudo, este processo foi moroso e não correspondeu às expectativas dos colonos. De facto, a ala conservadora do regime, oposta à autonomia das colónias e adepta da centralização, mantinha ainda um significativo peso na Assembleia Nacional e contava com o apoio do Presidente da República, Américo Tomás³⁸⁸. Por isso, conseguiram colocar sérios entraves à política autonomista de Marcelo Caetano, atrasando e minando todo o processo de revisão da legislação ultramarina. Vejamos.

No dia 2 de dezembro de 1970 foi apresentada a proposta de revisão constitucional à Assembleia Nacional. No entanto, a mesma só foi aprovada no dia 16 de agosto de 1971, após diversas alterações impostas pelos setores mais conservadores da Assembleia. Na sequência da revisão constitucional, Marcelo Caetano promulgou uma nova Lei Orgânica do Ultramar, em 1972, e os Estatutos político-administrativo de cada uma das colónias, mas que só entraram em vigor em 1973. A nova legislação transformou os Conselhos Legislativo e Económico-Social em Assembleias Legislativas

³⁸⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 799, Quinta-feira, 30 de outubro de 1969, pp. 1-5.

³⁸⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 319.

³⁸⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 794, Quinta-feira, 25 de setembro de 1969, pp. 1-7.

³⁸⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 321.

e Junta Consultiva Provincial, alargando os seus poderes e competências. Os corpos eleitorais nas colónias também foram aumentados, em especial no caso de Angola, bem como o número de deputados eleitos pelos círculos ultramarinos à Assembleia Nacional³⁸⁹. Mas estas alterações não foram suficientes para implementar verdadeiros regimes autonómicos nas colónias, pois o Governador-Geral continuou a ser nomeado por Lisboa. Além disso, o Governo central conservou boa parte das suas prerrogativas e competências em matéria colonial.

Face a este cenário, Angola continuou numa situação de subordinação em relação a Portugal. Portanto, Marcelo Caetano foi incapaz de colocar em prática o seu projeto de autonomia das colónias. De resto, a morosidade de todo o processo de reforma da legislação colonial, mais concretamente cerca de três anos e meio, num momento em que se combatia uma guerra em três frentes diferentes, nomeadamente em Angola, na Guiné e em Moçambique, revela essa mesma incapacidade³⁹⁰.

Neste sentido, a popularidade de Marcelo Caetano e da sua política decresceram substancialmente entre os colonos. As grandes expectativas que recaíam sobre o seu mandato foram goradas, pois a sua governação revelou-se, gradualmente, incipiente e inapta à resolução das assimetrias nas colónias. A inépcia política foi acompanhada por problemas do foro económico, que prejudicaram gravemente diversos setores das economias coloniais, provocando o crescimento das contestações e objeções protagonizadas pelos colonos brancos. No primeiro semestre de 1972, a conjuntura económica adversa repercutiu-se na balança comercial de Angola. No mês de setembro de 1972, o *Jornal da Huíla* publicou:

“ o saldo apurado neste primeiro semestre, de 1.673.331 contos é a prova do sacrifício que nos está a ser imposto, em matéria de abastecimento da província...daí a falta de muitos artigos e o seu consequente encarecimento que trouxeram e trarão consigo uma redução correspondente do movimento comercial, dos lucros apurados, do tráfego das estradas e caminhos de ferro e dos movimento das alfandegas, e que não se deixará de traduzir, inevitavelmente, em diminuição de lucros e em baixa de cobranças de interesse público...”³⁹¹.

No sul de Angola surgiam dificuldades no financiamento das atividades agropecuária e piscatória. Verificava-se, de igual modo, que o hospital da Humpata se

³⁸⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 326.

³⁹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 327.

³⁹¹ *Jornal da Huíla*, n.º 948, Quinta-feira, 21 de setembro de 1972, pp. 2-7.

encontrava em míseras condições³⁹², enquanto havia falhas no abastecimento de energia elétrica à cidade de Sá da Bandeira devido à contínua diminuição do caudal da barragem de Matala³⁹³. Naturalmente, estes problemas agravaram a frustração dos colonos face à governação de Marcelo Caetano.

Consequentemente, percecionamos uma viragem política dos colonos brancos do sul de Angola, com o regresso a uma forte oposição ao regime colonial. Relativamente à economia da colónia, denunciavam que o desequilíbrio financeiro e a conjuntura não eram solucionados pela metrópole e que o Governo central continuava a favorecer os interesses de Portugal e a desvalorizar os produtos angolanos³⁹⁴. A instalação de uma refinaria de petróleo, na zona de Lobito, foi uma das reivindicações mais relevantes desta época. Na realidade, o Governo adia a construção dessa refinaria desde 1971, havendo apenas uma em todo o território angolano, situada na região de Luanda. A construção de uma segunda refinaria no centro de Angola iria triplicar a capacidade de refinação e, posteriormente, a sua comercialização para o estrangeiro. Era uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento de Angola, pelo que o adiamento da sua construção era considerado uma afronta pelo poder central.

A consciencialização política das elites brancas, alicerçada na crítica à situação económica da colónia, estimulou novas objeções e reivindicações. Era grande o criticismo à proteção concedida pelo Governo português às empresas metropolitanas e estrangeiras presentes em Angola, garantindo-lhes monopólios e prejudicando assim as pequenas empresas locais. Era motivo de escândalo os privilégios detidos por grandes empresas como a Gulf Oil, no setor do petróleo, a Krupp, no campo da extração de ferro no sul de Angola e a Diamang, no setor dos diamantes, bem como certos grupos económicos metropolitanos, por exemplo os grupos Borges & Irmão, FONSECAS & Burnay, Companhia União Fabril, Banco Espírito Santo, Grupo Champalimaud, Banco de Angola e Banco Português Atlântico³⁹⁵.

Por sua vez, a questão cambial, os entraves ao desenvolvimento agrário, pecuário, piscícola e, de um modo geral, a falta de apoios cedidos ao setor industrial e ao incremento do povoamento eram motivo de forte contestação por parte das associações económicas dos colonos.

³⁹² *Jornal da Huíla*, n.º 946, Quinta-feira, 7 de setembro de 1972, p. 1.

³⁹³ *Jornal da Huíla*, n.º 942, Quinta-feira, 3 de agosto de 1972, p. 1.

³⁹⁴ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 329.

³⁹⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 331.

As críticas dos colonos cresceram substancialmente no último ano de governação marcelista, quando se tinham tornado evidentes os limites da sua política de autonomização colonial. Isto era particularmente visível no distrito da Huíla. A falta de infraestruturas para responder ao aumento populacional do distrito estava na base de muitas das objeções e reivindicações dos colonos. De referir que, no ano de 1973, o aumento populacional do distrito da Huíla foi comparável ao de Luanda, cidade que atingiu cerca de meio milhão de habitantes³⁹⁶. O apelo à edificação de uma unidade de siderurgia integrada no distrito demarcou-se entre as diversas solicitações feitas à administração colonial durante este período, evidenciando a influência da burguesia local e os interesses das associações económicas da região³⁹⁷. No entretanto, novas associações e sociedades empresariais foram sendo criadas nas Terras Altas da Huíla. Por exemplo, em janeiro de 1973 foi criada em Sá da Bandeira uma nova sociedade comercial, a INTERCAL, cujos sócios foram João Sieira dos Santos, Pedro Maia dos Santos Nascimento e José Marques Araújo³⁹⁸.

Relativamente ao desenvolvimento económico da região, a imprensa da Huíla publicou diversos artigos que expõem o descontentamento dos colonos brancos, assim como os pedidos feitos à administração colonial com o intuito de combater as assimetrias económicas e políticas presentes nas Terras Altas da Huíla. Repetidamente invocavam a falta de apoio concedido ao setor agrícola. Segundo a imprensa, a agricultura “está a ser calculada e renegada para plano último para aqueles que, a ela se dedicaram como atividade tradicional e primária”³⁹⁹. Neste sentido, os colonos brancos acusavam a metrópole de menosprezar a importância deste setor em prol de injeções de capital noutras atividades e ministérios. A estratégia económica seguida pelo regime não se coadunava com as necessidades dos colonos brancos porque, sem financiamento ou apoio logístico, viam-se obrigados a importar produtos agrícolas à metrópole a preços tabelados, quando na verdade os podiam produzir e comercializar na colónia.

No mês de fevereiro de 1973, o engenheiro Cardoso Cunha proferiu um discurso na Câmara Municipal de Sá da Bandeira relativo aos planos de desenvolvimento da região. No entanto, os habitantes da cidade questionaram a viabilidade desses projetos. Cardoso Cunha declarou a vontade do Estado em lançar o plano de aproveitamento do rio Cunene com o objetivo de garantir à barragem de Matala o caudal mínimo

³⁹⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 977, Quinta-feira, 12 de abril de 1973, p. 1.

³⁹⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 987, Sexta-feira, 22 de junho de 1973, p. 1.

³⁹⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 964, Quinta-feira, 11 de janeiro de 1973, p. 2.

³⁹⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 985, Quinta-feira, 7 de junho de 1973, pp.10-12.

necessário à produção de energia. Além disso, enalteceu a importância do setor pecuário, considerando-o como o mais importante de toda a colónia. Porém, nos dias seguintes, a sua intervenção foi questionada na imprensa. Os colonos não expetavam o sucesso desses projetos. Pelo contrário, receavam a continuidade de improvisações, de irregularidades administrativas, e do tabelamento de preços que contrariasse o desenvolvimento do sul de Angola⁴⁰⁰.

Relativamente à balança comercial, João do Prado, redator do *Jornal da Huíla*, escreveu um artigo alusivo à importação dos vinhos. Na sua visão, as fracas colheitas, a pesada tributação fiscal e a autoridade sanitária angolana coagiam os colonos a comprar vinhos provenientes do mercado argelino. A importação desses vinhos condicionava a produção angolana e canalizava verba em direção ao mercado externo, aumentando as assimetrias económicas da colónia e o saldo negativo da balança comercial. No seu entender:

“a população de Angola prefere consumir cerveja e outras bebidas, mesmo que menos saborosas, produzidas em Angola, o encararem e favorecerem a importação do vinho argelino...”⁴⁰¹.

No que concerne à imprensa, a reformulação da censura prometida por Marcelo Caetano não significou a instauração de liberdade de expressão. Apesar da transformação da censura em exame prévio, a imprensa continuava a ser condicionada politicamente pelo regime, ainda que o *Jornal da Huíla* mantivesse um considerável grau de independência editorial. Em todo o caso, a questão da liberdade de imprensa – ou a sua falta –, preocupava os colonos, sendo denunciada pelo jornalista João Fernandes. Este denunciou que a falta de apoio do Governo metropolitano ao fortalecimento de uma imprensa sólida e esclarecedora da opinião pública:

“Mas acontece que a imprensa deve ter uma missão a cumprir. Entre governantes e governadores deve existir uma acção esclarecedora, informando, alertando, conduzindo, pondo em contacto..., mas não nos temos sentidos apoiados por aí além...para não dizer, pior, claro...”⁴⁰².

Face a este panorama, nas vésperas do 25 de abril de 1974, crescia a hostilidade da população branca angolana em relação ao regime colonial. As grandes expetativas

⁴⁰⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 970, Quinta-feira, 22 de fevereiro de 1973, p. 1.

⁴⁰¹ *Jornal da Huíla*, n.º 978, Quinta-feira, 19 de abril de 1973, p. 4.

⁴⁰² *Jornal da Huíla*, n.º 964, Quinta-feira, 11 de janeiro de 1973, p. 8.

surgidas no início do mandato de Marcelo Caetano tinham sido goradas, sendo patente a incapacidade do chefe do Governo em reformar o sistema colonial no sentido de criar condições para a autonomização política de Angola. Por fim, Marcelo Caetano também não tinha conseguido resolver o problema da guerra. Muito embora a situação militar estivesse relativamente controlada no caso de Angola, persistia um cenário extremamente desagradável para os portugueses na Guiné, ocorrendo, simultaneamente, uma progressiva degradação militar no caso de Moçambique. No seu todo, a guerra colonial absorvia uma verba cada vez maior do orçamento português, prejudicando a economia metropolitana e das próprias colónias. A permanência do conflito armado durante mais de uma década gerava um descontentamento cada vez maior quer entre os civis, quer entre os militares.

Segundo Álvaro da Silva Tavares, antigo Governador-Geral de Angola, a contestação política em torno do conflito armado era significativamente expressiva tanto do ponto de vista interno, como externamente. No início de 1974, assistia-se a um ponto de rutura devido à insustentabilidade política e militar do conflito. A governação marcelista não progredia nos termos necessários, pois era inconsistente e incerta e “...sem uma firme disciplina militar era impossível continuar o combate como se verificou”⁴⁰³.

Neste contexto, as tensões agudizavam-se no seio das Forças Armadas. A emergência do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi a consequência dessas tensões e do desejo de muitos militares de colocar um ponto final na guerra, custe o que custasse. Daí o golpe de Estado de 25 de abril de 1974, que abriu as portas à rápida descolonização de Angola.

⁴⁰³ TAVARES, Álvaro da Silva – *A entrega do ultramar português e o 4 de Fevereiro de 1961 em Angola*. Lisboa: Núcleo de Estudos Oliveira Salazar, abril de 2009, p. 46.

CAPÍTULO 5. O 25 DE ABRIL DE 1974 E O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO SUL DE ANGOLA

Neste capítulo analisamos o processo de descolonização no sul de Angola, incidindo, detalhadamente, sobre as reações da população branca no desenrolar dos acontecimentos no biénio 1974/1975.

Todavia, importa referir que a elaboração deste capítulo foi condicionada pela escassez de fontes ou, pelo menos, pela dificuldade de acesso a fontes primárias e arquivísticas. Efetivamente, uma pesquisa mais aprofundada implicava a consulta de arquivos estrangeiros, nomeadamente angolanos, sul-africanos, britânicos e norte-americanos, facto não exequível no âmbito da realização desta dissertação. A consulta de certos arquivos portugueses, como por exemplo o do IARN, acarretaria, de igual modo, um dispêndio de tempo não compatível com a elaboração em tempo útil desta tese. Como tal, a visão aqui apresentada é necessariamente incompleta, ainda que traga algumas informações e dados relevantes sobre a situação vivida durante a descolonização em Angola.

A leitura da imprensa colonial foi, mais uma vez, extremamente profícua para a reconstituição dos acontecimentos.

5.1. O 25 de abril de 1974 em Angola

A revolução de 25 de abril de 1974 promoveu a criação de bases políticas para uma célere descolonização da África Portuguesa. Possivelmente, o principal objetivo do Movimento das Forças Armadas (MFA).

No entanto, no seio do poder revolucionário predominavam divergências relativamente ao *modus operandi* do processo de descolonização. Por um lado, o General António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN) e, posteriormente, Presidente da República defendia uma perspetiva mais conservadora. Spínola ambicionava a constituição de uma federação entre Portugal e as suas colónias, cuja criação seria referendada pelas populações coloniais, um projeto outrora, apresentado no seu livro *Portugal e o Futuro*, publicado no mês de fevereiro de 1974.

No dia 27 de abril de 1974 foi realizado um encontro entre o Movimento Democrático Português, a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social e Spínola, no qual defendeu convictamente a tese federalista⁴⁰⁴. Todavia, a maioria dos

⁴⁰⁴ CORREIA, Pezarat – *Ob. Cit.*, 1991, p. 58.

militares do MFA, bem como o General Costa Gomes, defendiam uma perspectiva diferente, favorável à independência imediata das colónias. No caso de Angola, essa independência imediata far-se-ia mediante a transferência de poderes diretamente para os movimentos guerrilheiros, portanto o MPLA, a FNLA e a UNITA. Por consequência, não atribuía legitimidade a qualquer outro movimento que não tivesse feito a guerra contra o regime colonial⁴⁰⁵. Os partidos políticos portugueses, sobretudo os da esquerda, também defendiam a tese da independência imediata das colónias. Mário Soares, líder do Partido Socialista Português e Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, adiantava à imprensa angolana que a única solução para resolver a independência era a negociação com os movimentos guerrilheiros⁴⁰⁶. Portanto, descartava, *a priori*, a ideia de realização de um referendo com vista à constituição de uma federação.

Contrariamente, em Angola, a proposta federalista de Spínola foi bem recebida por uma parte significativa da elite político-económica branca. De facto, considerava-se que a constituição de um Estado angolano autónomo, no quadro de uma configuração federal ou confederal, iria solucionar os problemas políticos e as assimetrias económicas da sociedade angolana, possibilitando às elites a expansão dos seus negócios, a atração de novos investimentos e a dinamização da economia. Nesta perspectiva, os trabalhos do I Governo Provisório, dominado pela figura presidencial de Spínola, foram acompanhados com algum interesse pela imprensa angolana, sobretudo no que dizia respeito à questão colonial. No dia de tomada de posse do I Governo Provisório, o *Jornal da Huíla* emitiu o comunicado da Junta de Salvação Nacional relativo ao futuro de Angola, o qual expunha as prioridades do novo regime português:

“reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar; criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino e lançamento dos fundamentos da uma política ultramarina que conduz à paz”⁴⁰⁷.

Vejamos como decorreu a passagem de poderes em Angola na sequência do golpe de 25 de abril de 1974.

No dia 26 de abril de 1974, o Governador-Geral de Angola, Fernando Augusto Santos e Castro, emitiu um comunicado a informar os angolanos da eclosão de um

⁴⁰⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 352.

⁴⁰⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 1028, Quinta-feira, 16 de maio de 1974, pp. 1-11.

⁴⁰⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1028, Quinta-feira, 16 de maio de 1974, p. 12

golpe de Estado em Lisboa⁴⁰⁸. Aparentemente, Santos e Castro terá tentado manter Angola alheia à revolução metropolitana⁴⁰⁹, mas acabou por aceitar a sua exoneração no dia seguinte, tendo transmitido os poderes para o Secretário-Geral de Angola, Soares Carneiro que, assumiu, interinamente, as funções de governo⁴¹⁰. Neste sentido, a transição de regime foi feita de forma pacífica e ordeira, sem quaisquer convulsões militares e a população foi reagindo lentamente às notícias da revolução. No dia 28 de abril de 1974 foi realizada a primeira sessão de apoio à Junta de Salvação Nacional, que decorreu em Benguela e que contou com a presença de Luís Portocarrero, antigo membro da FUA⁴¹¹. Em Luanda, as primeiras manifestações de apoio à JSN decorreram no dia 1 de maio de 1974. No entanto, foi estabelecida a liberdade de expressão, o fim da censura e foi dada autorização à formação de partidos políticos. A Associação Nacional Popular, ex. União Nacional, foi extinta, ao passo que a PIDE se converteu na Polícia de Informação Militar.

Neste contexto, as associações económicas aproveitaram a abertura política do novo regime para definirem publicamente a sua posição face à descolonização e à futura governação de Angola. Prontamente, reclamaram a descentralização legislativa e executiva compatível ao desenvolvimento do território, bem como a institucionalização de um governo com competência própria e representativo da realidade política e social angolana. Reivindicaram uma ampla participação dos naturais no governo e na administração de Angola, assim como igualdade de direitos e deveres de todos os que constituíam a população angolana. No plano económico exigiram a aceleração do desenvolvimento mediante um melhor aproveitamento dos recursos naturais e uma aposta na construção de infraestruturas. Por fim, solicitaram o fim dos monopólios concedidos às empresas metropolitanas e estrangeiras a operar em Angola⁴¹². No fundo, estas reivindicações retomavam as velhas exigências expressas pelos colonos durante o Estado Novo.

Por outro lado, a queda do Estado Novo alavancou o aumento de incursões nacionalistas dos movimentos guerrilheiros e colocou em causa a defesa e a segurança da colónia. Para além de algumas ações militares desencadeadas pelas guerrilhas, o

⁴⁰⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 350.

⁴⁰⁹ CORREIA, Pizarat – *Ob. Cit.*, 1991, p. 73.

⁴¹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 351. De referir que durante o seu mandato, Santos e Castro tinha mantido boas relações com as associações económicas angolanas, mostrando-se aberto à instituição de um regime autónomo em Angola

⁴¹¹ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2016, p. 353.

⁴¹² *Jornal da Huíla*, n.º 1028, Quinta-feira, 16 de maio de 1974, p. 14.

relaxamento do aparelho repressivo e militar proporcionou um crescimento da criminalidade, do banditismo e da insegurança. Paralelamente, a sociedade angolana foi surpreendida por greves e manifestações dos mais variados setores, gerando uma tensão social até então desconhecida de muitos angolanos. Esta situação provocou profundas preocupações junto da população branca, inclusivamente nas Terras Altas da Huíla. Face a isto, o Presidente da República apelava à paz, afirmando que sem paz seria impossível desenvolver Angola⁴¹³.

Por sua vez, alguns colonos interpelaram publicamente as autoridades portuguesas sobre a evolução da situação política e social de Angola. No dia 30 de maio de 1974, o *Jornal da Huíla* publicou uma carta endereçada ao General Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional. Nessa carta, o autor – também ele um militar – questionou Galvão de Melo sobre a “ascensão da liberdade” na metrópole e nas colónias, interrogando-se sobre as consequências do golpe de Estado:

“será isto liberdade? Libertam-se terroristas sem pátria, fomenta-se a caça ao homem, ocorre o saque a casas, são feitas transcrições nos jornais que estão ao alcance de qualquer criança, os jornais estrangeiros já troçam e nos apontam “a democracia carnavalesca”⁴¹⁴.

Podemos retirar duas ilações desta publicação. Por um lado, a ausência de um consenso sobre o processo revolucionário e própria descolonização, por outro lado, as alterações em curso na sociedade colonial condicionavam a ordem pública e o quotidiano da população, gerando receios e perplexidades.

No sul de Angola, as associações económicas e a imprensa exprimiam preocupações do foro económico. A Associação Comercial da Huíla solicitava o aumento do preço do quilo do trigo⁴¹⁵. O Grémio das Indústrias de Pesca de Moçâmedes alertou o Ministro de Coordenação Interterritorial para a necessidade de apoiar a indústria ligada às pescas. Esta associação solicitava a suspensão de pagamento de taxas da indústria porque estas acarretavam uma carga fiscal demasiado pesada para um setor dependente da fortuna do mar, bem como a redução do imposto industrial de 23% para 18%⁴¹⁶.

⁴¹³ *Jornal da Huíla*, n.º 1030, Quinta-feira, 30 de maio de 1974, p. 1.

⁴¹⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 1030, Quinta-feira, 30 de maio de 1974, p. 1.

⁴¹⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 1031, Quinta-feira, 6 de junho de 1974, p. 1.

⁴¹⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 1031, Quinta-feira, 6 de junho de 1974, pp. 1-9.

Simultaneamente, a imprensa local criticava o aumento do preço da água e dos transportes coletivos, o mau funcionamento dos C.T.T e as dificuldades nas comunicações telefónicas entre Luanda e Sá da Bandeira⁴¹⁷. Denunciava-se os entraves ao desenvolvimento da região e a continuação de assimetrias que condicionavam o povoamento e a vida dos colonos. De referir que o *Jornal da Huíla* ocupava o seu espaço de redação maioritariamente com as reivindicações das associações, grémios e indivíduos descontentes com a situação económica, social e política de Angola. Além disso, difundia textos de escritores e colaboradores, na sua maioria naturais ou residentes nas Terras Altas da Huíla, críticos da forma como estava a decorrer o processo de descolonização⁴¹⁸, particularmente, o facto de os angolanos não estarem a ser consultados pelas autoridades portuguesas. Surge, a título de exemplo, Araújo Rodrigues, um redator do *Jornal da Huíla*, que denunciou a falta de informação que circulava no território sobre o futuro de Angola, bem como a falta de comunicação entre os governantes e os angolanos, temendo uma “independência prematura”, sem auscultação de “toda a população angolana”⁴¹⁹.

Na realidade, predominavam, entre a minoria branca, grandes receios quanto ao futuro do país. Isto porque as duas maiores guerrilhas – MPLA e FNLA – tinham continuado a luta contra os portugueses mesmo depois do 25 de abril de 1974, exigindo a independência imediata e a transferência de poderes diretamente para as suas mãos. Somente a UNITA aceitou assinar tréguas com Portugal. Inclusivamente, temia-se que o processo de descolonização fosse decidido em Lisboa, sem a participação da sociedade civil angolana.

A este respeito, o General Spínola procurou tranquilizar os colonos mais apreensivos. No dia 11 de junho de 1974, no decorrer do discurso de tomada de posse do novo Governador-Geral de Angola, Silvério Silvino Marques, Spínola prometeu que a descolonização seria realizada sem pressa porque a autodeterminação e a construção de uma sociedade soberana deveriam ter em conta o modo de vida de todos os angolanos⁴²⁰. Neste sentido, os angolanos com ascendência europeia podiam ficar serenos, visto que eram cidadãos como os restantes angolanos e não seriam

⁴¹⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1034, Quinta-feira, 27 de junho de 1974, p. 1.

⁴¹⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 1030, Quinta-feira, 30 de maio de 1974, p. 8.

⁴¹⁹ *Jornal da Huíla*, n.º 1031, Quinta-feira, 6 de junho de 1974, p. 6.

⁴²⁰ Autodeterminação e democracia / discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, no dia 11 de Junho. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 12.

abandonados “na cobarde procura da fácil e na demagógica busca da popularidade...”⁴²¹.

No entanto, uma significativa parcela da população branca temia a sua ostracização do processo de descolonização. E, de facto, a população angolana nunca chegou a ser consultada sobre a matéria, tendo o processo sido decidido pelas autoridades portuguesas. Na imprensa, alguns colonos reagiam a esta possibilidade, que mais tarde se veio efetivamente a concretizar:

“Se nos foi legítimo sacudir quem nos dirigia sem nos consultar, não parece que possa ser legítimo, nem moral, nem coerente, a oponente despreocupação com que por vezes se é tentado a aceitar de outros a mesma equívoca representatividade”⁴²².

O seguinte excerto seguinte permite-nos compreender melhor a posição dos colonos:

“...a preconizada entrega, sem condições, dos territórios portugueses ultramarinos às minorias combatentes, sob a invocação de que a autodeterminação conquistada através de um amplo plebiscito – mesmo que fiscalizado pela ONU – é apenas “uma farsa”, de aparência democrática que não corresponde à vontade do povo...No plano económico...desvalorização alarmante da moeda (especialmente em Angola), agravamento da inflação e enfraquecimento consequente de todas as estruturas...A adesão que o povo lhe manifestou, de pronto e entusiasticamente, resultou da imediata concessão da liberdade de expressão e pensamento da adoção de um linha política económica orientada para um aumento progressivo do bem-estar social e do reconhecimento de que a definição da política ultramarina competente à Nação deve ser discutida e decidida pela Assembleia Nacional Constituinte”⁴²³.

No mês de julho de 1974 assistiu-se a uma aceleração do processo de descolonização, consequente da derrota da tese federalista defendida por Spínola e, simultaneamente, da vitória da perspectiva favorável à independência imediata das colónias. No dia 18 de julho de 1974, tomou posse o II Governo Provisório. O MFA adquiriu terreno político, sendo disso sinal evidente a nomeação de Vasco Gonçalves para o lugar de Primeiro-Ministro e a integração no executivo do Major Melo Antunes.

⁴²¹ Autodeterminação e democracia / discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, no dia 11 de Junho. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 13.

⁴²² *Jornal da Huíla*, n.º 1032, Sexta-feira, 14 de junho de 1974, p. 4.

⁴²³ *Jornal da Huíla*, n.º 1035, Quinta-feira, 4 de julho de 1974, pp. 1-9.

Melo Antunes colocou em prática a visão do MFA relativa à descolonização de Angola, assumindo responsabilidades na negociação com os movimentos guerrilheiros⁴²⁴. Por sua vez, o Governador-Geral de Angola, Silvino Silvério Marques, foi exonerado das suas funções ao fim de um mês de governação, sendo substituído por uma Junta de Governo liderada por Rosa Coutinho, um militar de esquerda e “simpatizante” do MPLA.

No dia 27 de julho de 1974, a JSN aprovou a lei constitucional n.º 7/74, que abriu as portas à rápida descolonização dos territórios ultramarinos, reconhecendo-lhes o direito à autodeterminação e independência. Spínola, na qualidade de Presidente da República, proferiu então um discurso em que assumia um compromisso para com a lei n.º 7/74, formalizando, na íntegra, o início do processo de descolonização segundo os ideais do MFA. Portanto, Spínola renunciava formalmente ao seu projeto federalista⁴²⁵. Sobre esta evolução da posição de Spínola, Silva Tavares explica que o Presidente da República:

“não era um político nem tinha a mínima experiência de governo, pois não fora além de administrar um pequeno território, como o da Guiné, em que tudo lhe trará parecido possível, e até fácil. Assim, sem ver a realidade, permitiu que a sua bem conhecida personalidade de patriota servisse para camuflar e encobrir tudo o que o programa do MFA tinha de ambíguo...”⁴²⁶.

Esta alteração da posição de Spínola não foi bem aceite por grande parte dos colonos brancos em Angola, avolumando os receios de uma exclusão política da população branca. Na imprensa do sul de Angola surgiu um conjunto de artigos reivindicando a participação dos brancos no processo de independência:

“Nós fazemos parte do Povo de Angola...e o Povo de Angola não são apenas os grupos armados que armaram uma bandeira de revolta...a etnia branca representa o primeiro e válido argumento de aglutinação da unidade geográfica e política de Angola...todos devem colaborar. Todos têm de colaborar...e nós, brancos, temos um papel a desempenhar, uma palavra a dizer, muitas questões por decidir... façamos, pois, saber aos grupos emancipalistas que têm de contar connosco e que só alinhámos numa solução multirracial e honesta...o passo que nós, brancos, temos de dar é igual, perfeitamente igual, ao passo que terá de dar um bacongo ou um cuanhama ou um umbundo para se declarar angolano”⁴²⁷.

⁴²⁴ CORREIA, Pezarat – *Ob. Cit.*, 1991, p. 65.

⁴²⁵ CORREIA, Pezarat – *Ob. Cit.*, 1991, p. 66.

⁴²⁶ TAVARES, Álvaro da Silva – *Ob. Cit.*, 2009, p. 47.

⁴²⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1041, Quinta-feira, 15 de agosto de 1974, p. 1.

Neste contexto político devemos entender a proliferação de grupos e partidos políticos que procuravam representar os setores da população angolana, distanciados dos movimentos guerrilheiros. Maioritariamente, estas organizações reclamavam-se democráticas e contrárias ao revolucionarismo dos movimentos guerrilheiros. Entre esses partidos destacaram-se o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA) e Movimento Popular de Unidade Angolana (MOPUA).

O PCDA reclamava-se defensor dos valores do cristianismo e defendia uma descolonização “consensual”, tendo contado com o apoio das associações económicas e do General Spínola. Sediado em Luanda, o PCDA procurou mobilizar os estratos economicamente mais desfavorecidos da população branca, defendendo a aplicação de medidas para resolver as assimetrias económicas do território. Liderado por António Ferronha, um professor, o PCDA procurou integrar pequenos grupos de nacionalistas africanos com o objetivo de constituir uma “terceira força”, capaz de contrabalançar o peso das guerrilhas⁴²⁸. No entanto, após a resignação do General Spínola, em 30 de setembro de 1974 e na sequência do fracasso da “manifestação da maioria silenciosa”, ocorrida no dia 28 de setembro, o PCDA foi duramente reprimido por ordem de Rosa Coutinho. Alguns dos seus dirigentes foram presos e outros tiveram de fugir para o exílio sob a acusação de que estariam a preparar um golpe na colónia, em conluio com outra organização dita extremista, a Frente de Resistência Angola (FRA). Como tal, o PCDA acabou por desaparecer em outubro de 1974⁴²⁹.

O Movimento Popular de Unidade Angolana teve uma significativa implantação no distrito do Huambo. A sua criação foi suportada por segmentos da burguesia colonial, branca e mestiça, mas também por alguns negros da classe média. O MOPUA defendia a independência de Angola com a participação de todas as forças políticas e estratos da população. No mês de julho de 1974, o MOPUA procurou absorver pequenos partidos formados por negros, nomeadamente o UNA, liderado por Angelino Alberto. Para o efeito, ocorreu um encontro entre ambos os partidos com o intuito de criar uma frente política conjunta⁴³⁰. Todavia, a existência do MOPUA foi efémera. O movimento foi rotulado de radical pelas autoridades coloniais e desapareceu após a resignação de Spínola⁴³¹.

⁴²⁸ HEIMER, Franz-Wilhelm – O processo de descolonização em Angola, 1974-1976, ensaio de sociologia política. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 65.

⁴²⁹ HEIMER, Franz-Wilhelm – *Ob. Cit.*, 1980, p. 51.

⁴³⁰ *Jornal da Huíla*, n.º 1035, Quinta-feira, 4 de julho de 1974, p. 2.

⁴³¹ HEIMER, Franz-Wilhelm – *Ob. Cit.*, 1980, p. 51.

Importa referir a existência de outras organizações políticas, como por exemplo o PUNA. O PUNA foi criado por um grupo de naturais de Angola, residentes em Lisboa, e pretendia conciliar todos os movimentos nacionalistas angolanos com o intuito de combater o racismo e o tribalismo. No seu entender, deveria existir um movimento de unidade angolana que representasse o povo, independentemente das raças, etnias e condições sociais. No que concerne à descolonização, o PUNA defendia que o povo angolano deveria escolher livremente, através do sufrágio, o seu futuro⁴³².

Em Sá da Bandeira surgiu a Frente Democrática da Huíla (FDH) que reuniu antigos opositores e nacionalistas brancos progressistas, alguns ligados, anteriormente, à FUA. Fundada precocemente em finais de abril de 1974, a Frente Democrática da Huíla realizou o seu primeiro comício em Sá da Bandeira em meados de maio. Nesse comício participaram Leonel Cosme, Francisco de Oliveira Pimpão, Maria Angélica, Adelino Cardos e Luiz Toquelim⁴³³. A FDH defendia uma solução democrática para o futuro de Angola, considerando que o povo angolano deveria ter a hipótese de conhecer e de comunicar com todos os movimentos nacionalistas, evitando escolhas políticas precipitadas. No dia 21 de maio de 1974, a Frente Democrática da Huíla publicou um comunicado afirmando o seguinte:

“...de nada servirá proclamar desejos que não correspondem aos poderes autênticos, pois nem têm na base uma aspiração comum, que nem sequer é um receio comum...é em virtude disso que a FDH, atenta ao evoluir da situação, considera que ainda não é chegado o momento das grandes – que não democráticas – decisões.”⁴³⁴

No entanto, a presença da Frente Democrática da Huíla foi momentânea. No dia 29 de julho de 1974, a FDH notificou a população de Sá da Bandeira da sua dissolução. Todavia, apelou à organização de um partido dotado de um programa com ação democrática e defensor do pluripartidarismo nas Terras Altas da Huíla⁴³⁵. Esse partido será a FUA.

⁴³² *Jornal da Huíla*, n.º 1031, Quinta-feira, 6 de junho de 1974, p. 6.

⁴³³ *Jornal da Huíla*, n.º 1028, Quinta-feira, 16 de maio de 1974, p. 16.

⁴³⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 1029, Quinta-feira, 23 de maio de 1974, p. 10.

⁴³⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 1039, Quarta-feira, 1 de agosto de 1974, p. 8.

5.2. A reativação da FUA e o seu papel na descolonização de Angola

A Frente de Unidade Angola foi reativada por Fernando Falcão em meados de 1974, tornando-se rapidamente no mais importante movimento político representativo da população branca, ainda que também tivesse tido a adesão de alguns mestiços e negros europeizados. A sua reconstituição teve um grande impacto no sul de Angola, tendo mobilizado pessoas de todos os estratos sociais, urbanos e rurais, ainda que na sua maioria brancos⁴³⁶.

A Frente de Unidade Angolana procurou fomentar a participação de todos os angolanos e de todas as correntes de opinião no processo de independência, evitando a exclusão de qualquer setor da população. De acordo com o programa da FUA, a descolonização deveria ser conduzida, inicialmente, por um governo provisório de coligação que incluísse todas as forças políticas, incluindo o MPA, a FNLA e a UNITA. Posteriormente deveria ser promulgada uma lei eleitoral, que permitisse a eleição de uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia seria a responsável pela elaboração da Constituição Política de Angola. Posteriormente, proceder-se-ia a eleição do Chefe de Estado, através de um escrutínio direto e universal, conduzindo à transmissão de poderes para o Estado Independente⁴³⁷.

Naturalmente, a FUA defendia a participação da minoria branca em todo este processo, com os mesmos direitos e os mesmos deveres da maioria negra. Este movimento, obteve, numa fase inicial, uma ampla adesão popular, sobretudo nos distritos do centro-sul de Angola. Na Huíla contou com o apoio de Venâncio Guimarães Sobrinho. Posteriormente, Fernando Falcão conseguiu ser nomeado Secretário de Estado Adjunto do Governo de Angola, em setembro de 1974⁴³⁸.

Todavia, as suas metas políticas não se concretizaram e a FUA acabou por ser igualmente excluída do processo de independência de Angola. Após a resignação de Spínola, Rosa Coutinho, presidente da Junta de Governo e, posteriormente, Alto-Comissário de Angola, anunciou a realização de uma cimeira entre representantes portugueses e dos três movimentos guerrilheiros com o intuito de definir os moldes da independência. Essa cimeira veio efetivamente a acontecer no mês de janeiro de 1975, no Alvor, onde foi assinado o acordo de independência de Angola. A posição das autoridades portuguesas foi vivamente criticada pela FUA, que acusou Rosa Coutinho

⁴³⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 1043, Quinta-feira, 29 de agosto de 1974, p. 1.

⁴³⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 116.

⁴³⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 1045, Quinta-feira, 12 de setembro de 1974, p. 1.

de negar as promessas feitas pela Junta de Salvação Nacional, nomeadamente as garantias de representação da minoria branca no processo de independência, e de menosprezar os valores democráticos da revolução de abril⁴³⁹.

Atualmente, sabemos que Rosa Coutinho defendia intrinsecamente a entrega do poder aos movimentos nacionalistas africanos, particularmente ao MPLA. No dia 22 de dezembro de 1974, Rosa Coutinho enviou um telegrama a Agostinho Neto na qual considerava a implantação do MPLA no interior de Angola vital para combater os desejos expansionistas do Zaire de Mobutu, aliado da FNLA⁴⁴⁰. Daí que procurasse privilegiar o MPLA ao longo da sua governação de Angola.

Em contrapartida, as guerrilhas estavam empenhadas em suprimir eventuais rivais do processo político, incluindo a FUA. Durante o congresso do MPLA, realizado no mês de agosto de 1974, foi elaborado um esquema relativo à situação política e militar do país. Nesse documento concluiu-se a presença de dez movimentos políticos em Angola considerados como “forças internas do colonialismo”. Esses movimentos eram, para além da Frente de Unidade Angolana, o PRPA, a UNA, a APA, o MDIA, o MOPUA, o PT, o PCDA, a FUNA e a UNITA⁴⁴¹. Segundo o relatório do MPLA, esses movimentos eram inimigos que deveriam ser combatidos, pois tinham como objetivo implementar o neocolonialismo através de um governo local, procedendo ao desarmamento dos movimentos de libertação e à desmobilização das “tropas angolanas”⁴⁴². O MPLA tecia também duras críticas à estratégia política de Spínola. Para o MPLA, o federalismo e a tentativa de impor em Angola, num primeiro momento, uma forma de autonomia progressiva, visava “nitidamente conduzir o país ao neocolonialismo”⁴⁴³. Portanto, para o MPLA a única solução era a transferência direta e imediata de poderes para as suas mãos, em detrimento das forças políticas não armadas, FUA incluída⁴⁴⁴.

Neste sentido, as autoridades portuguesas e os movimentos guerrilheiros concordaram num modelo de independência negociado à margem de outros partidos

⁴³⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – “Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)”, *Revista Portuguesa de História*, volume 48, abril de 2017, pp. 99-124, p. 120.

⁴⁴⁰ REIS, João dos – *Malandros, a evacuação aérea dos portugueses de Angola*. Queluz: Literal, 1978, p. 27.

⁴⁴¹ MPLA - 1º. Congresso - Esquema da análise da situação nacional, p. 3.

⁴⁴² MPLA - 1º. Congresso - Esquema da análise da situação nacional, p. 4.

⁴⁴³ REIS, João dos – *Ob. Cit.*, 1978, p. 23.

⁴⁴⁴ Refira-se que chegou a haver conversações entre a FUA e o MPLA. Porém, Agostinho Neto, líder do MPLA, pretendia absorver a FUA, hipótese que não foi aceite por Fernando Falcão. Entrevista concedida ao *Jornal Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

políticos e da própria sociedade civil. No dia 15 de janeiro de 1975, através da assinatura do acordo do Alvor, o Estado Português reconheceu o direito à independência de Angola, marcada para 11 de novembro de 1975, e considerou os três movimentos guerrilheiros – FNLA, MPLA e UNITA – como os únicos legítimos representantes do povo angolano. Todos os outros grupos políticos deveriam dissolver-se ou entrar num dos três movimentos. O acordo de independência estabeleceu ainda a formação de um governo de transição, formado por representantes dos três movimentos e de Portugal, que deveria entrar em função em 30 de janeiro de 1975. Muito embora tenha sido formalmente empossado, este governo nunca chegou verdadeiramente a funcionar. Por sua vez, Portugal nomearia um Alto-Comissário com o objetivo de superintender o processo de transição e de comandar a tropa portuguesa enquanto esta permanecesse no território⁴⁴⁵.

O Acordo do Alvor agudizou as relações entre a administração portuguesa e os colonos brancos, que se sentiram traídos e abandonados pelo Estado Português. Acresceu, de igual modo, a retirada gradual da tropa portuguesa que, progressivamente, agravou as condições de segurança da população, sobretudo a partir do momento em que a guerra civil eclodiu entre os três movimentos guerrilheiros, mais concretamente, no mês de março de 1975. De facto, nenhum dos três movimentos pretendia partilhar o poder, pelo que a luta pelo monopólio do poder rebentou poucas semanas depois do acordo de independência. A este respeito, antes da assinatura do acordo, a FUA alertou as autoridades portuguesas para facto dos movimentos guerrilheiros continuarem a recrutar soldados para as suas fileiras com o intuito de se prepararem para a guerra, demonstrando, portanto, a sua preocupação face a um possível conflito entre os três movimentos nacionalistas africanos⁴⁴⁶.

Após o Alvor, a FUA publicou um comunicado a exprimir o seu descontentamento perante a situação política e militar vigente em Angola. Esta organização pretendeu vincar a displicência do Estado Português ao rejeitar a sua participação no processo da independência e, ao mesmo tempo, denunciou a “atitude reacionária, negativa ou obstrutiva” dos chamados movimentos de libertação no processo de descolonização⁴⁴⁷. Em contrapartida, a FUA não assumia responsabilidades na situação criada pelo acordo de independência:

⁴⁴⁵ *Jornal da Huíla*, n.º 1061, Quinta-feira, 16 de janeiro de 1975, p. 1

⁴⁴⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 120.

⁴⁴⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1063, Quinta-feira, 30 de janeiro de 1975, p. 8.

“dos actos estranhos não somos nós responsáveis e não iremos impor o que não desejámos que nos impusesse. Quem tem a força e o poder decidirá e bom seria que democraticamente decidisse”⁴⁴⁸.

Neste contexto, a FUA não teve outra alternativa que não se dissolver, decidindo não apoiar nenhum dos três movimentos. Contudo, no seu último comunicado enquanto Presidente da FUA, Fernando Falcão apelou à permanência da população branca no território angolano. Muito embora tivessem sido excluídos do processo de independência, os brancos angolanos não deveriam abandonar a sua terra:

“É preciso não ter medo/não ter medo de dizer bem alto: esta é a minha terra. Cá nasci ou para cá vim, a ela dei o melhor do meu esforço, do meu trabalho, da minha vida. Por isso fico. Sou orgulhosamente angolano.”⁴⁴⁹

De facto, apesar de todas as adversidades provocadas pela guerra, Fernando Falcão permaneceu em Angola após a independência, exercendo funções de administração no caminho-de-ferro de Benguela, no entanto afastado, definitivamente, da vida política.

5.3. A guerra civil e o domínio da UNITA nas Terras Altas da Huíla

Tal como já referimos, a guerra civil seguiu-se à assinatura do acordo de Alvor, tendo os confrontos começado em março de 1975. O Alto-Comissário, General Silva Cardoso, ordenou o fim dos confrontos entre os três movimentos. Contudo, não dispôs do seu dispositivo militar para travar o mesmo⁴⁵⁰. De facto, Portugal optou por uma posição de neutralidade durante o conflito, procedendo à retirada gradual das suas forças militares e respondendo apenas em caso de ataque. Esta postura fragilizou a posição dos brancos angolanos que não possuíam meios bélicos para se defenderem de eventuais agressões.

O sul de Angola suportou até ao final da década de 1980 o conflito armado entre o MPLA e a UNITA. No decorrer do litígio, as Terras Altas da Huíla assistiram a diversos avanços e recuos dos movimentos, tornando-se uma região instável e

⁴⁴⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 1063, Quinta-feira, 30 de janeiro de 1975, p. 8.

⁴⁴⁹ Entrevista concedida ao *Jornal Público*, 10 de junho de 2011 – “Fernando Falcão um branco fora dos eixos”.

⁴⁵⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 121.

economicamente enfraquecida devido à destruição das estruturas comerciais e industriais. As edições do *Jornal da Huíla* entre janeiro e setembro de 1975 evidenciam precisamente esse facto. O confronto bélico entre os movimentos devastou económica e socialmente o território. A violência da guerra, o aumento exponencial da insegurança, a degradação das estruturas comerciais e industriais, a paralisia dos serviços públicos e a instrumentalização dos meios de comunicação conduziram ao êxodo da minoria branca, receosa quanto à sua vida e negócios em Angola. D. Eurico Dias Nogueira, bispo de Sá da Bandeira, descreve a insegurança da região, fruto do banditismo e de atos de violência de toda a ordem, bem como o caos económico presente naquela época no sul de Angola⁴⁵¹.

Porém, no decorrer dos primeiros meses após assinatura do acordo de independência o confronto foi meramente político. Em janeiro de 1975, os três movimentos procederam à abertura de delegações na Huíla. A FNLA instalou-se em Sá da Bandeira⁴⁵² e na Chibia⁴⁵³. O MPLA abriu uma delegação em Sá da Bandeira no final de janeiro⁴⁵⁴. Contudo, a UNITA conseguiu rapidamente impor-se como a força política hegemónica nas Terras Altas da Huíla, obtendo o apoio de parte substancial da população branca graças às promessas de paz e de moderação política de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Entenda-se que, o *Jornal da Huíla*, principal órgão difusor da região, passou a ter um cunho político, divulgando os ideais e as sessões de propaganda da UNITA. A informação e os dados que explanamos de seguida, relativos às sessões e à orientação política dos *Kwachas*⁴⁵⁵ no distrito da Huíla, evidenciam esse facto.

No mês de janeiro de 1975, a UNITA realizou um comício em Sá da Bandeira que contou com a presença de brancos, de mestiços e de negros. Durante a sessão referiram-se as várias assimetrias que afetavam a vida económica e social do distrito, prometendo-se a sua superação pela boa governação da UNITA⁴⁵⁶. Portanto, a UNITA tentava albergar as reivindicações de todas as raças e concentrava os seus esforços na resolução de problemas sociais e económicos existentes nas Terras Altas da Huíla. Por um lado, procurava o apoio da elite branca, nomeadamente os proprietários, fazendeiros e comerciantes. Simultaneamente, difundia um ideal de paz e de harmonia racial, de forma a obter o apoio de todos os segmentos demográficos angolanos. Jonas Malheiro

⁴⁵¹ REIS, João dos – *Ob. Cit.*, 1978, p. 9.

⁴⁵² *Jornal da Huíla*, n.º 1062, Quinta-feira, 23 de janeiro de 1975, p. 1.

⁴⁵³ *Jornal da Huíla*, n.º 1063, Quinta-feira, 30 de janeiro de 1975, p. 8.

⁴⁵⁴ *Jornal da Huíla*, n.º 1063, Quinta-feira, 30 de janeiro de 1975, p. 1.

⁴⁵⁵ Durante a guerra civil a UNITA designava os seus elementos e apoiantes de *Kwachas*.

⁴⁵⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 1063, Quinta-feira, 30 de janeiro de 1975, p. 1.

Savimbi afirmava que o combate deveria ser feito em prol da paz e prosperidade de Angola, descartando conflitos raciais e étnicos⁴⁵⁷.

Neste sentido, quando o êxodo dos brancos se tornou palpável, na sequência dos primeiros confrontos militares entre os três movimentos, Jonas Savimbi lamentou a saída da minoria branca, apelando a sua permanência em Angola. Na sua visão, os brancos, sobretudo os naturais de Angola, deveriam suportar a conjuntura – ainda que adversa –, ao invés de abandonarem o território, pois isso prejudicava o funcionamento da economia e da sociedade angolana⁴⁵⁸. Aliás, num comício realizado em julho de 1975, Savimbi afirmava que:

“...se os brancos ficarem, se eles sofrerem as vicissitudes do crescimento da independência, então o povo compreenderá realmente que o colonialista foi Salazar e o Caetano e se foram embora. Os outros são homens como nós. Mas isto só se eles ficarem. Só se eles sofrerem connosco...será por isso que estamos de acordo que as pessoas se precipitam em fugir de avião...”⁴⁵⁹.

Savimbi não era o único dirigente nacionalista africano a considerar prejudicial o êxodo da minoria branca. Daniel Chipenda, antigo dirigente do MPLA, mas em rutura com a direção presidida por Agostinho Neto, também se mostrou preocupado com a saída dos brancos, afirmando:

“...Angola não pode ser feita com analfabetos...todos aqueles que estão em Angola devem ficar. Aqueles que se vão embora ou fogem é porque não estimam este país e assim criam-se problemas ao governo de transição...”⁴⁶⁰.

Por outro lado, face à moderação revelada por Jonas Savimbi, Venâncio Guimarães Sobrinho procurou uma aproximação política à UNITA. Consequentemente, não só o *Jornal da Huíla* privilegiava a propaganda da UNITA, como o próprio Venâncio Guimarães Sobrinho marcou presença no comício realizado em Sá da Bandeira, em julho de 1975. O empresário participou também num debate entre a Associação Comercial da Huíla e Jonas Savimbi, onde foram estudadas soluções para os problemas que afetavam o setor agrícola e pecuário⁴⁶¹. De facto, surgiram planos de

⁴⁵⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1075, Quinta-feira, 3 de julho de 1975, p. 1.

⁴⁵⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 1075, Quinta-feira, 3 de julho de 1975, p. 5.

⁴⁵⁹ *Província de Angola*, n.º 16089, Terça-feira, 8 de julho de 1975, p. 2.

⁴⁶⁰ *Província de Angola*, n.º 16063, Sábado, 7 de julho de 1975, p. 2.

⁴⁶¹ *Jornal da Huíla*, n.º 1085, Quinta-feira, 10 de julho de 1975, p. 5.

desenvolvimento do sul de Angola patrocinados politicamente pela UNITA, nomeadamente o fomento de uma maior interdependência comercial e financeira entre os distritos da Huíla, do Cunene e de Moçâmedes, que deveria ser concretizada pela ação de um grupo de empresários do sul de Angola. Afirmava-se que uma mais estreita colaboração entre empresários e proprietários da região não só desenvolveria o sul de Angola, assim como combateria a crise que então afetava diferentes setores da atividade económica⁴⁶².

Neste contexto, a UNITA conseguiu de facto alargar a sua influência às Terras Altas da Huíla. A política antirracista e de aliciamento dos colonos brancos prosseguida por Savimbi favoreceram a criação de um ambiente amistoso entre a minoria branca e a UNITA. Aliás, a UNITA afirmava que os brancos não deveriam ser postos de parte no processo de independência porque eram fundamentais para reconstrução das estruturas económicas, sociais e administrativas do país.

No entanto, no final de agosto de 1975, a UNITA foi obrigada a retirar as suas forças militares – as FALA – do distrito da Huíla, depois de ter sido derrotada pelo exército do MPLA – as FAPLA –, no dia 24 de agosto de 1975. Posteriormente, o MPLA assumiu o controlo da cidade de Sá da Bandeira⁴⁶³. A partir de setembro de 1975, o MPLA procurou mobilizar a população através da criação de delegações políticas, de comissões de bairro e de trabalhadores⁴⁶⁴. Simultaneamente, procurou controlar os meios de comunicação social da região, nomeadamente o *Jornal da Huíla* e o *Rádio Clube da Huíla*, este último sob a direção de Leston Bandeira⁴⁶⁵. Prontamente, ocorreram conversações entre representantes do MPLA e Venâncio Guimarães Sobrinho, no sentido de obter a colaboração deste empresário, pelo menos no plano editorial. O MPLA propôs a Venâncio Guimarães Sobrinho que o *Jornal da Huíla* mantivesse o seu nome no cabeçalho, na qualidade de diretor e de proprietário do jornal, mas a redação ficaria sob a orientação do Departamento de Informação Política do MPLA, uma solução que Venâncio Guimarães Sobrinho recusou. Face a este cenário, o MPLA retirou o controlo do jornal ao seu legítimo proprietário, sendo que os redatores foram “desligados das suas funções” até que “a situação do país se normalize...”⁴⁶⁶.

⁴⁶² *Jornal da Huíla*, n.º 1074, Quinta-feira, 24 de abril de 1975, p. 1.

⁴⁶³ *Jornal de Angola*, n.º 16128, Domingo, 24 de agosto de 1975, p. 3.

⁴⁶⁴ MARIA, Paula – *Ob. Cit.*, 1977, p. 27.

⁴⁶⁵ MARIA, Paula – *Angola juventude em fuga*. Braga: Braga Editora, 1977, p. 26.

⁴⁶⁶ *Jornal da Huíla*, n.º 1091, Quinta-feira, 11 de setembro de 1975, p. 1.

Deste modo, a partir do dia 11 de setembro de 1975, o *Jornal da Huíla* deixou de publicar a propaganda da UNITA e passou ao serviço do MPLA, transformando-se:

“...em mais uma trincheira revolucionária contra as forças imperialistas e neocolonialistas que tentaram impedir a evolução social e política do nosso país e a instauração de uma verdadeira democracia servindo efusivamente o camarada Agostinho Neto, presidente do nosso glorioso MPLA e guia do nosso povo nesta luta de libertação nacional”⁴⁶⁷.

No entanto, esta transformação condenou irremediavelmente o jornal. Foram somente publicados mais dois números, tendo sido o último datado a 25 de setembro de 1975. Esta última edição do *Jornal da Huíla* publicou um questionário denominado “10 quesitos para Judas Savimbi”, um esquema relativo aos supostos equívocos e ambiguidades da UNITA, concluindo que Savimbi não poderia ser uma pessoa de confiança do povo angolano⁴⁶⁸.

No entanto, a guerra civil seguiu o seu curso. A UNITA, depois de ter sido derrotada pelo MPLA, refugiou-se na região fronteiriça com a Namíbia, no Cuando-Cubango. Porém, com o apoio de tropas sul-africanas, conseguiu retomar a ofensiva e recuperar o território perdido. De facto, uma semana após o MPLA ter declarado que tinha erradicado a FNLA e a UNITA do distrito da Huíla, o *Jornal de Angola* publicou uma notícia relativa à invasão das forças sul-africanas no sul de Angola. Hoilanda, comandante das FAPLA, relatou que as *South African Defense Forces* (SADF) tinham atacado as forças do MPLA e destruído casas comerciais, fazendas e outras infraestruturas⁴⁶⁹.

A guerra civil angolana tornava-se assim num conflito internacional, envolvendo as potências regionais, no quadro da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. No norte de Angola, o MPLA resistiu às investidas da FNLA, aliada do Zaire, com o apoio de milhares de soldados cubanos e de material logístico e militar soviético. A FNLA acabaria por ser destroçada pelas forças cubanas em finais de 1975, retirando-se para lá da fronteira zairense. No sul de Angola sucedeu-se precisamente o contrário. O MPLA foi derrotado pelas forças conjuntas da UNITA e da *South African Defense Forces*⁴⁷⁰. A invasão sul-africana justificava-se pela necessidade de manter a

⁴⁶⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1091, Quinta-feira, 11 de setembro de 1975, p. 1.

⁴⁶⁸ *Jornal da Huíla*, n.º 1093, Quinta-feira, 25 de setembro de 1975, p. 9.

⁴⁶⁹ *Jornal de Angola*, n.º 161233, Domingo, 31 de agosto de 1975, p. 3.

⁴⁷⁰ GUERRA, João Paulo – Savimbi, vida e morte. Lisboa: Bertrand, 2002, p. 100.

estabilidade política na África Austral, nomeadamente a sobrevivência dos regimes de supremacia branca no sul do continente. O MPLA, pelo seu revolucionarismo e alinhamento com o bloco comunista, constituía, portanto, um perigo para a estratégia regional da África do Sul⁴⁷¹.

A intervenção das SADF no território angolano teve início em agosto de 1975 a partir da fronteira com a Namíbia. Nos meses seguintes, os sul-africanos colocaram em prática a *Operação Savannah*, uma ação militar composta pelas colunas *Foxbat*, *X-Ray* e *Zulu*. Sucessivamente, estas colunas ocuparam as localidades de Ondjiva, Forte Roçadas, Chibia, Sá da Bandeira e Moçâmedes, instalando em cada uma delas delegações da UNITA⁴⁷². No início de novembro de 1975, as SADF conquistaram as cidades de Benguela, Lobito e Nova Lisboa, permitindo a recomposição da área de influência da UNITA no centro-sul de Angola⁴⁷³. Neste contexto, ocorreu uma divisão no território angolano. Por um lado, Luanda e o norte ocupado pelo MPLA, por outro lado, o centro-sul controlado pela UNITA.

No dia 11 de novembro de 1975, após a saída do último Alto-comissário português, o MPLA proclamou a República Popular de Angola em Luanda, ao passo que a UNITA, aliada à FNLA e sob a égide da SADF, proclamou a República Democrática de Angola no Huambo⁴⁷⁴. O domínio sul-africano nas Terras Altas da Huíla prolongou-se de finais de setembro de 1975 até fevereiro de 1976, momento em que as tropas da SADF retiraram para a fronteira meridional, juntamente com os seus aliados da UNITA. No entanto, a pressão militar sul-africana manteve-se na região até 1981, sendo particularmente evidenciada no bombardeamento à cidade de Lubango, ocorrido no ano de 1979⁴⁷⁵.

Face a este panorama, concluímos que, o sul de Angola tornou-se num dos campos de batalha da guerra civil angolana. Os combates, os assaltos e a violência faziam parte do quotidiano da população. A minoria branca, politicamente fragilizada, foi alvo de vexações e de violentos ataques por parte de grupos armados, conduzindo ao seu abandono da região, sobretudo durante o segundo semestre de 1975, ainda que se tenha prolongado nos anos seguintes⁴⁷⁶.

⁴⁷¹ GUERRA, João Paulo & SEMEDO, Fernando – *Operação África, a conspiração antiafricana em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1984, p. 72.

⁴⁷² GUERRA, João Paulo – *Ob. Cit.*, 2002, p. 102.

⁴⁷³ HEIMER, Franz – Wilhelm – *Ob. Cit.*, 1980, p. 84.

⁴⁷⁴ HEIMER, Franz – Wilhelm – *Ob. Cit.*, 1980, p. 85.

⁴⁷⁵ GUERRA, João Paulo – *Ob. Cit.*, 2002, p. 105.

⁴⁷⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 122.

5.4. O êxodo final da população branca de Angola

No início de 1974, a comunidade branca instalada em Angola era a segunda maior da África Austral, apenas ultrapassada pela da África do Sul. Viviam em Angola cerca de 335.000 brancos, muitos deles nos planaltos central e meridional. Contudo, esta situação alterou-se rapidamente após a revolução de 1974, em virtude do êxodo dessa minoria para Portugal e para outros países, nomeadamente a Rodésia, a África do Sul e o Brasil⁴⁷⁷. De acordo com o XII Recenseamento Geral da População Portuguesa de 1981, residiam em território português cerca de 290.504 pessoas provenientes de Angola, ou seja cerca de 61% do total de deslocados da descolonização portuguesa⁴⁷⁸.

O êxodo da minoria branca verificou-se em todos os distritos angolanos e envolveu todos os setores da sociedade colonial branca. A maioria dos brancos saiu após a eclosão da guerra civil ocorrida no mês de 1975, contudo, regista-se um maior número de deslocações a partir de junho de 1975. A imprensa da época dá-nos algumas informações sobre o assunto. Por exemplo, em maio de 1975, o jornal *A Província de Angola* refere que um grupo de trabalhadores se dirigiu à Câmara Municipal de Benguela a solicitar auxílio para partir para Portugal⁴⁷⁹. Nos dias seguintes, o mesmo jornal afirmava:

“preocupa saber que elementos da etnia branca estão a abandonar Angola. Que a sua confiança no futuro desta terra começou a desvanecer-se. Que o seu amor pela nação agora a renascer parece não resistir a incidentes...não restam dúvidas que muitos os que vão fazer-no na esperança de voltar...o êxodo de técnicos e quadros médios será episódico...”⁴⁸⁰.

Na verdade, muitos colonos foram coagidos a abandonar a sua “pátria” devido à guerra. Contudo, importa mencionar que os episódios de violência racial, mais concretamente os ataques aos bairros ocupados pela sobretudo pela minoria branca, provocou um número significativo de desalojados, ou seja, de pessoas que perderam as suas casas, uma vez que essas foram ocupadas à força por elementos das guerrilhas. Este fenómeno não deve passar despercebido na análise do êxodo porque uma parte considerável da população branca viu-se na condição de desalojada ainda antes de partir para Portugal.

⁴⁷⁷ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 102.

⁴⁷⁸ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 102.

⁴⁷⁹ *Província de Angola*, n.º 16038, Sexta-feira, 9 de maio de 1975, p. 5.

⁴⁸⁰ *Província de Angola*, n.º 16044, Sexta-feira, 16 de maio de 1975, p. 1.

Numa das edições do *O Jornal de Angola* explana-se o facto de inúmeras famílias brancas viverem em condições precárias, abrigando-se em barracas de campanha e deambulando pelos jardins públicos das cidades⁴⁸¹. Por sua vez, o Banco de Angola, situado em Luanda, encontrava-se lotado pelos seus funcionários e familiares fugidos aos confrontos urbanos. A comissão responsável pela evacuação da população para o Banco de Angola emitiu um telegrama para a Lisboa a solicitar apoios em géneros alimentícios e agasalhos, visto que aguardava pela chegada de mais 220 desalojados provenientes de Moçâmedes, Sá da Bandeira e Benguela⁴⁸². Neste sentido, o êxodo para o exterior não foi uma opção propriamente voluntária, mas sim uma decisão ditada pelas circunstâncias de grande precariedade e de violência sentida pela minoria branca.

Inicialmente, os brancos procuraram sair pelos seus próprios meios, solicitando a aquisição de passagens e a obtenção de passaporte para vários países, nomeadamente a Venezuela, o Brasil, os Estados Unidos, a África do Sul e a Alemanha. Significativamente, as passagens aéreas foram adquiridas maioritariamente num regime de ida e volta, sinal de que os colonos queriam regressar a Angola, assim que as condições de segurança o permitissem⁴⁸³. Durante o mês de junho de 1975 foram efetuados 20.800 pedidos de passaportes, sendo que o governo distrital de Luanda recebia em média 300 pedidos por dia para emissão de passaportes⁴⁸⁴. Um número substancial de colonos procurou sair por via marítima. O navio *Infante D. Henrique*, aportado em Luanda, embarcou centenas de pessoas juntamente com os seus carros e pertences⁴⁸⁵. As filas de espera para entrar no porto tinham início às seis horas da manhã e compreendiam um vasto número de colonos brancos. No entanto, durante o processo de embarque alguns dos seus bens eram usurpados por grupos de africanos armados, evidenciando a falta de segurança da área portuária⁴⁸⁶. Ocorreu, de igual modo, uma tentativa de atingir as costas do Mediterrâneo e, posteriormente, a Europa, via percurso terrestre. Em junho de 1975, o *Jornal da Huíla* noticiou a marcha de 2500 viaturas pesadas que transportavam 3500 pessoas e respetivas bagagens, percorrendo a travessia Angola-Tânger⁴⁸⁷.

⁴⁸¹ *Jornal de Angola*, n.º 16086, Sexta-feira, 4 de julho de 1975, p. 3.

⁴⁸² REIS, João dos – *Ob. Cit.*, 1978, p. 122.

⁴⁸³ *Província de Angola*, n.º 16060, Quarta-feira, 4 de junho de 1975, p. 9.

⁴⁸⁴ *Província de Angola*, n.º 16066, Quarta-feira, 11 de junho de 1975, p. 5.

⁴⁸⁵ *Jornal de Angola*, n.º 16111, Domingo, 3 de agosto de 1975, p. 2.

⁴⁸⁶ REIS, João dos – *Ob. Cit.*, 1978, p. 87.

⁴⁸⁷ *Jornal da Huíla*, n.º 1084, Quinta-feira, 3 de junho de 1975, p. 1.

Por outro lado, face à inércia das autoridades portuguesas, aumentou a tensão política e social entre os colonos e os representantes da ainda potência administrante. Os desalojados realizavam protestos e manifestações, criticando a atuação portuguesa e reivindicando ajuda para salvar as suas vidas e os seus bens. Surge, a título de exemplo, uma manifestação de desalojados portugueses no largo do cinema Miramar decorrida no mês de agosto de 1975⁴⁸⁸.

Perante este cenário caótico, as autoridades portuguesas tomaram finalmente a decisão de realizar uma ponte aérea entre Angola-Lisboa com o intuito de retirar a população branca do território. Alguns mestiços e negros também participaram na operação de evacuação. O grosso da ponte aérea foi realizado entre agosto e novembro de 1975 a partir dos aeroportos de Luanda, de Nova Lisboa e de Sá da Bandeira. A operação contou com a participação de companhias aéreas estrangeiras, nomeadamente a Swissair, UTA, Lufthansa, Perfect Tours, Martnair, Balair, SATA, Overseas National Airways, Luftwaffe, World Airlines, Seabord World Airways, Aeroflot, Interflug, RAF e a TIA⁴⁸⁹. Regularmente, os colonos brancos foram escoltados pela tropa portuguesa até aos locais de embarque entre os tiroteios e confrontos dos três movimentos guerrilheiros. De facto, o nível de violência era tão grande que, apesar da presença da tropa portuguesa, os brancos e a restante população civil estavam constantemente em perigo de vida⁴⁹⁰. A evacuação foi particularmente dura na cidade de Nova Lisboa, “rodeada por tragédias e violência”⁴⁹¹.

No sul de Angola, muitos brancos optaram por atravessar a fronteira com a Namíbia, na expectativa que o conflito tivesse uma resolução rápida⁴⁹². Venâncio Guimarães Sobrinho procurou resistir a todas as incursões bélicas dos vários movimentos, retirando-se por fim para a Namíbia, mas com a saúde já bastante debilitada. Outros brancos embarcaram nas traineiras e cargueiros acostados nos portos de Moçâmedes e de Porto Alexandre e atravessaram o Atlântico em direção ao Brasil, à Madeira e aos Açores, isto é, às terras de origem dos seus antepassados. A maioria participou na ponte aérea e optou por embarcar no aeroporto de Mucanca⁴⁹³. Houve episódios claramente dramáticos. No mês de agosto de 1975, o quartel de regimento de infantaria 22 acolheu cerca de 3000 refugiados, a “maior parte deles apenas com a roupa

⁴⁸⁸ *Província de Angola*, n.º 16112, Terça-feira, 5 de agosto de 1975, pp. 1-3.

⁴⁸⁹ REIS, João dos – *Ob. Cit.*, 1978, p. 87.

⁴⁹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 123.

⁴⁹¹ REIS, João dos *Ob. Cit.*, 1978, p. 185.

⁴⁹² PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2017, p. 123.

⁴⁹³ Aeroporto de Sá da Bandeira.

que trazem no corpo”⁴⁹⁴. Chegados à metrópole, os deslocados da descolonização portuguesa foram designados de “retornados”, uma palavra enraizada no campo lexical popular consequente da criação do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN)⁴⁹⁵. Este instituto teve um papel fundamental na recepção e enquadramento dos deslocados, tendo apoiado a integração económica dessa população na metrópole⁴⁹⁶.

Muito embora um número muito limitado de brancos tenha permanecido nas Terras Altas da Huíla, dispersos em pequenas localidades rurais ou na cidade de Sá da Bandeira, a verdade é que o êxodo destruiu as estruturas da sociedade colonial criada pelos portugueses no sul de Angola. Comparativamente às antigas colónias de povoamento europeu em África, por exemplo na Argélia, a independência resultou na implosão dessa sociedade colonial que, embora perfeitamente adaptada e enraizada ao solo africano não foi capaz de resistir às convulsões do processo de descolonização. Um processo caracterizado pela exclusão política da componente branca da população angolana, tal como estabelecido pelos representantes portugueses e das três guerrilhas africanas no acordo de independência.

⁴⁹⁴ *Província de Angola*, n.º 16116, Sábado, 9 de agosto de 1975, p. 1.

⁴⁹⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – Ob. Cit., 2017, p. 102.

⁴⁹⁶ *Jornal de Angola*, n.º 16111, Domingo, 3 de agosto de 1975, p. 2.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação analisámos a evolução do protesto político protagonizado por setores significativos do núcleo colonial branco instalado nas Terras Altas da Huíla, no sul de Angola. A principal questão que se colocou foi a do comportamento político dos colonos brancos face ao centralismo político-económico do Estado colonial português em Angola.

Em termos teóricos, procurámos enquadrar análise desse protesto no quadro mais vasto dos estudos sobre o colonialismo de povoamento europeu em África, uma área ainda não muito desenvolvida no que toca ao caso português, tal como ficou patente no estado arte efetuado no capítulo 1. Assim, explicámos que o colonialismo de povoamento consiste na instalação de um aglomerado populacional num território longínquo, com o objetivo de edificar uma nova sociedade, cujo paradigma permanece a metrópole. Por sua vez, a população autóctone, colonizada, acaba por ser subjugada, quando não eliminada e substituída, pela população colonizadora, que se converte na principal fatora dessa nova sociedade moldada a imagem da mãe-pátria. Em traços largos, foi isto que aconteceu no sul de Angola, ainda que os colonos de origem portuguesa nunca tenham sido em número suficiente para eliminar ou substituir na íntegra a população indígena negra, limitando-se a subjugá-la no quadro da nova ordem colonial. Em todo o caso, a colonização das Terras Altas da Huíla obedeceu a um modelo de colonialismo de povoamento, cujo desenvolvimento conduziu à concentração de um elevado número de colonos brancos empenhados na exploração dos setores agrícola e pecuário ou na criação de um negócio particular na indústria, nos serviços e no comércio.

No entanto, como os colonos brancos nunca obtiveram o controlo do Estado colonial angolano, foram obrigados a conviver com a regência política, administrativa e económica direta da metrópole (Portugal), não beneficiando de um estatuto de autonomia semelhante ao aplicado por outras potências coloniais em territórios de povoamento (por exemplo, a Inglaterra no caso das suas colónias de povoamento do Canadá, Austrália, Nova Zelândia e União Sul-Africana). Esta situação resultou no aparecimento de uma forte tensão política entre os colonos brancos e o governo português, dando origem a um protesto político consequente da subordinação dos interesses económicos e políticos dos colonos aos interesses da burguesia metropolitana. O sul de Angola refletiu precisamente esse cenário, uma vez que a relação entre os

colonos brancos e o Estado Português caracterizou-se por um conflito latente em torno de questões económicas e políticas.

De facto, o protesto político dos colonos brancos tinha raízes profundas, que remontavam à fase final da monarquia. Esse protesto atravessou diferentes regimes, incluindo a 1.^a República e o Estado Novo, tendo por base reivindicações inicialmente do foro económico. O descontentamento dos colonos era motivado pelas imposições económicas da metrópole, particularmente danosas para a agricultura e comércio angolanos, sobretudo no que concernia à venda de algodão, café, sisal e tabaco a preços tabelados ou na compra de têxteis metropolitanos a preços inflacionados. Simultaneamente, acresciam críticas às ineficiências da administração colonial e à falta de infraestruturas básicas para o progresso da colonização. No entanto, esta fase contestatária não era acompanhada de uma reivindicação verdadeiramente ideológica, muito menos nacionalista.

Todavia, durante o Estado Novo, senão antes, esse protesto foi adquirindo um carácter mais político-ideológico, ainda que as reivindicações económicas se tivessem mantido até ao final do período colonial. Na realidade, as associações económicas e culturais dos colonos fomentaram a coesão e a identidade política dos colonos, alicerçada numa forte ligação da população ao território. A gradual consciencialização política da população branca resultou na emergência de um protesto autonomista e, posteriormente, nacionalista, envolvendo fundamentalmente as novas gerações de brancos naturais de Angola e alguns velhos colonos há muito instalados na colónia. Em resposta, o Estado Novo combateu o protesto político dos colonos, reprimindo severamente a oposição. Neste sentido, a ditadura salazarista colocou em prática um modelo de colonização mais centralista e autoritário, consagrado no Acto Colonial de 1930, indiferente aos interesses e às aspirações dos colonos.

O descontentamento dos colonos foi particularmente visível após a II Guerra Mundial e, de forma muito especial, durante as eleições para a Presidência da República de 1958. As eleições de 1958 não só demonstraram o profundo descontentamento da população colonial em relação ao Estado Novo, bem como criaram as condições para a emergência do nacionalismo branco no sul de Angola. As vitórias de Humberto Delgado no distrito de Benguela, na cidade de Sá da Bandeira e noutros pontos da colónia permitem-nos compreender melhor a posição contrária dos colonos à governação salazarista.

No entanto, importante referir que as comissões de candidatura dos candidatos da oposição – Arlindo Vicente e Humberto Delgado – constituíram as bases para a formação do principal movimento nacionalista branco, a Frente de Unidade Angolana (FUA), criada no início de 1961. Fernando Falcão, presidente da comissão de candidatura da oposição no Lobito e branco de segunda geração, natural de Moçâmedes, foi, porventura, o líder mais significativo desse movimento nacionalista, que contou com a adesão de intelectuais e empresários, entre os quais Venâncio Guimarães Sobrinho, proprietário e diretor do *Jornal da Huíla* e o maior empresário do sul de Angola.

Na verdade, as independências africanas das décadas de 1950 e de 1960, acompanhadas nalguns casos pelos êxodos das respetivas populações brancas, como por exemplo, no caso do Congo Belga, geraram fortes receios entre os colonos brancos de Angola, temerosos que um conflito os obrigasse a abandonar a sua “pátria” em África. De alguma forma, a FUA procurou responder aos anseios da população branca, tentando promover as condições para uma independência pacífica e faseada, após um período de transição. Simultaneamente, uma resposta ao início da guerra de independência lançada pela UPA no Norte de Angola. Uma guerra que se prolongou durante 13 anos e que teve vários protagonistas do lado angolano os três movimentos guerrilheiros, a UPA/FNLA, o MPLA e a UNITA. Paralelamente, a FUA denunciava as ineficiências, o centralismo e o autoritarismo da dominação colonial portuguesa, colocando-se num plano político puramente angolano. Face a este panorama, consideramos que a FUA não foi uma simples organização política da oposição portuguesa residente na colónia, mas sim um movimento nacionalista favorável à independência de Angola. Uma independência para todos os angolanos, independentemente da raça, e que permitisse aos brancos ter uma participação no processo de construção do Estado-nação angolano.

Neste sentido, a FUA afirmou-se politicamente no seio da população angolana, mobilizando sobretudo brancos e mestiços do centro-sul de Angola, sendo que os distritos onde obteve maior implantação foram Benguela, Huambo, Huíla e Moçâmedes. Duramente reprimida pelas autoridades coloniais, a FUA sofreu um primeiro revés com a prisão e deportação para a metrópole da maioria dos seus dirigentes em junho/julho de 1961. Em 1962, alguns dos líderes do movimento conseguiram fugir para o estrangeiro, onde constituíram um Comité Diretor no exílio, primeiro em Paris e depois em Argel. O movimento também foi reativado no interior de Angola, sobretudo nas localidades ao longo do caminho-de-ferro de Benguela. A FUA trabalhou para a formação de uma

ampla frente nacionalista, integrando todos os movimentos nacionalistas angolanos numa única plataforma política unificada. No entanto, a hostilidade dos principais movimentos guerrilheiros, nomeadamente a UPA/FNLA e o MPLA, acompanhada pela perseguição e prisão das autoridades portuguesa a mais militantes localizados na região do Huambo, conduziu à suspensão da FUA em agosto de 1963.

Noutro plano, alguns colonos procuraram infiltrar-se politicamente o Estado colonial, procedendo à crítica da governação a partir do aparelho de Estado, particularmente nos órgãos de representação política da população, com especial destaque para o Conselho Legislativo. Foi o caso de Venâncio Guimarães Sobrinho, que exerceu, regularmente, o cargo vogal desse Conselho. A instrumentalização da imprensa foi outra das formas de exercer pressão e crítica permanente sobre a administração portuguesa, pese embora a existência da censura que, no caso do *Jornal da Huíla*, parecia não ser muito eficaz.

Por outro lado, as reformas operadas por Marcelo Caetano no sentido da autonomia progressiva e participada das colónias não foram suficientes para satisfazer na íntegra as reivindicações dos colonos, no sentido em que não asseguraram a efetividade da autonomização política, administrativa e económica de Angola. Numa primeira instância, parecia existir uma consonância entre uma parte significativa dos colonos e o Presidente do Conselho de Ministros. Contudo, a morosidade do processo de revisão da legislação colonial e as limitações impostas pela ala mais conservadora do regime, os chamados integracionistas, impediram a instituição de verdadeiros regimes autonómicos em Angola e em Moçambique. Este cenário agudizou o descontentamento dos colonos face à tutela da metrópole, facto patente nas vésperas da queda do regime em abril de 1974.

No último capítulo abordarmos o processo de descolonização no sul de Angola, tendo em particular consideração as reações da população branca ao desenrolar dos acontecimentos no biénio 1974/1975. Inicialmente, a participação política dos colonos brancos nesse processo parecia estar assegurada pela intervenção do General António de Spínola, na qualidade de presidente da Junta de Salvação Nacional e, posteriormente, de Presidente da República. Mas Spínola acabou por ser ultrapassado pela ala esquerda do Movimento das Forças Armadas (MFA), que pretendia uma resolução rápida do processo de descolonização por via da entrega do poder às guerrilhas nacionalistas. O abandono do projeto federalista, primeiro, e a resignação de Spínola, depois, desfez qualquer veicidade de participação política por parte dos brancos e de todos os que não

se identificavam com nenhum dos três movimentos. A este respeito, a reativação política da FUA e o aparecimento de outros partidos não foram suficientes para garantir a representação política da população branca, porque todos esses movimentos foram politicamente excluídos do processo de descolonização.

Neste sentido, o processo de descolonização foi caracterizado pela exclusão política da minoria branca angolana, tal como estabelecido pelos representantes portugueses e das três guerrilhas africanas no acordo de independência assinado no Alvor, em 15 de janeiro de 1975. Claramente, os setores significativos da população branca manifestaram-se contra essa decisão, mas nada puderam fazer para alterar a situação, uma vez que careciam de instrumentos políticos capazes de impor a sua participação no processo. O acordo de independência concedeu, portanto, a governação ao MPLA, à FNLA e à UNITA. No entanto, pouco depois da entrada em funções do governo de transição, os três movimentos envolveram-se numa violenta guerra civil que afetou todos os estratos da população angolana, incluindo a minoria branca. Neste cenário, os colonos brancos, interditos de participarem com os seus movimentos no processo de decisão política e vítimas de vexações, de abusos e de violências por parte de grupos armados, foram “constrangidos pelas circunstâncias” a abandonar Angola.

O êxodo da minoria branca para Portugal e para outros países, por exemplo a África do Sul e o Brasil, esvaziou a sua população branca das Terras Altas da Huíla. Tal como se sucedeu noutras antigas colónias de povoamento europeu em África, nomeadamente a Argélia, a independência resultou na implosão da sociedade colonial estabelecida pelos colonos portugueses na Huíla. Consequentemente, encerrava-se uma experiência de colonização com mais de um século de história e que tinha logrado produzir um núcleo populacional perfeitamente enraizado no solo angolano, mas desprovido de poder para resistir às violentas convulsões provocadas pela descolonização.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ilídio do – *Aspectos do povoamento branco de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

BASTOS, Cristiana – “Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies”, *International Migration*, volume 46, nº 5, 2008, pp. 27-54.

BENDER, Gerald – *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality*. London: Einemann Educational Books, 1978.

CAPOCO, Zeferino – *O nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História política de Angola (1961-1991)*. Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa, abril de 2013.

CASTELO, Cláudia – *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento, 2007.

CAVANAGH, Edward & VERACINI, Lorenzo (eds.) – *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. New York: Routledge, 2017.

COOPER, Frederik – *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005.

COSME, Leonel – *A revolta*. Porto: Afrontamento, 1983.

COSME, Leonel – *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana. Literatura e sociedade*. Gondomar: (inérito), 1997.

COSME, Leonel – *Crioulos e Brasileiros de Angola*. Lisboa: Nova Imbondeiro, 2001.

COSME, Leonel – *Cultura e Revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1978.

DIAS, Gastão de Sousa – *A cidade de Sá da Bandeira*. Sá da Bandeira: Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1957.

GUERRA, João Paulo – *Savimbi, vida e morte*. Lisboa: Bertrand, 2002.

GUERRA, João Paulo & SEMEDO, Fernando – *Operação África, a conspiração antiafricana em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976, ensaio de sociologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

LE MOS, Alberto de – *Colonização étnica*. Porto: Porto editora, 1957.

MACQUEEN, Norrie – *A descolonização da África portuguesa – Revolução metropolitana e dissolução do império*. Lisboa: Inquérito, 1998.

MARIA, Adolfo – *Angola. Contributos à reflexão*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

MARQUES, Walter Valdemar Rego – “Estrutura e conjuntura de arranque da economia de Angola”, *Ultramar*, volume IV, nº15, 1964, pp. 115-148.

MARQUES, Walter Valdemar Rego – *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda: Junta do Desenvolvimento Industrial/ Fundo de Fomento de Produção e Exportação, 1965.

MEDEIROS, Carlos Alberto – *A colonização das Terras Altas da Huíla: estudo de geografia humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.

MESSIANT, Christine – *1961: L'Angola colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Paris: École des Hautes Études, 1983.

PADRÃO, F. Cervino – *A colonização do Sul de Angola*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

PELLISSIER, René – *La colonie du minotoure, nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978.

PELLISSIER, René – *Portugal Afrique Pacifique, une bibliographie internationale critique (2005-2015)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 2015.

PIMENTA, Fernando Tavares – “Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975)”, *A questão social no novo milénio*. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, setembro de 2004 (www.ces.uc.pt/lab2004).

PIMENTA, Fernando Tavares – *Branco de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, os brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2016.

PIMENTA, Fernando Tavares – “Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)”, *Revista Portuguesa de História*, volume 48, abril de 2017, pp. 99-124.

PIMENTA, Fernando Tavares – “Colonialismo demográfico português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória”, *Revista de Teoria da História*, volume 17, nº1, julho de 2017, pp. 219-246.

PIMENTA, Fernando Tavares – “Políticas de classificação do património histórico-cultural e museologia em Angola: o legado colonial”, *Projeto História*, volume 62, maio/agosto 2018, pp. 146-199.

PIMENTA, Fernando Tavares – “Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961)”, *A cultura do poder: a propaganda nos estados autoritários* (coordenação PENA-Rodríguez, Alberto & PAULO, Heloísa). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 367-386.

REIS, João dos – *Malandros, a evacuação aérea dos portugueses de Angola*. Queluz: Literal, 1978.

RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

VERACINI, Lorenzo, “Settler Colonialism: Career of a Concept”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Mar 2013, pp. 1-22.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

PT/AHU/CARTM/001 - Coleção de cartografia manuscrita – Angola

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)

Arquivo António Oliveira Salazar (AOS):

AOS/CO/PC-42, Pasta 20 - Administração da Firma Venâncio de Guimarães e Companhia de Angola. Financiamento da Firma Jaime da Cunha Guimarães e Filhos (1956).

AOS/CO/PC-51^a, Pasta 8 - Apresentação de relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola (1958).

AOS/CO/UL-33, Pasta 1 - Industrialização e condicionamento industrial no Ultramar (1957).

AOS/CO/UL -33, Pasta2 - A informação e a formação da opinião pública em Angola e Moçambique (1957).

AOS/CO/UL-59, Pasta 3 - Situação política em Angola (1962).

AOS/CO/UL-59, Pasta 10 - Situação em Angola (1963-1964).

AOS/CO/UL-59, Pasta 14 - Eleição para os Conselhos Legislativos e os Conselho Económico-Sociais das províncias ultramarinas. Deputados pelo Ultramar para a Legislatura de (1965 a 1969).

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Arquivo PIDE/DGS – Serviços Centrais:**

1º Encontro de Escritores Angolanos – Processo 1148, CI (2), 7071.

Armando Leonel Augusto de Matos Cosme – Processo 4134 CI (2), 7323.

Ernesto Lara e outros – Processo 61 CI (2), 6954.

Ernesto Pires Barreto de Lara – Processo 1548846, 8088.

Fernando Gonçalves de Magalhães Falcão – Processo 24636, livro 124.

Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 1714/55, 2763.

Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 252019 BOL, 8182.

Venâncio (Henriques) Guimarães Sobrinho – Processo 23830 (Fundo Sdel CAR), 7172.

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Arquivo Tito de Moraes (TM):**

PT/TT/TM- 5, Pasta 10, documento 66 – Carta relativamente à constituição em Huíla de uma comissão de candidatura de Arlindo Vicente.

PT/TT/TM- 5, Pasta 10, documento 88 – Carta de Marques de Miranda informando que não poderá organizar a comissão da Huíla, uma vez que já é colaborador na campanha de Humberto Delgado (1958).

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Fundo António da Silva Osório Soares Carneiro (ASC):**

PT/TT/ASC- 14, Pasta 1, documento 21 - ANGOLA: MPLA, FNLA, UNITA, FUA (1963).

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Fundo Henrique Paiva Couceiro (HPC):**

PT/TT/HPC- mc 16, nº80 – Jornal “Notícias da Huíla” dedicado ao tema “Portugal no 8º centenário da sua fundação e 3º da restauração da sua independência: comemoração dos centenários” (1940).

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Fundo Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM):**

PT/TT/SGPCM- 22, processo 324/11, nº7- Exposição da Companhia do Sul de Angola dirigida ao Ministro das Colónias relativa à sua situação deficitária (1935).

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)**Fundo Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA):**

PT/TT/SCCIA- Processo 277, caixa 270 - Estudo da ocupação e povoamento do sul de Angola (1965).

PT/TT/SCCIA- Processo 297, caixa 271 - Frente Unida Angolana (FUA).

FONTES IMPRESSAS

CASIMIRO, Augusto – *Angola e o futuro (alguns problemas fundamentais)*. Lisboa: Livrolândia, 1958.

CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva – “Os Luso-descendentes de Angola”, 3º *Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: 1930.

FERREIRA, Vicente – *Estudos Ultramarinos. Colonização e diversos* (Vol.4). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953-1955.

GALVÃO, Henrique – *História do nosso tempo. João de Almeida (sobre sua acção e obra)*. Lisboa: AGC, 1931.

GALVÃO, Henrique – *Huíla (Relatório do Governo)*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1929.

MACHADO, Carlos Roma – *Colonização do Planalto da Huíla e Mossamedes: seu desenvolvimento agrícola e industrial*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1919.

NASCIMENTO, J. Pereira – *O distrito de Mossamedes, colonização europeia (I Parte)*. Lisboa: Typographia do Jornal, 1892.

FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

Autodeterminação e democracia / discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, no dia 11 de Junho. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974. (BGUC - 6-14-40-53).

As associações económicas de Angola em face dos problemas da hora presente (intervenção do vogal representante das actividades económicas, Senhor Comandante Venâncio Guimarães, na sessão de 19 de Novembro de 1971, do Conselho Legislativo). Angola: AIA, 1971. (CD25Abril, 330"1971" GUI).

MPLA - 1º Congresso - Esquema da análise da situação nacional. (04339.002.024).

FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER MEMORALÍSTICO

CORREIA, Pezarat – *Descolonização de Angola, a jóia da coroa do império português*.

Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.

MARIA, Paula – *Angola juventude em fuga*. Braga: Braga Editora, 1977.

ROCHA, Edmundo – *Angola, Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 – 1954) (Testemunho e estudo documental)*.

Lisboa: Dinalimo, 2009.

TAVARES, Álvaro da Silva – *A entrega do ultramar português e o 4 de Fevereiro de 1961 em Angola*. Lisboa: Núcleo de Estudos Oliveira Salazar, 2009.

IMPrensa**Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**

A Província de Angola, maio-junho 1975.

Jornal da Huíla, 1955-1975.

Jornal de Angola, julho-agosto 1975.

Fundação Mário Soares: Casa Comum (Lisboa)

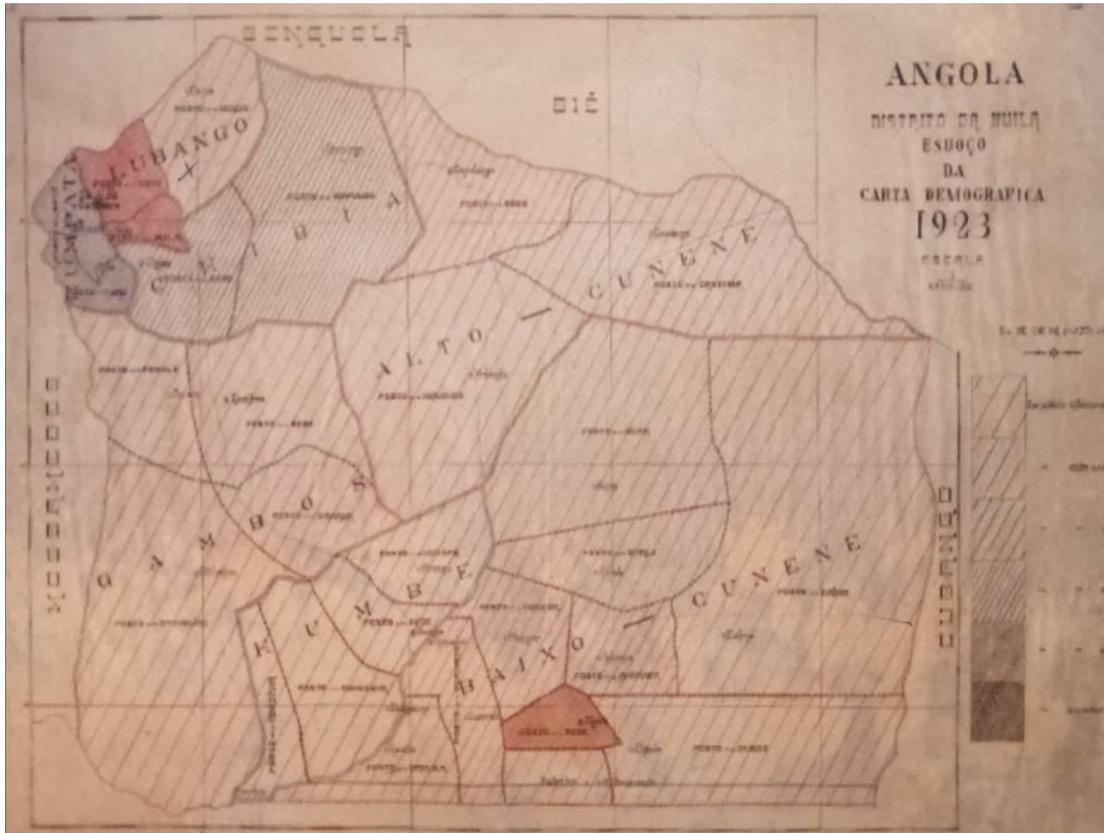
Kovaso. Órgão da Frente de Unidade Angolana (FUA), 1963.

Público, entrevista a Fernando Falcão, 10 de junho de 2011.

FONTES AUDIOVISUAIS

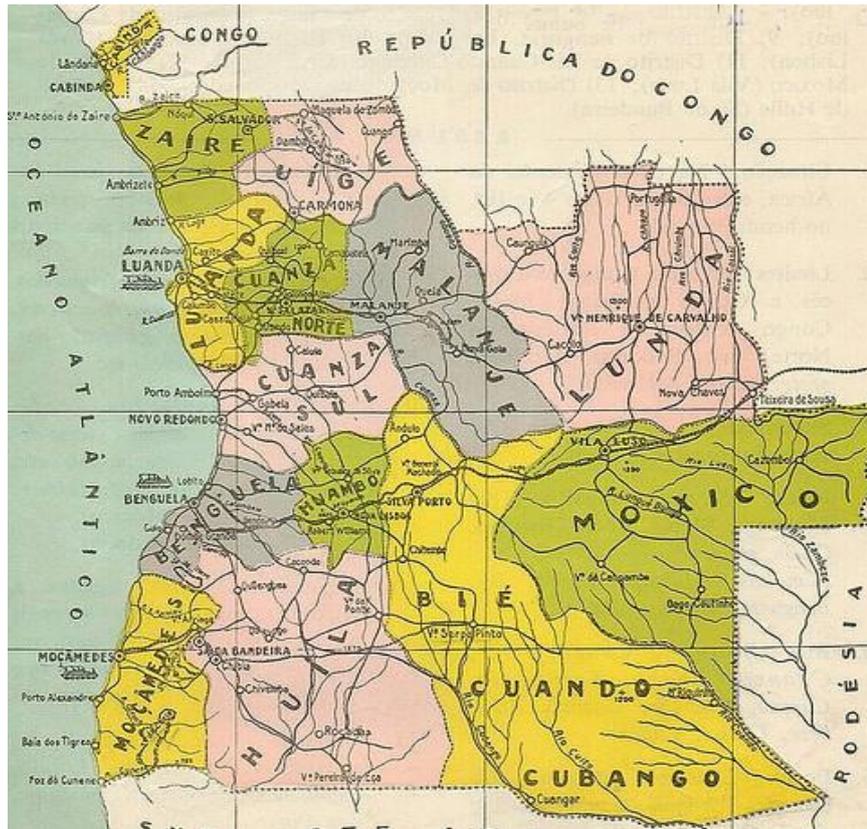
A Guerra, série documental de autoria de Joaquim Furtado transmitida pela RTP em 2012.

ANEXOS

Esboço da carta demográfica do distrito da Huíla, 1923⁴⁹⁷

⁴⁹⁷ PT/AHU/CARTM/001/00489 – ANGOLA / DISTRITO DA HUILA ESBOÇO DA CARTA DEMOGRAFICA / Agrimensura – Huíla. - Escala de 1 / 1.000.000.- [Angola]: [s.n.], 1923.- 1 mapa: papel empastado em tecido, color., ms.; 50,3 x 65,7 cm. Angola / Huíla (distrito) / Mapa demográfico / 1923, p. 35.

Mapa administrativo de Angola, 1960



SIGLAS

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola
AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo
APA – Aliança dos Povos de Angola
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CONCP – Conferência dos Nacionalistas das Colónias Portuguesas
FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FDH – Frente Democrática da Huíla
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRA – Frente de Resistência Angolana
FUA – Frente de Unidade Angolana
FULA – Frente Unida de Libertação de Angola
FUNA – Frente Unida Nacional de Angola
IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
ICAO – Internacional Civil Aviation Organization
JSN – Junta da Salvação Nacional
LGTA – Liga Geral dos Trabalhadores de Angola
MDIA – Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola
MDLA – Movimento Democrático de Libertação de Angola
MFA – Movimento das Forças Armadas
MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola
MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda
MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola
MOPUA – Movimento Popular de Unidade Angolana
MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
NATO – Northern Atlantic Treaty Organization

OMA – Organização da Mulher Angolana

ONU – Organização das Nações Unidas

OSA – Organização Socialista de Angola

PCA – Partido Comunista Angolano

PCDA – Partido Cristão Democrático de Angola

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático de Angola

PETRANGOL – Petróleos de Angola

PIM – Polícia de Informação Militar

PIDE/DGS – Polícia Internacional da Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança

PT – Partido do Trabalho

PUNA – Partido de Unidade Nacional de Angola

SADF – South African Defense Forces

SCA – Sociedade Cultural de Angola

SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola

UNA – União Nacional de Angola

UNITA – União Nacional pela Independência Total de Angola

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola

UPA – União dos Povos de Angola